PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC SP

Celso Roberto Nunes

Lagoas do Norte – PI: satisfação residencial e significados do reassentamento.

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

São Paulo

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC SP

Celso Roberto Nunes

Lagoas do Norte – PI: satisfação residencial e significados do reassentamento.

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica da PUC/SP, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Marlise Aparecida Bassani.

São Paulo

2010

Banca examinadora:

_____

_____

_____

_____

Vilarejo

Marisa Monte

Composição: Marisa Monte, Pedro Baby, Carlinhos Brown e Arnaldo Antunes

Há um vilarejo ali
Onde areja um vento bom
Na varanda, quem descansa
Vê o horizonte deitar no chão

Pra acalmar o coração
Lá o mundo tem razão
Terra de heróis, lares de mãe
Paraiso se mudou para lá

Por cima das casas, cal
Frutas em qualquer quintal
Peitos fartos, filhos fortes
Sonho semeando o mundo real

Toda gente cabe lá
Palestina, Shangri-lá
Vem andar e voa
Vem andar e voa
Vem andar e voa

Lá o tempo espera
Lá é primavera
Portas e janelas ficam sempre abertas
Pra sorte entrar

Em todas as mesas, pão
Flores enfeitando
Os caminhos, os vestidos, os destinos
E essa canção

Tem um verdadeiro amor
Para quando você for

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, quero agradecer a Deus. Ele tem me abençoado todos os dias da minha vida, dando-me chances de crescimento e vitória;

Aos meus professores do Programa de Estudos Pós-graduados de Psicologia Clínica da PUC/SP, que em cada etapa da minha trajetória ensinaram-me por meio da palavra e do exemplo que a busca do conhecimento deve ser contínua;

A toda minha família, alicerce para minha vida e em especial, quero agradecer aos meus pais, João Pereira Nunes (*in memorian*) e Nantilde Vilarinho Nunes pelo apoio e o carinho que superam distâncias;

Aos colegas do mestrado e doutorado da PUC-SP, os quais fizeram com que eu me sentisse em casa, mesmo estando em terras distantes;

A minha orientadora, Prof^{a}. Dr^{a}. Marlise Aparecida Bassani, por compartilhar comigo esta conquista, sendo uma interlocutora disposta a oferecer estímulos e, principalmente, a percorrer novos caminhos, ouvir com interesse e ânimo todas as questões, dúvidas e problemas que surgiam durante o processo de reflexão;

Aos componentes da banca examinadora, que me ofereceram, também durante o exame de qualificação, muitas sugestões, exemplos e críticas fundamentais à reelaboração e aprumo da abordagem utilizada no tema;

Agradeço à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) pelo financiamento modalidade de bolsa para efetivação deste trabalho;

Agradecimentos especiais a: Cleonice de Castro Teles, Célia Regina Nunes Mendes, Lorena Dayse Vilarinho Nunes Magalhães Borges, Gustavo Daniel Pereira, Cassiana Léa do Espírito Santo e Kátia Melo;

A todos aqueles que de forma direta ou indireta colaboraram para a realização desta tese, meu agradecimento.

NUNES, Celso R. **Lagoas do Norte – PI:** satisfação residencial e significados do reassentamento. São Paulo, 2010. Orientadora: Profª Drª Marlise Aparecida Bassani.

RESUMO

O trabalho consiste em um estudo psicossocial dos significados do reassentamento para técnicos e para famílias reassentadas e uma avaliação da satisfação residencial dessas famílias, a partir de um estudo de caso: o Residencial Zilda Arns em Teresina-Piauí. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com utilização de entrevistas semi-estruturadas, das quais foi realizada a análise de conteúdo pelo programa computacional NUD-IST e que teve sua análise e interpretação numa visão socioconstrucionista crítica e da Psicologia Ambiental. Fundamentada, sobretudo, em Lincoln (1994), Ibáñez (1994), Scott (2006), Amérigo (1995) e Wiesenfeld (1997). Essas abordagens nos permitem compreender as relações de poder e exploração encontradas entre os atores envolvidos, a saber: 15 famílias reassentadas e 4 técnicos, o equivalente a 5% e 50% respectivamente. O estudo indicou que os significados encontrados giraram em torno de termos como: solução, saída, necessidade, obrigação e satisfação. O estudo também evidenciou que o processo de reassentamento representou um ganho profissional para os técnicos e um melhoramento das condições de habitabilidade para as famílias afetadas, contudo colocou-as em situação de vulnerabilidade, ocasionando um alto custo psicológico. Observou-se um alto nível de satisfação global, sobretudo nos componentes satisfação com os vizinhos e com a localidade (apoio CAPES).

Palavras-chave: reassentamento, significados, vulnerabilidade, políticas públicas.

NUNES, Celso R. **Lagoas do Norte-PI**: residential satisfaction and significance of resettlemente. São Paulo, 2010. Oriented by Profª Drª Marlise A. Bassani.

ABSTRACT

The work consists of a psychosocial study of the meanings of technical and resettlement for relocated families and an assessment of the residential satisfaction of these families, from a case study: the Residential Zilda Arns in Teresina, Piauí. This is a qualitative study used semi-structured interviews, which was performed content analysis by computer program NUD-IST and had its analysis and interpretation 15 families resettled, 4 technicians, equivalent to 5% and 50% respectively. The study it indicated that the joined meanings had turned around terms such as: in a social constructionist view of the critical and environmental psychology based largely on Lincoln (1994), Ibáñez (1994), Scott (2006), Amérigo (1995) and Wiesenfeld (1997), since these approaches allow us to understand the power relations and exploitation found among the actors involved, the follows: solution, output, need, requirement and satisfaction. The study also showed that the resettlement process represented a gain for professional technicians and improvement of housing conditions for families affected, but put them in vulnerable situations causing a high psychological cost. We observed an overall satisfaction level is high, especially in the components meet with neighbors and with the locality (supported by CAPES).

Keywords: resettlement, meanings, vulnerability and public politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1 PSICOLOGIA AMBIENTAL, CONSTRUCIONISMO SOCIAL E TEORIA CRÍTICA ... 17

1.1 A Psicologia Ambiental 17

1.2 Construcionismo Social 24

1.3 Teoria Crítica 25

2 SATISFAÇÃO RESIDENCIAL E REASSENTAMENTO 27

2.1 Satisfação Residencial: conceitos e aplicações 27

2.2 Satisfação Residencial - uma revisão bibliográfica 30

2.2.1 Modelos Teóricos de Estudos Ambientais e Satisfação Residencial 37

2.2.2 Satisfação Residencial: classificação dos estudos 38

2.3 Reassentamento 42

2.3.1 Reassentamento e Satisfação 49

3 TERESINA: CIDADE VERDE 52

3.1 Descrição dos principais projetos de urbanização desenvolvidos em Teresina ... 57

3.1.1 Projeto de revitalização do centro da cidade 57

3.1.2 Projeto Vila Bairro 59

3.2 Programa Lagoas do Norte (PLN) 60

3.2.1 Concepção do programa 60

3.2.2 Componentes 62

3.2.3 Gerenciamento do Programa 63

3.2.4 Desenvolvimento econômico e social na região 64

3.3 Caracterização da área 1 do Programa Lagoas do Norte 66

4 MÉTODO 69

4.1 Amostra 70

4.2 Instrumentos e materiais 71

4.3 Cenário da pesquisa 72

4.3.1 Caracterização da área do reassentamento 72

4.3.2 Procedimento de coleta 73

4.4 Plano de análise 74

4.5 Cuidados éticos da pesquisa 76

5 O RESULTADOS E ANÁLISE 78
5.1Significados do Reassentamento para os técnicos 84
5.2 Significados do Reassentamento para as Famílias Reassentadas 90
5.3 Satisfação Residencial das Famílias Reassentadas 96
CONSIDERAÇÕES FINAIS 101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 104
ANEXOS 110

LISTA DE FIGURAS

Fig 01. Vista da cidade de Teresina-PI 54
Fig 02. Praça Pedro II: Centro da cidade – década de 40.....58
Fig 03. Praça Pedro II: Centro de Teresina – ano 2010 58
Fig 04. Vista da Região das Lagoas, zona Norte de Teresina, anterior ao reassentamento.....61
Fig 05. Vista da Região das Lagoas, zona Norte de Teresina, após o reassentamento.. 61
Fig 06. Vista do Bairro São Joaquim, zona Norte de Teresina.....62
Fig 07. Vista aérea da região das Lagoas do Norte 65
Fig 08. Mapa dos bairros do Programa Lagoa do Norte 68
Fig 09. Imagem aérea do local do Reassentamento em relação à margem das Lagoas... 68
Fig 10. Foto do Residencial Zilda Arns, área comercial 73
Fig 11. Foto do Residencial Zilda Arns, área residencial 74

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1. Projeto Sócio-ambiental do Programa Lagoa do Norte
Anexo 2. Projeto Sócio-ambiental do Programa Lagoa do Norte volume II
Anexo 3. Mapa da Região das Lagoas, identificação das Unidades Residenciais em área de risco
Anexo 4. Mapa do local do reassentamento do Residencial Zilda Arns
Anexo 5. Planta baixa das casas do Residencial Zilda Arns
Anexo 6. Roteiro para a entrevista semi-estruturada
Anexo 7. Termo de consentimento livre e esclarecido
Anexo 8. Folheto explicativo sobre o Cágado de Barbicha, frente e verso
Anexo 9. Folheto explicativo sobre a Drª Zilda Arns, frente e verso

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Reassentar famílias é uma prática comum em projetos de engenharia desenvolvidos no mundo inteiro, sobretudo quando se trata de retirar pessoas de área de risco ambiental ou de áreas selecionadas para projetos públicos ou privados que “necessitem” de tal remoção. Porém as formas com as quais se lida com essa realidade podem variar de acordo com cada experiência, com cada caso, e sempre nos coloca diante do desafio de entender o significado e as repercussões da remoção dessas populações, seja como estudiosos, planejadores ou mesmo como cidadãos observadores das dinâmicas da sociedade da qual fazemos parte.

Sabemos que existem legislações específicas para nortear projetos dessa natureza e que os aspectos aí envolvidos vão muito além de questões meramente urbanísticas e administrativas, e que quase sempre estão pautados em critérios técnico-políticos, direcionados principalmente para a garantia dos investimentos oficiais ou privados necessários, oferecendo às massas populacionais atingidas medidas “compensatórias” que nem sempre correspondem às expectativas daqueles que são reassentados, mesmo que as áreas afetadas sejam consideradas de risco. Neste sentido é necessário estar atento a uma série de fatores, tais como os de caráter econômico-social, cultural e psicológico envolvidos na mudança do local de moradia, sendo estes, dentre outros, elementos diretamente relacionados com o fracasso ou com a sustentabilidade do reassentamento.

Muitas vezes, comunidades, bairros ou mesmo cidades são deslocadas de regiões onde as pessoas residem há várias gerações, sendo desapropriadas e compulsoriamente retiradas de lugares onde haviam desenvolvido um expressivo repertório de saberes técnicos e simbólicos para enfrentar as exigências comuns ao seu cotidiano e estilo de vida, as quais são involuntariamente removidas destes lugares, o que ocasiona, portanto, uma forte cisão em suas vidas.

Segundo Gans (1962) a vivência da ação de reassentamento conduz, de um modo freqüente, à interrupção do processo que vincula os indivíduos ao seu ambiente sócio-físico, provocando um corte no estado de equilíbrio dos indivíduos reassentados, exigindo um processo moroso de transição e readaptação. Sobretudo, quando as pessoas afetadas sentem-se obrigadas a esse, pois via de regra a retirada do lugar original é imposta oficialmente e não há a possibilidade da escolha de um novo local, tendo as mesmas que tentarem se adaptar a ambientes

planejados por técnicos que, frequentemente, julgam e decidem as características do novo ambiente para o qual essas pessoas serão direcionadas.

De acordo com Rebouças (2000), acreditam os técnicos, que a oferta de um novo território de moradia, dotado de casa, energia elétrica, água encanada, saneamento básico, representaria justa e integral compensação das perdas impostas às populações afetadas e afastadas, não lhes ocorrendo que a fixação dos reassentados em áreas às quais não estão ajustados leva à reconfiguração dos seus grupos sociais, perdas de referenciais de espaço, modificação das formas costumeiras de trabalho, vizinhança, socialidade, solidariedade, representações estéticas, manifestações de identidade e satisfação residencial.

Observar essa realidade e considerar a importância dos fatores psicossociais envolvidos neste processo, seus significados, o confronto entre as expectativas dos reassentados e a dos técnicos; conhecer o nível de satisfação com o novo local de moradia e como tudo isso se manifesta a partir dos seus discursos e práticas nos permite olhar mais criticamente toda a tomada de decisões presente nestes contextos.

Este trabalho nos permitiu, a partir dos seus objetivos, compreender e discutir a complexa relação existente entre as pessoas e seu ambiente sócio-físico. Focaliza sua atenção no estudo dos significados elaborados pelos atores envolvidos – famílias e técnicos – em ações de um reassentamento involuntário, o reassentamento do Programa Lagoas do Norte (PLN), localizado na região norte da cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí.

A escolha do tema esteve relacionada à remoção de famílias da região norte de Teresina, entre janeiro e fevereiro de 2010, participantes da ação de reassentamento do Programa Lagoas do Norte. Em sua maioria, moradores dos bairros São Joaquim, Matadouro, Parque Alvorada e Acarape (área 1), bairros localizados na região alagadiça da zona urbana da Grande Teresina. Localidade considerada pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) como área de risco; por conta das condições ambientais, perfil epidemiológico, condições de moradia e infra-estrutura básica precária.

Vale salientar que as autoridades locais responsáveis pelo planejamento e execução do reassentamento resolveram executá-lo na mesma área geográfica – bairro de origem dos moradores, porém afastando as famílias reassentadas das margens das lagoas e consequentemente de uma série de aspectos culturais e econômicos ligados à proximidade das águas.

Segundo Rebouças (2000) existem várias abordagens de analisar o fenômeno do reassentamento de famílias, dependendo da ótica adotada. É possível, segundo a autora, analisar seu conteúdo sociológico, ao se investigar a forma e as estratégias acionadas pelos atores envolvidos para o restabelecimento da ordem social. Podemos também analisar seu conteúdo político a partir das manifestações de resistência por parte dos reassentados, ou das relações de força presentes.

Contudo, quando se tematiza a mudança para uma nova moradia, a partir de uma medida involuntária e compulsória, colocada legal e administrativamente como medida devidamente compensatória, a problemática que emerge é a da satisfação residencial e o quanto ela representa para os atores envolvidos e os seus desdobramentos sociais, culturais ou políticos, envolvidos numa rede de significados e manifestados nos discursos, nas ações e nas novas relações de convívio observadas no seio do reassentamento.

Portanto, a investigação sobre o tema atentou para a necessidade de conhecer os significados elaborados pelos moradores reassentados e pelos técnicos responsáveis pela execução da ação de reassentamento do Programa Lagoas do Norte, o nível de Satisfação Residencial das famílias reassentadas e uma análise da condução do processo de reassentamento.

Nosso interesse pelo tema se relaciona com nossa trajetória pessoal, pois desde a graduação, estive envolvido com pesquisa na área da Saúde Ambiental, Psicologia e Sanitarismo, além de estar ligado à administração pública do município de Teresina, sede do Programa Lagoas do Norte, na área da assistência médico-psiquiátrica. Tendo a oportunidade de acompanhar, indiretamente, através dos meios de comunicação de massa atuantes no município que divulgaram e divulgam matérias que noticiam as inquietações surgidas tanto nos cidadãos residentes nas áreas demarcadas para as ações do projeto de reassentamento, quanto dos responsáveis técnicos e legais pela execução dessas ações e mais diretamente, na tentativa , ainda que não efetivada, de solicitação de encaminhamentos ao setor médico-psicológico da Prefeitura, de casos considerados resistentes, já sendo possível observar desde aí uma possibilidade de patologizar o comportamento das pessoas e de negar o caráter sócio-político dessa manifestação de insatisfação, muitas vezes indicada pelos administradores como casos pontuais.

A necessidade de aprofundamento no tema contribuiu para a construção deste trabalho, o qual se apresenta estruturado como tese de doutorado do

Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, tendo realizado primeiramente um levantamento bibliográfico e uma revisão da literatura acerca de temas como: Psicologia Ambiental, reassentamento de famílias, satisfação residencial e políticas públicas habitacionais brasileiras, além do levantamento dos projetos de urbanização já realizados na capital piauiense, e da história da cidade.

Neste sentido dividimos o trabalho, além da introdução, em quatro capítulos, a saber: no primeiro capítulo apresentamos a perspectiva teórico-filosófica do trabalho, o que propicia uma melhor compreensão da relação entre as pessoas e o seu ambiente sócio-físico, tendo destaque aí a Psicologia Ambiental, o Construcionismo Social e a Teoria Crítica.

A Psicologia Ambiental surgiu a partir das preocupações que foram apontadas em diversos locais no mundo a respeito dos problemas ambientais que afligem a humanidade e apontam para a degradação ambiental. Este ramo da Psicologia se preocupa com o estudo das relações recíprocas entre as pessoas e o ambiente, seja ele natural ou construído. Tratando-se, aqui, de maneira mais específica, do ambiente urbano e da situação de reassentamento, ou seja, de um ambiente planejado e construído com fins específicos e habitado por pessoas, estando, portanto, repleto de inter-relações pessoais, e de caráter social.

O Construcionismo Social ou sócio-construcionismo defende que a realidade não possui qualidades próprias, senão aquelas que nós construímos a partir de nossas experiências, é aquilo que chamamos de construções. E afirma ainda que os objetos, que tomamos como naturais, são na verdade objetivações derivadas das características e práticas sócio-históricas de um contexto particular. Neste sentido, essa abordagem pode ajudar a desvendar uma rede de significados encontrados no discurso e nas ações dos envolvidos com o reassentamento em questão.

Já a teoria crítica, a qual também enfatiza a importância das condições sociais, políticas e econômicas envolvidas nos vários contextos em se encontra a sociedade, procurando entender as formas de dominação exercidas no capitalismo e o caráter ideológico da realidade, contribuiu com esse trabalho na medida em que observamos uma relação desigual de poder entre reassentados e técnicos responsáveis pelo reassentamento, relação esta marcada fortemente pelo caráter da compulsoriedade da remoção das famílias selecionadas.

No segundo capítulo tratamos a questão da Satisfação Residencial, a partir de estudos envolvendo avaliações pós-ocupacionais de espaços construídos, seja por políticas públicas ou mesmo em iniciativas privadas, sob a forma de reassentamento involuntário, ou não, afim de uma maior aproximação desse indicador – satisfação residencial – o qual tem sido considerado por especialistas, no mundo inteiro, como um construto chave em estudos avaliativos, pois constitui um bom indicador de êxito de projetos habitacionais a partir da percepção, atitudes e comportamentos dos residentes, projetistas e administradores (GALSTER, 1987).

De acordo com Wiesenfeld (1995), podemos dizer que os estudos empíricos sobre satisfação residencial se agrupam em duas grandes categorias, primeiro como critério de qualidade ambiental, ou seja, procurando conhecer os fatores ambientais e pessoais que podem ser apontados como responsáveis pelo nível de satisfação dos usuários em determinado ambiente, relacionando ainda os componentes da satisfação residencial. O nível de urbanização, a casa e os vizinhos; abordagem adotada por nós neste trabalho. Segundo, satisfação residencial, como preditor de condutas que se expressam na conservação do ambiente; reclamos em relação às condições do ambiente; atitudes em relação ao entorno e, em última análise, como permanência ou abandono do local de moradia.

O terceiro capítulo faz um resgate histórico das políticas públicas habitacionais no Brasil, além de descrever o processo de urbanização de Teresina, descreve também as propostas do Programa Lagoas do Norte na íntegra, como apresentado ao público e sua caracterização a partir da utilização de tabelas, fotografias, mapas da cidade e mais especificamente, do local do reassentamento.

Teresina, capital do estado do Piauí, como as demais cidades brasileiras de médio porte, apresentou um intenso processo de urbanização, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Tendo nascida como capital do Estado, ou seja, foi projetada para tal, e desde então, tem sido palco de vários projetos de urbanização planejada, dentre esses projetos podemos citar como principais o projeto “Vila-Bairro”, o “Revitalizar o Centro”, mais recentemente, e de interesse deste estudo “Programa Lagoas do Norte”.

Considerado pela administração pública de Teresina como um programa de melhoria da qualidade ambiental da capital, o Programa Lagoas do Norte tem intervenções diretas nas áreas de maior concentração de lagoas, na região norte da cidade. Seu planejamento envolve dragagem das lagoas, drenagem de áreas de águas

pluviais, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, proteção contra enchentes, adequação do sistema viário, urbanismo, paisagismo, recreação e lazer, e reassentamento de famílias. As intervenções estão previstas para 13 bairros e cinco vilas, alcançando uma população de cerca de 100 mil famílias.

A primeira etapa do reassentamento se deu com a remoção de 327 famílias selecionadas dos bairros São Joaquim, Matadouro, Parque Alvorada e Acarape, entre janeiro e fevereiro de 2010. São quatro bairros, que representam a área denominada pelos projetistas do Programa Lagoas do Norte, como área 1, e que foram direcionados ao reassentamento 1. A construção das novas casas utilizou recursos do Banco Mundial e do Programa de Apoio ao Crescimento (PAC), seus principais financiadores.

O quarto capítulo apresentou a metodologia da pesquisa, do tipo qualitativa, em forma de um estudo de caso – o caso Lagoas do Norte – utilizando-se de uma amostra intencional, advinda de sujeitos reassentados e de técnicos, a qual foi submetida a entrevistas destinadas principalmente a conhecer os significados do reassentamento e a satisfação dos reassentados do referido programa habitacional.

O quinto capítulo mostrou a análise das respostas às entrevistas, a partir das categorias encontradas na análise do discurso, além das considerações conclusivas sobre os significados do reassentamento, sobre satisfação residencial e a respeito da condução do processo de reassentamento. O estudo contribui não somente para o êxito social do projeto habitacional, mas procura provocar uma reflexão mais ampla e aprofundada das questões psicossociais envolvidas no reassentamento involuntário de famílias ao fazer uso de uma perspectiva mais qualitativa de avaliação desses projetos sociais, além da oportunidade de produzir academicamente para acúmulo teórico acerca do tema e, sobretudo, para a análise das políticas públicas habitacionais e de interesse popular desenvolvidas em nosso país, integrando às mesmas uma visão mais comprometida com os aspectos psicossociais envolvidos com a temática sem, contudo, perder de vista o jogo de interesses envolvidos na implementação de tais políticas.

Em suma, este trabalho se inscreve na temática das políticas públicas habitacionais desenvolvidas no Brasil. Buscou alcançar os significados do reassentamento a partir de uma perspectiva construcionista crítica e utilizou a satisfação residencial como categoria de análise e como indicador, o que deu ao estudo um caráter também avaliativo.

1 PSICOLOGIA AMBIENTAL, CONSTRUCIONISMO SOCIAL E TEORIA CRÍTICA

1.1 A Psicologia Ambiental

É uma área recente do conhecimento, porém possui uma contribuição relevante. Interessada em estudar a relação do homem com o ambiente sócio-físico, a Psicologia Ambiental surgiu em um contexto de preocupações e da crescente conscientização, por parte da sociedade e de estudiosos sobre os riscos e danos que o crescimento demográfico, a poluição e a degradação ambiental podem causar à vida da espécie humana e ao planeta. A partir do final dos anos 50 e toda a década de 1960, tanto na América como na Europa a Psicologia Ambiental se centrou em estudos que priorizavam o interesse pelas características físicas do ambiente e como as mesmas exerciam influência sobre o comportamento humano (PROSHANSKY; ITTELSOM; RIVLIN, 1978).

Corral-Verdugo (2005), ao realizar uma revisão sobre definições da Psicologia Ambiental, observou que há definições muito amplas da mesma, as quais não restringem a disciplina, como também não esclarecem qual seu âmbito de estudo. Aragonés e Amérigo (2000) alertam para essa questão ao dizer que a postura cautelosa dos psicólogos ambientais em evitar definir com precisão a área da Psicologia Ambiental, no intuito de impedir a restrição do desenvolvimento da ciência, pode também funcionar como revés, pois ao não delimitar claramente a área de atuação corre-se o risco de não saber quais problemáticas devem ser endereçados e quais não lhe são pertinentes.

Bassani (2001) refere que o pressuposto norteador da Psicologia Ambiental concebe um caráter bidirecional à relação pessoa-ambiente, cuja dinâmica consiste no entendimento de que as dimensões do ambiente têm impacto sobre as pessoas e de que as pessoas também impactam o ambiente por meio de suas ações e reações, inclusive modificando-o e sendo modificadas por ele.

A autora sublinha que a relação pessoa-ambiente seria mais inter-relacional do que bidirecional, o que confere ao conceito a perspectiva de interações recíprocas e propõe o uso do termo pessoa, pois tais interações ocorrem com uma pessoa que tem uma história de vida, um conjunto de crenças e valores, possuidora de cognição e afeto e com uma identidade social e individual (BASSANI, 2004).

Moser (2001) descreve que o estudo das inter-relações pessoa-ambiente físico e social deve considerar suas dimensões culturais e temporais, levando em conta os níveis espaciais. O mesmo autor pontua que essas dimensões inexoravelmente compõem tal interação, conferindo-lhe complexidade e dinamização.

As dimensões espaciais são relacionadas por Moser (2001) estão dispostas em quatro níveis, a saber:

1) nível I – o micro ambiente. São os espaços privados como, por exemplo, a residência, o espaço privado ou particular no ambiente de trabalho.

2) nível II – nível interpessoal e da comunidade próxima. São os ambientes compartilhados, como os espaços semi-públicos, os condomínios residenciais, a vizinhança, o lugar de trabalho, os parques.

3) nível III – comunidade. São os espaços públicos coletivos, como as cidades, a paisagem.

4) nível IV- nível social. Diz respeito ao ambiente global, tanto natural quanto construído, os recursos naturais.

Bassani (2004) incrementa o conceito ao dizer que as dimensões temporais referem-se tanto às vivências do *tempo horizontal (subjetivo),* que é o tempo medido subjetivamente, como também o tempo *medido pelo relógio (objetivo)*, que diz respeito à informação compartilhada, como por exemplo, dias, semanas e anos. Ambas as perspectivas incluem as referências de passado, presente e futuro.

A Psicologia Ambiental tem se preocupado e ocupado lugar em seus estudos com temas como o apego ao lugar, a apropriação de espaço e a identidade de lugar, entre outros.

Altman e Low (1992) empregaram o conceito de apego (*attachment*) ao lugar, enfatizando a relação emocional que estabelecemos com os lugares. Esta noção foi derivada da teoria do apego, a partir do trabalho conjunto de John Bowlby e Mary Ainsworth. Apego refere-se à ligação afetiva, à busca e à manutenção da proximidade física da criança pequena por sua mãe, bem como a ruptura desta ligação por meio de separação, privação ou morte (AINSWORTH; BOWLBY, 1991).

A teoria do apego forneceu uma base para teóricos como Kaiser e Fuhrer (1996) reafirmarem que formamos ligações com aqueles ambientes que preenchem nossas necessidades emocionais e que tornam possível o desenvolvimento e manutenção de nossa identidade.

Observando a produção de Alencar e Freire (2007), os quais colocam que apegar-se pode ser entendido como afeiçoar-se, acostumar-se e, até mesmo, criar raízes, inferimos daí que, afeiçoar-se é vir a estimar, a sentir afeto por algo ou alguém. Neste sentido, deitar raízes, arraigar-se, corresponde a firmar-se definitivamente ou passar a possuir algo, tornar próprio o que é alheio, apropriar-se (HOUAISS; VILLAR, 2001), daí a relação entre apego e apropriação de espaço.

A Psicologia Ambiental também desenvolve trabalhos que buscam o entendimento das relações de apego ao lugar das populações e da importância dada a esse fenômeno pelo Estado. Observando que o Estado trata desse sentimento com um certo reducionismo e que acaba por promover o rompimento das relações pré-estabelecidas e o desapego às coisas locais; já que os moradores das áreas onde há intervenção do poder público e que serão tomadas para execução de obras, são taxados de contrários ao progresso – o progresso que deve encobrir aquilo que não se encobre: a memória e o sentimento de apego ao lugar antigo, ou de origem. A inserção do lugar nesta relação assume uma forma fantasmagórica, principalmente nos casos em que o projeto de modernidade se depara com populações inteiras que são consideradas como uma barreira a projetos. Este é, por exemplo, o caso das barragens, se bem que inúmeros outros casos possam ilustrar tal situação, entre esses a situação de reassentamento. A perda do lugar, por sua vez, pode significar mudanças profundas no cotidiano das pessoas.

Em trabalho publicado por Rabinovich e Bastos (2007) o conceito de apego ao lugar pode ser definido como o sentimento em relação ao lugar e à comunidade que este ajuda a definir, o qual, por sua vez, é definido pela mesma comunidade – lar (família, parentes, amigos), local de trabalho (colegas), igreja (os devotos), vizinhança, cidade, país, continente – e contribui para definir nossa identidade, dar sentido à nossa vida, enriquecê-la com valores, metas e significados.

O apego ao lugar pode-se dizer que é um "sistema afetivo" importante, que às vezes ajuda e às vezes obstrui nosso equilíbrio, nosso bem-estar material e espiritual. É possível observar que o modo de inserção, ou seja, o enraizamento e o modo de apego ao lugar – dentro da trama familiar pode ser um indicador de sucesso ou de fracasso de empreitadas familiares, mas esta inserção é, por sua vez, conseqüência de histórias anteriores que sedimentam tais ou tais caminhos, sugerindo uma espiral em permanente incompletude, a qual se busca compreender

melhor através dos estudos que a Psicologia Ambiental vem desenvolvendo nos últimos anos (GIULIANI, 2004).

A apropriação do espaço pode se relacionar com a necessidade do homem de demarcar seu território. Segundo Pol (1994), o homem necessita de seus referenciais estáveis, os quais o ajudam a orientar-se, assim como a preservar sua identidade para si e para os demais. Dessa maneira a forma com que o homem apropria-se do seu espaço é um fator chave para se fazer um diagnóstico sobre a representação social que tem determinado ambiente na vida das pessoas.

A apropriação de espaço possui dois componentes: 1) comportamental – ação – transformação – que se manifesta através da ação do homem no meio e 2) simbólico – identificação – compreendidos por aspectos cognitivos, afetivos e interativos, em que o homem constrói a imagem do meio com o qual se identifica. Lembrando ainda que as interações de uma pessoa com seu meio estão diretamente relacionadas às atividades e papéis que ela possui no desenvolvimento dessas atividades (CANTER,1997).

O conceito de identidade local remete ao fato de que a identidade possa estar ligada ao contexto e ao ambiente em que vivemos (PROSHANSK; FABIAN; KAMINNOF, 1983), podendo satisfazer necessidades psicológicas, biológicas e sociais de uma pessoa. O mesmo um construto complexo e articulado compreende dimensões e aspectos da interação indivíduo-ambiente, podendo ser referidos diferentes níveis ambientais e sociais (GRAUMAN, 1983). A identidade local não pode ser reduzida, portanto, a uma simples identificação com o lugar.

Twingger-Ross (1996) defende que mais que considerar a identidade local como uma parte diferenciada da identidade, seria mais vantajoso, segundo esse mesmo autor, admitir que diferentes aspectos da identidade possam estar associado aos contextos e ambientes no qual a mesma se desenvolve.

Podemos entender Identidade local como uma estrutura complexa constituída por atitudes, valores, crenças e significados referentes à relação psicológica que estabelecemos com os espaços físicos.

O conceito de Identidade local vem sendo estudado na literatura, enquanto um fenômeno complexo que incorpora vários aspectos da relação entre pessoa e espaço físico (ALTMAN; LOW, 1992).

Ressalve-se que a Psicologia Ambiental observa os processos através dos quais uma pessoa se define na sociedade não se limitam apenas à realização

de distinções entre o próprio e outros significantes, mas estende-se e não com menos importância, aos objetos e espaços (PROSHANSK; ITTELSON; KAMINOFF, 1983).

Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983) desenvolveram estudos sobre a identidade com o lugar. Em todos eles acham-se presentes as crenças e os valores que o indivíduo traz consigo em relação aos lugares e os significados que estes passam para as pessoas.

Estes mesmos autores salientam que a Identidade de Lugar tem um conjunto de funções intrapessoais específicas – o reconhecimento, significado, a expressão, o controle, a personalização, defesa e redução da ansiedade, que fornecem uma importante ajuda no modo como se estruturam as experiências que ocorrem nos mais variados ambientes físicos, estimando, com efeito, o bem-estar do indivíduo (PROSHANSK; FABIAN; KAMINNOF, 1983).

Deer (2002) afirmou que lugar é um repositório primário para as construções humanas de significado e identidade porque os humanos criam significado em parte inscrevendo suas memórias natural e cultural em suas paisagens. Para a Psicologia Ambiental, estudos sobre a identidade de lugar, apego ao lugar e temas relacionados como efeitos restauradores do ambiente, são necessários tanto para o bem-estar psicológico das pessoas quanto para a preservação de ambientes e comunidades saudáveis.

Os trabalhos desenvolvidos por Bonaiuto, Breakwell e Lano (1996), bem como Lyons e Whight (1997) têm conferido prioridade as dimensões grupais com os locais, permitindo uma compreensão social da identidade local. Esses autores revelam o modo como os espaços podem se tornar importantes locais coletivos de ser e pertencer.

Importa que, embora o construto de identidade local tenha limites e incongruências, os quais necessitam ser classificados, o mesmo oferece um conjunto de possíveis linhas de investigação que permitem clarificar a natureza complexa entre pessoa e ambiente sócio-físico (BONNES e SECCHIAROLI, 1995). Porém o construto da identidade de lugar não deve ficar circunscrito a abordagens que ignorem uma relação dinâmica e integrada a um contexto (BREAKWELL, 1986) e nesse contexto, a Satisfação Residencial incorpora o conceito de que o espaço ocupa um importante papel na satisfação das necessidades biológicas, psicológicas, sociais e, simultaneamente, no processo de definição da identidade (PROSHANSK; FABIAN; KAMINNOF, 1983).

No tocante as contribuições mais específicas da Psicologia Ambiental para o estudo das relações das pessoas com o seu entorno mais imediato, a casa, Guevara e Mercado (2002) organizaram um trabalho que traz a contribuição de vários autores sobre o tema e coloca a importância dos estudos desenvolvidos pelos mesmos na América Latina.

Segundo Mercado (1998) a casa representa um ambiente de suma importância para a determinação da qualidade de vida dos sujeitos, pois a vida familiar encontra, na casa, o habitat que possibilita sua operação como instituição social, sendo possível então transformá-la em um lar. Ainda, segundo o mesmo autor, a casa teria duas principais funções: primeiro a de servir como interface entre o sujeito e o seu entorno, ajudando assim a protegê-lo de fatores naturais e atmosféricos e, segundo, serviria como palco de condutas originais de grupos sociais, mais especificamente, da família; pois a casa é o lugar onde ocorrem várias atividades sociais, atividades estas que fazem parte de processos fundamentais para a constituição/geração da sociedade tal qual conhecemos hoje.

Ao tratar do tema da habitabilidade, termo que se refere a um lugar onde é possível viver bem, é primordial, segundo Mercado (1998), fazer a diferença entre casa e lar. Estando o primeiro relacionado à estrutura arquitetônica-física que delimita o espaço e promove o resguardo e a proteção para seus habitantes; e o lar, aquilo que está relacionado com o fato de que neste espaço físico se dá o desenvolvimento de relações interpessoais, de intercâmbio informacional e afetivo entre os seus habitantes.

Essa habitabilidade se dá desde a eleição de um lugar para se viver, morar, e é por conta disso que as pessoas decidem deixar lugares elegidos por elas mesmas como desagradáveis e buscar outros que para elas sejam mais adequados e que tenham mais haver com seu estilo de vida, o qual segundo Michelson (1980) pode ser definido como o resultado de escolhas, eleição de como os sujeitos distribuem seus recursos econômicos, temporais, simbólicos, esforços, gostos e preferências.

Neste processo de escolha, segundo Mercado (1998), os sujeitos fazem uso de alguns recursos e critérios para eleger seu ideal de casa, de acordo com seu estilo de vida, suas necessidades e possibilidades, afim de obter o grau máximo possível de satisfação com a mesma. Dentre os recursos elencados por este autor fazem parte a percepção do ambiente, a relação com as condições físicas e climáticas, adaptação, a cultura, a decoração, o uso dos espaços, a identificação e o apego.

De acordo com Mercado (2004) o meio ambiente, particularmente por meio dos significados atribuídos ao mesmo, pode afetar a percepção, alterando então a qualidade de vida dos sujeitos. As pessoas conformam seu meio ambiente, o qual se converte em meio socializador, influenciando atitudes e juízos de qualidade e valor a qualquer tipo de meio ambiente. Portanto, a habitabilidade estaria relacionada a uma congruência entre os aspectos físicos de um imóvel e os significados relacionados ao mesmo, protegendo seus moradores de condições climáticas adversas e oferecendo ao mesmo tempo condições de privacidade, territorialidade, significância e funcionalidade; tudo a fim de possibilitar sua adaptação ao local de moradia.

Mercado (1998) afirma que as condutas e respostas do ser humano diante do seu meio representam a forma pela qual ele se adapta ao mesmo; seja por meio de seleção natural, por aprendizagem, seja por meio de prolongada exposição a uma situação adversa, ou seja, o ser humano é adaptável a vários meios, mesmo que esses não apresentem as condições comumente apontadas como ideais e mais adequadas às suas necessidades. O mesmo autor ainda se refere à casa como sendo algo que foi criado e está a serviço de uma instituição, ou seja, criado para propósitos estabelecidos pela cultura. Neste sentido, a família reflete sua identidade cultural na maneira como projeta, constrói, decora e ocupa os espaços e vive em sua moradia, refletindo fortes aspectos de identificação e apego.

Como vimos a Psicologia Ambiental tem um amplo leque temático, como também tem apresentado ao longo do seu desenvolvimento, uma diversidade de perspectivas teórico-filosóficas e métodos de estudo a cerca dos temas que considera relevantes. Em relação a este aspecto, Wiesenfeld (2000) aponta que essa pluralidade, no desenvolvimento teórico da Psicologia Ambiental, se faz presente desde os estudos iniciais na área, quando podemos identificar nos mesmos o emprego de diferentes fundamentos teóricos, o que também, segundo a autora, acontece nos estudos direcionados a moradia, aponta para uma hegemonia dos estudos com uma perspectiva positivista, e para a necessidade do desenvolvimento de outros estudos que enfoquem aspectos mais subjetivos da relação pessoa-ambiente, como o fez ao realizar trabalho sobre o estudo do significado da moradia e do mutirão em um reassentamento na cidade de Caracas, capital da Venezuela.

Portanto, como nosso interesse nesta pesquisa está voltado para o conhecimento dos significados do reassentamento, tomando ainda a satisfação

residencial como um critério a ser analisado optamos por uma visão que pudesse alcançar tal conhecimento, e nesta decisão levamos em consideração os seguintes elementos: a importância do contexto em que se realiza o reassentamento, nas suas dimensões políticas, culturais, sociais e psicológicas; a linguagem como veículo de comunicação, expressão e meio de trocas envolvidos no intercâmbio dos atores envolvidos; as questões históricas relevantes ao tema; a metodologia aplicada no estudo, a qual propicia uma não neutralidade do pesquisador e um rico intercâmbio de subjetividades entre todos que participam do processo de pesquisa.

Assim, encontramos no Construcionismo e na Teoria Crítica, perspectivas que favorecem uma reflexão crítica a respeito da experiência vivida e daquilo que daí é advindo, observando ainda as relações entre os aspectos emocionais, individuais, familiares e coletivos dessa experiência.

1.2 Construcionismo Social

Segundo Castañon (2004) o construcionismo social é o nome que passou a designar o movimento de crítica à Psicologia Social modernista, o qual tem como principal referência teórica a produção de Kenneth Gergen nos artigos "*Social Psychology as History*" de 1973, e "*The Social Constructionist Movement in Modern Psychology*" de 1985.

Gergen (1985) traça os fundamentos críticos e o panorama dessa abordagem da Psicologia Social a qual teve seu início no ambiente acadêmico dos Estados Unidos da América, na década de setenta.

Para Ibáñez (1994) o construcionismo se baseia no fato de que a realidade não possui qualidades próprias se não aquelas que nós próprios construímos a partir das nossas experiências diante dela; são as ditas construções, dessa forma ação e pensamento são inseparáveis e aquilo que tomamos como objetos naturais são apenas objetivações derivadas das características e práticas sócio-históricas em um contexto particular e que implicam em nossas ações, produções discursivas, explicações, etc.

Segundo essa perspectiva, a realidade é uma construção mental inseparável de entidades tangíveis: pessoas, eventos; porém os significados que lhes dão sentido e organizam tais entidades são realidades construídas na interação social (LINCOLN, 1994).

Para Wiesenfeld (2000) o construcionismo entende a realidade como uma construção social, onde entra a subjetividade dos atores, e não como ente independente de nossa experiência.

Wiesenfeld (2005) analisa o paradigma construcionista a partir dos critérios de Lincoln (1994) e assinala que ontologicamente o construcionismo é relativista, pois as construções estão permeadas pelas características da estrutura social e pela posição que o individuo ocupa dentro dela, ou seja, são possíveis à medida em que as condições políticas e as relações de poder as permitem, são históricas e múltiplas, pois os contextos e as interações sofrem constantes mudanças e com elas seus significados. Epistemologicamente é apontada como transacional e subjetivista, pois reconhece o valor da subjetividade e os valores do pesquisador na construção do conhecimento a cerca do objeto estudado, o qual é investigado em conjunção com seus atores. Metodologicamente o construcionismo pode ser considerado hermenêutico-dialético, pois o pesquisador interpreta as construções e as discute com os seus informantes através de um rico intercâmbio.

1.3 Teoria Crítica

Tem sua origem em 1937 com um texto de Max Horkheimer (2003) de nome “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, editado pela revista do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt; centro universitário envolvido com estudos marxistas, apresentando também influências do hegelianismo e do freudismo, tendências fortemente encontradas em suas produções.

A teoria crítica propõe uma transformação da realidade social, contribuindo para emancipar o homem de um conjunto de relações de poder exploradoras das suas forças e aptidões. Propõe-se, ainda a fazer uma reflexão a respeito dos pressupostos necessários para transformar a sociedade, resistindo às formas de poder estabelecidas. Pode ser considerada uma teoria da sociedade, um método de investigação e escola de pensamento.

De acordo com Horkheimer (2003), as tradições críticas tem suas origens em Marx, Hegel, Weber, teóricos da Escola de Frankfurt, como também Foucault e Habermas, autores interessados em entender as formas de dominação do capitalismo e as reais possibilidades de podermos vir a coexistir numa sociedade organizada racionalmente, sem que isso importasse a subordinação da vontade e da

individualidade a uma autoridade logocêntrica. Propõe a teoria como lugar da autocrítica, do esclarecimento e de visualização das ações de dominação social, visando não permitir a reprodução constante desta dominação.

A Teoria Crítica visa oferecer um comportamento crítico nos confrontos com a ciência e a cultura, apresentando uma proposta política de reorganização da sociedade, de modo a superar o que eles chamavam de uma "crise da razão". Propõem a dialética como método para entender a sociedade, buscando uma investigação analítica dos fenômenos estudados, relacionando estes fenômenos com as forças sociais que os provocam. A dialética se dá no sentido de entender os fenômenos estruturais da sociedade, como a formação do capitalismo e a industrialização, entre outras coisas, fazendo uma crítica à economia política. Tem, portanto, o objetivo de interpretar as relações sociais e de contextualizar os fenômenos que acontecem na sociedade.

Para Wiesenfeld (2000), Teoria Critica e Construcionismo reivindicam uma dimensão subjetiva na aproximação com a realidade, destacam seu caráter histórico, a influência do contexto e das relações de poder na construção social da experiência humana, ambos consideram a teoria como produto da investigação e não como algo que a precede, investigação nas quais sujeitos são partícipes juntamente com o pesquisador .

Wiesenfeld (2000) também observa a importância da utilização das perspectivas contrucionista e teórico-crítica junto a Psicologia Ambiental, por entender comunidade e ambiente como um processo dinâmico e de trocas, com mudanças oriundas das transações que ali ocorrem, e com as quais tanto pessoas como o próprio contexto se transformam e que se pode entender a partir da natureza construtiva, histórica, dialética, contextual e subjetiva da relação pessoa-ambiente.

2 SATISFAÇÃO RESIDENCIAL E REASSENTAMENTO

2.1 Satisfação Residencial: conceitos e aplicações

Segundo Wiesenfeld (1995), os estudos empíricos sobre Satisfação Residencial (SR) podem ser agrupados em duas categorias: uma primeira categoria na qual a Satisfação Residencial é concebida como um critério de qualidade ambiental (MARANS e RODGERS, 1975; GALTER e HESSOR, 1981; CANTER e REES, 1982) quando é utilizada para conhecer os fatores ambientais e sociais pelos níveis de satisfação dos usuários nos ambientes em questão. Nesta concepção a Satisfação Residencial está composta por três componentes, o entorno, casa ou edifício e vizinhos. Uma segunda categoria, que define Satisfação Residencial como preditor de condutas, cognição e afeto, associando-se a mesma com conservação ou a deterioração do ambiente residencial (RENT e RENT, 1978) com a ausência de reclamos (SOMER e BECKER, 1971) e ainda em termos de atitudes positivas diante do entorno (MULLINS e ROBB, 1977), considerando-a como “um estado de equilíbrio afetivo que se expressa em condutas tal como a permanência no lugar, em oposição a mudar-se do mesmo”.

Segundo autores como Francescato, Weidemann e Anderson (1987) na Satisfação Residencial estão implicados três fatores, a saber: o afetivo, o cognitivo e o da interação através de condutas.

Onibokun (1974) defende que a Satisfação Residencial é um estado ideal de equilíbrio entre vários fatores que interagem entre si, cujo dinamismo influirá que o nível da mesma seja flutuante no tempo e não tenha um valor absoluto, ou seja, se expresse em graus ao longo de um contínuo. Os fatores aos quais se refere são o usuário, o ambiente que o rodeia e seu sistema administrativo. Segundo este mesmo autor, se as medidas administrativas forem congruentes com as características ambientais e com as aspirações das pessoas, então haverá satisfação.

Galster (1987), em uma revisão teórica sobre Satisfação Residencial sugere que as especificações empíricas para explorar esse construto deveriam ser classificadas de acordo com o tipo de casa e admitir relações não lineares entre o contexto geral, o contexto residencial e os graus de satisfação associados a este. Dessa forma considera que os usos mais frequentes desse conceito tenham sido como medida para avaliar o êxito de projetos desenvolvidos pelos setores públicos

e privados; como indicador de mobilidade residencial e para detectar as percepções dos residentes sobre a moradia atual no intuito de destinar esforços de melhoramento.

Ainda segundo Galster (1987), existem dois tratamentos conceituais contrastantes sobre o tema em questão, um que postula a defasagem entre a realidade e as aspirações, e o intencional. No primeiro, as pessoas percebem os atributos “salientes” do seu ambiente, os quais são avaliados a partir de comparações. Neste caso o grau de satisfação será determinado pela distância entre as aspirações e a realidade, tanto em fatores objetivos como pelas percepções e avaliações dos usuários. No segundo caso, refere-se ao grau em que se percebe o ambiente como um facilitador de ações condizentes com a consecução de metas formuladas.

Existe, pois, um consenso entre a maioria dos autores que a Satisfação Residencial depende de um equilíbrio entre as expectativas dos usuários e o grau em que o entorno oferece o alcance da mesma. Também existe outro consenso spbre uma dificuldade de integrar de uma maneira homogênea os componentes e determinantes da Satisfação Residencial; por conta, segundo Galster (1987) da falta de significado substantivo do conceito, o que o impede de ser facilmente transmitido aos outros.

Neste sentido autores como Francescato, Weidemann e Anderson (1989) fazem críticas ao construto, baseadas em situações, tais quais: 1) tendência a reportar altos índices de satisfação, por conta da falta de variança entre os resultados obtidos o que não indicaria o estado real das coisas; 2) a baixa correlação entre as medidas subjetivas de satisfação em relação às medidas objetivas do contexto e as condutas das pessoas, daí se questionar a validez da medida; 3) a variação nos níveis de satisfação reportados em relação com um objeto para um mesmo indivíduo ou grupo no decorrer do tempo e em relação com as expectativas e normas pessoais e sociais, daí inferir-se ser um conceito débil para derivar ações; 4) a influência do conhecimento das alternativas existentes sobre a satisfação, de modo que embora quanto maior a consciência, menor o grau de satisfação existente; 5) ênfase dada ao construto ignorando por vezes outros assuntos relevantes do entorno.

Em defesa às críticas supracitadas ao construto da Satisfação Residencial, Francescato, Weidemann e Anderson (1987) alegam que quando os resultados se desagregam em termos de satisfação com lugares específicos do ambiente,

aí aparecem as variações. Para se trabalhar com a dificuldade de relacionar medidas subjetivas com medidas objetivas, o autor alerta para o fato de que talvez não se tenha tido o devido cuidado de discriminar as intenções de conduta com as condutas propriamente ditas. Quanto a variação dos níveis para indivíduos ou grupos no decorrer do tempo e de acordo com expectativas que variam, o autor alerta para o fato de que se deve considerar este construto como um processo dinâmico em relação ao tempo e ao espaço. A respeito da relação entre conhecimento de alternativas existentes sobre satisfação, para sanar esse aspecto deve-se integrar os resultados sobre a satisfação com os de participação, simulação entre outros.

Weidemann e Anderson (1986) consideram o fato mais importante da Satisfação Residencial, o de determinar quais componentes do sistema residencial são os melhores preditores da mesma, pois essa informação servirá para orientar as ações a serem tomadas. Afirmam que é importante conhecer quais os elementos da casa que são significativos para as pessoas, conhecer o que desejam e o que se vincula as suas atitudes diante da casa que habitam.

Wiesenfeld (1995) afirma que os especialistas em Satisfação Residencial concluem que existem dois aspectos do universo das variáveis consideradas que se deve examinar e que são: 1) a importância relativa das variáveis preditivas em explicar a variação na satisfação global e; 2) o grau em que as mesmas variáveis preditivas tomadas conjuntamente explicam a variação na satisfação global. Neste sentido a Satisfação Residencial seria uma variável-critério e os componentes serviriam para predizer variações no critério.

Wiesenfeld (1995) ainda afirma que a expressão da Satisfação Residencial pode se manifestar através de uma ou mais dimensões (condutas, percepção, atitudes, cognição, afetos) de acordo com o enfoque do autor. O mesmo acontece com os fatores determinantes do processo (pessoas, ambientes, administração, fatores sociais). Por outra parte, afirma a autora, que os estudos sobre o tema têm utilizado diferentes fatores, tanto do usuário (suas características demográficas: idade, sexo, nível sócio-econômico, estado civil, tipo de residência anterior; fatores pessoais: características de personalidade, expectativas, preferências, percepções, atitudes, crenças, sentimentos), sociais (identificação e afiliação grupal) e condutas (participação em atividades do entorno residencial mediato e imediato,

mobilidade residencial, entre outros) relacionadas com características ambientais, sociais e administrativas.

Para efeito deste trabalho, consideraremos a importância dos fatores ambientais e pessoais que podem ser apontados como responsáveis pelo nível de satisfação dos usuários em determinado ambiente, relacionando ainda os componentes da satisfação residencial: o nível de urbanização, a casa e os vizinhos.

2.2 Satisfação Residencial: uma revisão bibliográfica

Os estudos de Satisfação Residencial (SR) começaram a se desenvolver no início dos anos 1960, quando se começou a considerar a dimensão social nos projetos de planejamento (AMÉRIGO, 1995). A assistência social que se estava prestando nos países com maior desenvolvimento, estava sofrendo nesse período numerosas críticas em sua atuação, sobretudo pela escassa consideração dos aspectos culturais e psicológicos das pessoas envolvidas nessas ações. Esta situação foi suficiente para que no campo da construção de casa populares para trabalhadores e grupos sociais menos favorecidos economicamente e em condição de pobreza e ainda sem condições de crescimento e de capacidade de ascensão e acesso ao mercado formal imobiliário, esses aspectos passassem a ser considerados.

Um dos principais questionamentos que se fazia diante dessa situação, era a falta de sentido humano e falta de controle social que possuem os espaços públicos, assim como a falta de equipamentos sociais em geral; o que por sua vez se associava a localização periférica das habitações desses projetos habitacionais, além dos baixos custos de sua produção. Este processo de construção de casas populares comprometia a geração de novos espaços urbanos e, em geral, não levava em consideração uma série de fatores sociais, os quais em geral eram omitidos dos projetos no momento de sua execução. Esses fatores estavam relacionados com os impactos psicológicos que colaboravam para situações de mudança de moradia; pois a troca de residência muitas vezes se dava a partir de uma ruptura dos vínculos afetivos com os vizinhos e com o próprio território.

Segundo Buttimer (1976), os habitantes de uma cidade, bairro ou outra unidade espacial, não tem somente uma concepção intelectual, imaginária-simbólica

do lugar de residência, tem também o estabelecimento de vínculos afetivos pessoais e sociais, os quais podem ser observados em seus esquemas de interação e filiação.

Ao estudar sobre Satisfação Residencial em áreas de favelas, Aragão e Corraliza (2003), da Faculdade de Psicologia da Universidade de Madri (Espanha), afirmou que desde 1959, autores como Gans, tem se dedicado dentro da Psicologia Ambiental ao estudo dos ambientes sociais em classes menos favorecidas economicamente, e apontou como referências na área os estudos realizados por Aragonés e Amérigo (2000) sobre Satisfação Residencial em habitações populares. Demonstrando ainda que os principais preditores utilizados nos estudos do tema estão formados por 3 componentes, a saber: a casa; o bairro e a vizinhança. Sendo que esses indicadores são comumente estudados no sentido de orientar a tomada de decisões de arquitetos e urbanistas em seus projetos.

Aragão e Corraliza (2003) pesquisaram 314 famílias e 298 donas de casa da região de assentamentos da localidade das Astúrias. Utilizaram como instrumento questionários, entrevistas e escalas de satisfação. A escala de Satisfação Residencial utilizada no estudo foi a escala de satisfação direta e o inquérito de satisfação residencial de Amérigo e Aragonés (1990) e as entrevistas foram realizadas no período de dezembro de 1999 a janeiro de 2000. Os resultados da pesquisa foram apresentados e analisados a partir de duas perspectivas, a saber: a partir de uma perspectiva narrativa, realizada tomando como ponto de partida a pergunta – *como você se sente como um todo em relação a sua casa / bairro / vizinhança?*; e a análise da escala residencial de preditores de satisfação – com variáveis objetivas, tais como: tamanho da casa, tipo de ocupação, existência de banheiro, proximidade de equipamentos sociais, número de cômodos, número de famílias por casa, tempo de moradia, tempo de existência da construção, presença de familiares na área ou na cidade, grupo étnico, religião, renda e ainda como variáveis subjetivas, a percepção sobre a possibilidade de ter uma nova casa e apego ao lugar onde vivem. Os resultados apontaram como atributo mais relevante na análise, a presença de equipamentos sociais na área, tais como equipamentos de saúde e lazer, mais que propriamente com as condições da moradia; e que esses atributos eram os que mais interferiam no nível de satisfação residencial entre os entrevistados.

Amérigo (1995) faz uma revisão da literatura a respeito do modo como a Psicologia Ambiental tem abordado a pesquisa sobre a relação entre as pessoas e seu entorno mais imediato, ou seja, sua casa e seu bairro. Em especial apresenta

todos os aspectos que têm sido utilizados historicamente no estudo da Satisfação Residencial; desde os primeiros teóricos que articularam a disciplina, até os métodos utilizados pelos mesmos. Neste artigo a autora salienta que a grande maioria dos estudos de Satisfação Residencial têm sido realizados em áreas mais pobres das cidades e que tem servido para auxiliar a administração pública em relação às condições mínimas de habitação que devem existir para se garantir paz social e evitar conflitos nas comunidades, portanto aponta a Satisfação Residencial como um indicador subjetivo de qualidade de vida.

Amérigo (1995) afirma que as variáveis envolvidas na satisfação do indivíduo em relação a sua casa e ao seu entorno são múltiplas e correspondem a construções intergrupais desenvolvidas no meio social, e que de acordo com a renda essas variáveis se comportam de maneira diferenciada, aumentando o nível de exigência de acordo com o aumento da renda. Também afirma que os estudos já realizados, até a época de sua revisão, demonstraram que a satisfação está mais relacionada ao bairro do que à própria casa; sobretudo em pessoas de baixa renda. Indica ainda as principais técnicas empregadas para a sua verificação: a) índices de qualidade ambiental percebida (IQAP) e, b) escalas de satisfação residencial.

Amérigo (1995) apresenta, também, os diferentes modelos teóricos onde o termo Satisfação Residencial foi utilizado, a saber: a) como critério de avaliação de qualidade residencial, com fins de planejamento; b) como sistema para predizer sobre mobilidade residencial; c) como modelo compreensivo de satisfação com a moradia, no que diz respeito às condutas do pessoa em seu próprio lar; d) estudos de avaliação pós-ocupacionais (APO), os quais analisam a satisfação em construções recentes e avaliação de ambiente residencial não ainda ocupado e envolvidos em projetos arquitetônicos futuros, através de simulações realizadas por técnicas computacionais.

A referida autora se interessa por duas categorias de estudos diferentes sobre o tema em questão. A primeira categoria relacionada é a mobilidade voluntária, ou seja, pessoas que mudam de bairro de acordo com sua expectativa em relação ao bairro onde moram, e a segunda relacionada a um segundo grupo de pessoas que não tem condições de mudar de bairro e que acabam se acomodando a certas situações e desenvolvendo mecanismos de defesa e adaptação ao ambiente.

Segundo Amérigo (1995), a imagem de um bairro, não se constrói baseada somente em condições objetivas e sim a partir de afetos e valores sentimentais

próprios do grupo social, e de fatores subjetivos intrínsecos de cada um, e que é por essa razão que existem diferenças entre as classes sociais, daí a importância de se realizar estudos que não sejam apenas em áreas carentes, e sim em diversas áreas de ocupação residencial.

Hidalgo e Saldias (1998) realizaram um estudo sobre a satisfação de usuários de programas residenciais populares em Santiago do Chile, pelo Instituto de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Chile; neste artigo o autor inicia sua explanação afirmando que nos dias de hoje (dias em que realizou o estudo), pelo menos no Chile existe uma preocupação dos administradores públicos de melhorar as condições de relação com a população no que diz respeito a entrega de bens e serviços; daí a importância de se estudar a avaliação que os habitantes das cidades fazem dos interesses dos administradores públicos e que esse entendimento é claro para o êxito das políticas públicas.

Hidalgo e Saldias (1998) apontam que não somente a localização, mas que a acessibilidade social e a funcionalidade são extremamente importantes para o êxito de programas sociais de habitação. Alerta, ainda, para a necessidade de se estudar o impacto provocado pelo desenvolvimento urbano e da população do Chile nas ultimas décadas. No referido artigo expõe os principais resultados de um estudo realizado durante dois anos, de 1995 a 1997, em quatro conjuntos residenciais de habitação popular, localizados em diferentes municípios da cidade de Santiago (da grande Santiago). No estudo foi aplicada uma entrevista semi-estruturada, a qual buscou a avaliação dos atributos das áreas onde se construíram esses conjuntos habitacionais. Para a obtenção dos dados se buscou ainda um “desenho amostral sistemático não proporcional”, com o propósito de alcançar uma representatividade conhecida a partir de uma margem de erro conhecida. O tamanho da amostra para cada população se realizou mediante a aplicação de uma fórmula para variancas não conhecidas, estimando como aceitável uma margem de erro não superior a um n=644 casos. O instrumento foi aplicado aos chefes de lar, incluindo 644 casas, ou seja, 30% do número total de habitações. A priorização geral das vantagens e desvantagens foi obtida através do método de agregação ponderada, o qual determina o grau de importância de cada característica. O autor apresentou como os principais resultados, os seguintes: as características do local de residência e aos aspectos de satisfação com a moradia alcançados em cada população.

Verificaram no mesmo estudo as situações que se apresentaram diferentemente como potencialidades e limitações na avaliação que os habitantes faziam do local de residência. As vantagens assinaladas foram em ordem decrescente: a propriedade da casa, segurança do setor de moradia, proximidade de serviços públicos, proximidade do trabalho, seguidos por acessibilidade geral e relação com os vizinhos. Na conclusão do estudo o autor defende que para se obter processos de planejamento que configurem cenários de desenvolvimento urbano mais eficientes e sustentáveis no tempo, elementos como consolidação inter-setorial de recursos e ações, em vários níveis de planejamento, sejam utilizados e que esses recursos observem as vantagens assinaladas pelo estudo realizado (HIDALGO; SADIAS, 1998).

No Brasil, Oliveira e Heineck (2003) realizaram estudo sobre os fatores que interferem na formação da Satisfação Residencial pós-ocupacional, a partir de um estudo de caso em uma edificação residencial multi-familiar. Os autores afirmam que o conceito de Satisfação Residencial tem se tornado um forte indicador empregado por pesquisadores de estudos de ambientes residenciais e que tem sido utilizado com três objetivos principais : 1) como parâmetro avaliativo do desempenho de habitações dos setores público e privado; 2) como indicador de mobilidade social,-para avaliar percepções de usuários quanto as inadequações de seu ambiente residencial; possibilitando a formulação de diretrizes para futuros projetos. Colocam como objetivo do referido estudo, apresentar os principais fatores que interferem na formação dessa satisfação, por meio de um estudo de caso realizado em uma edificação residencial multi-familiar, e utilizam a metodologia de um estudo de avaliação pós-ocupacional, buscando avaliar não apenas os elementos de desempenho, como também outros fatores que caracterizassem a habitabilidade.

No referido estudo apresentam os principais fatores que influenciam na formação da Satisfação Residencial, baseados, segundo os autores, em uma literatura ligada a área do marketing, a saber: 1) macrovariáveis da tomada de decisão; 2) avaliação funcional e técnico-construtiva; 3) qualidade do atendimento prestado pela empresa responsável pelo projeto; 4) características pessoais do consumidor e 5) relação ambiente-comportamento; compreendendo a avaliação de elementos comportamentais, tais como: privacidade, territorialidade, interação social, identidade de local, dentre outros elementos que se relacionam as atividades e a satisfação dos usuários com o ambiente construído. Apresentaram a seguinte

caracterização do estudo de caso: construção em um único bloco, 12 pavimentos; 2 unidades por andar, padrão de alto acabamento, com área por unidade com cerca de 120 metros quadrados, projeto construído em 4 anos, na cidade de Florianópolis (OLIVEIRA; HEINECK, 2003).

Na metodologia utilizaram os seguintes procedimentos: 1) entrevista com o engenheiro responsável pela obra, para obter informações quanto a participação dos clientes durante o período de construção, detalhes técnicos-construtivos da obra e política de atendimento ao cliente da construtora; 2) acesso ao projeto arquitetônico e informações quanto as principais modificações solicitadas; 3) entrevistas com técnicos da área de manutenção e atendimento pós venda, para coleta de informações sobre itens requisitados na assistência técnica; 4) avaliação pós-ocupacional, a partir de entrevistas com os moradores e participação em reuniões condominiais.Todos os apartamentos foram visitados e em cada um deles foram entrevistados sempre mais de um morador. Na análise dos dados, os autores destacaram que a Satisfação Residencial variou de acordo com os diferentes estágios do ciclo de vida familiar, percebendo um comportamento relativamente homogêneo quanto a hierarquização dos fatores que foram utilizados para a verificação da satisfação, e que a macro-variável mais significativa relacionava-se com a localização do imóvel e com o preço do imóvel, associado à motivação para a mudança de endereço/moradia (OLIVEIRA; HEINECK, 2003).

No Brasil, Heineck (2004) desenvolveu estudo em Florianópolis com o objetivo de avaliar o grau de Satisfação Residencial de moradores e o grau de satisfação com a manutenção de condomínios onde residiam, procurando, ainda, evidenciar que variáveis interferiam nessa satisfação. O estudo foi realizado em dez condomínios de Florianópolis e teve como amostra 10% do total de apartamentos de cada um dos condomínios. Para a análise das relações entre as variáveis foram utilizadas as tabulações cruzadas e o teste estatístico de CRAMER V. Com uma amostra de 301 sujeitos que residissem por pelo menos um ano no local, visando atingir moradores com probabilidade de maior nível de conhecimento sobre o ambiente de moradia. 72 % dos entrevistados foram do sexo feminino, e a grande maioria de pessoas se encontrava na faixa etária entre 40 a 60 anos de idade. Somente 10% possuía apenas o ensino fundamental e o restante era de nível médio e superior.com uma renda familiar média em torno de 2 mil reais. Em 80 % dos apartamentos moravam cerca de 4 pessoas. O estudo considerou como variáveis

associadas à satisfação dos moradores: aspectos socioeconômicos, informações sobre unidades privativas, envolvimento dos moradores com o ambiente de moradia e a opinião sobre a vizinhança.

Os resultados obtidos apontaram não haver relações significativas entre as características socioeconômicas dos moradores e o seu nível de satisfação. Revelou-se uma discreta tendência de insatisfação entre os mais jovens, e que as pessoas que residiam em imóveis de menor valor estavam mais insatisfeitas com a manutenção condominial. Em relação ao tipo de ocupação observou que as pessoas que residiam em imóveis próprios tenderam a estar mais insatisfeitas com a manutenção dos imóveis em relação aquelas que residiam em imóveis alugados. As opiniões dos sujeitos sobre a aparência externa dos prédios se apresentaram nos resultados como uma das mais significativas, pois entre os moradores que afirmaram que consideravam boa a aparência dos prédios, nestes houve uma forte tendência a estarem mais satisfeitos. Os autores destacaram que consideraram o fato de não existirem fortes relações das variáveis socioeconômicas com o nível de satisfação, como algo a ser explorado mais detalhadamente, pois esse resultado estaria indo de encontro ao que diz a literatura especializada na área; e apresentaram como possível justificativa para isso, o fato de que a renda média dos moradores estava numa faixa muito estreita de variação. Esse estudo foi desenvolvido pelo setor de engenharia civil da Universidade de Santa Catarina e teve um propósito tanto científico como comercial, sendo isso uma característica comum aos estudos de Satisfação Residencial desenvolvidos no Brasil.

Em outro estudo, Heineck (2004) fez um levantamento da literatura nacional e internacional sobre o comportamento do consumidor no mercado habitacional com vistas a ampliação das linhas de pesquisa na área em nosso país. Nesse estudo faz fortes referências à satisfação residencial, quando cita Fokkema (1996), o qual afirmou que a satisfação com os atributos da habitação, seria o fator mais importante no comportamento do consumidor no mercado imobiliário. Colocaram que os estudos de Satisfação Residencial no Brasil se apresentam como uma das mais fortes tendências entre as linhas de pesquisa das áreas, tanto de engenharia como de arquitetura, como na área de comportamento de mercados. Observou ainda que a avaliação da Satisfação Residencial nos estudos nacionais ocorre principalmente na forma de avaliações pós-ocupacionais, ou seja, estudos de avaliação de satisfação em momentos posteriores à ocupação de espaços

habitacionais, para verificar a necessidade de mudanças em novos projetos arquitetônicos. Apontaram para autores como Speare (1974); Landale e Guest (1985), os quais já afirmavam ser a Satisfação Residencial o principal disparo da vontade de mudar de habitação. Além disso, que fatores como condição de propriedade, renda, tempo de residência, idade e mudança de emprego, exercem influências significativas e tem efeito direto, tanto no nível de satisfação quanto na mobilidade.

Freitas (2003) destacou sobre Satisfação Residencial, no que diz respeito a uma visão integrada entre a Psicologia, Sociologia e a Arquitetura, que três aspectos deveriam ser investigados e considerados em uma avaliação sociológica sobre o tema: a) razões relacionadas a características dos indivíduos; b) razões relacionadas as características intrínsecas dos aspectos residenciais; c) razões relacionadas aos processos relacionais entre indivíduos e seus contextos residenciais. Para tanto, entrevistou 162 moradores em 14 empreendimentos residenciais em Portugal. A autora considerou que a formação da Satisfação Residencial se inscreve em processos vivenciais que encontram em circunstâncias situacionais, motivações ou condições favoráveis, para os seus protagonistas desenvolverem estratégias de relacionamento e posicionamento social, e que as formações avaliativas dos contextos residenciais vão depender dessas estratégias e deste posicionamento, e do valor que ambos adquirirem no jogo coletivo de ação social.

2.2.1 Modelos Teóricos de Estudos Ambientais e Satisfação Residencial

Em relação aos vários modelos teóricos de estudos ambientais utilizando Satisfação Residencial como indicador, Wiesenfeld (1995) considera que a construção desses modelos tenha surgido da necessidade de integrar de uma maneira coerente e sistemática as variáveis que se tem estudado na avaliação e satisfação ambiental, de orientar as investigações na área, de desenvolver teoria sobre o tema e derivar e implantar sugestões para a troca e desenho ambiental.

Um dos primeiros modelos foi proposto por Marans e Rodgers (1975). Esses autores partiram do pressuposto que a Satisfação Residencial é um componente importante na qualidade de vida das pessoas e que para entender a qualidade de vida no ambiente residencial seria necessário conhecer as condições ambientais favoráveis ou desfavoráveis à mesma. Nos estudos referentes a estes modelos

encontraram que as condições ambientais e os serviços públicos existentes na comunidade têm um peso importante na avaliação da qualidade global.

Já Canter e Rees (1982) propõem um modelo que favoreça a identificação, predição e explicação de semelhanças e diferenças na avaliação ambiental, entre intralugares, subgrupos e indivíduos. Estes autores consideram a satisfação como um grau de ajuste entre fatores psicológicos (expectativas) e fatores ambientais. Sustentam que existe uniformidade entre o tipo de processo de interação entre pessoas e lugares e que aquilo que varia é o conteúdo dos mesmos, o que acarretou o desenvolvimento de um instrumento que relaciona lugares com atividades ali realizadas, hierarquizando-os em níveis de satisfação.

Weidemann e Anderson (1986) desenvolveram um modelo que coloca a necessidade de se identificar variáveis que permitissem predizer a atividade no entorno residencial e desenvolver instrumentos para reconhecer e identificar de uma maneira válida e confiável as fontes de Satisfação Residencial. Esse modelo estaria centrado nos aspectos teóricos e substantivos relacionados com a interpretação das respostas das pessoas em relação as suas casas. Incorporando diferentes dimensões e variáveis significativas na Satisfação Residencial e baseados em autores como Francescato, Weidemann e Anderson (1989); Francescato (1979) incluiu trilogia de respostas afetivas, cognitivas e de conduta; em Marans e Rodgers (1975) que deu importância a experiência subjetiva de perceber, avaliar e de comportar no ambiente, considerando suas condições objetivas; e em Campbell (1976), que considerou a satisfação como determinante da qualidade de vida percebida.

2.2.2 Satisfação Residencial: classificação dos estudos

Wiesenfeld (1995) após exaustiva revisão sobre o tema da Satisfação Residencial ao considerar a dificuldade de se classificar os estudos sobre a mesma propõem uma classificação destes estudos, segundo o tipo de casa e para justificar cada tipo, utiliza como exemplo trabalhos já desenvolvidos sobre o tema, a saber:

1) Casas unifamiliares de baixa renda

Montero (1979), na Venezuela, realizou observação e entrevista em duas amostras. A primeira composta de 50 casas em Caricuas e a segunda de 49 casas

em El Valle. As pessoas de Caricuas mencionaram como principal fonte de agrado a propriedade da casa e as de El Valle se sentiam mais satisfeitas com a localização das casas. Nos dois grupos a insatisfação era proveniente principalmente do ruído, da presença de pessoas estranhas ao lugar e da carência de serviços públicos na área. A maioria dos entrevistados atribuía a outrem a deterioração da área e apesar da satisfação com a casa, não mantinham um bom nível de relacionamento com os vizinhos.

Sutrun (1984) estudou as fontes e o nível de satisfação com a casa e com a urbanização em uma amostra de 100 donas de casa residentes em casas unifamiliares na cidade de Valência. As fontes de satisfação proviam da localização das casas, da propriedade das casas e da possibilidade de ampliação das mesmas, para a obtenção de maior conforto e espaço. Observou-se ainda pouca satisfação com os vizinhos apesar de uma boa comunicação entre os mesmos. Levantou-se como hipótese para explicar esse fato a necessidade de privacidade dos moradores dessa categoria de casas.

Wiesenfeld (2005) também encontrou a possibilidade de ampliação das residências como fonte de grande satisfação dos usuários, porém observou que na prática essas reformas eram pouco realizadas, dado as condições financeiras dos seus proprietários e por conta da falta de assessoria técnica para tal. Para essa tipologia de imóveis, as variáveis que mais se relacionaram com a satisfação foram a propriedade das casas, a localização e a possibilidade de reforma física do imóvel.

2) Casas unifamiliares para a classe média

Essa tipologia representa o tipo preferido em numerosos estudos realizados nos Estados Unidos (MICHELSON, 1977). Foi avaliado como positivo, sobretudo a privacidade oferecida pelas casas, a possibilidade de adquirir sua propriedade e de ter pátio próprio.

Segundo Weidmann e Anderson (1986) em termos gerais a satisfação nessa categoria de imóveis vem principalmente da localização, da aparência, da manutenção, espaço para estacionamento, existência de pátio externo, uso de grama, participação na geração de propostas de mudanças no local com possibilidade de serem atendidas pelas autoridades competentes e ainda do bom relacionamento com os vizinhos – o que nos leva a observar uma mudança da configuração da satisfação em função do status social.

3) Edifícios baixos de interesse social

Oxman e Carmon (1986) avaliaram edifícios de um e dois andares em Israel. Os prédios tinham em média 12 apartamentos por piso. Também avaliaram prédios de 3 ou 4 pisos com uma média de 36 apartamentos por piso. Observaram que os moradores de edifícios com menor densidade demográfica sentiam-se mais satisfeitos com os imóveis

4) Edifícios altos de interesse social

Wiesenfeld (2000) afirma que essa tipologia pode ser considerada a mais controversa de todas, dados os resultados de diferentes pesquisas.

Adams e Conway (1977) detectaram que os residentes desses edifícios com muitos pisos associam esse desenho com falta de privacidade, solidão, anonimato, falta de controle sobre a interação social, congestão de serviços e individualismo.

Montero (1979) encontrou que a deterioração desse tipo de edifício está associada em grande parte a ausência de sentido de propriedade e de responsabilidade com a edificação.

Adams e Conway (1977) associam estas edificações com um conjunto de vantagens, tais como: ventilação, tranqüilidade, iluminação, vista entre outros. Neste sentido podemos notar que os mesmos atributos podem ser avaliados de maneira diferente por usuários da mesma tipologia de edifício.

5) Edifícios altos para a classe média

Almeida (1985) encontrou que alguns componentes da representação social dessa tipologia, sobretudo a segurança e a relação com os vizinhos eram valorizadas positivamente por seus moradores. Porém que os mesmos se sentiam insatisfeitos com o tamanho dos apartamentos e com o espaço dos closets.

6) Edifícios altos versus baixos de interesse social

Francescato (1979) encontrou que existe uma maior satisfação em usuários de edifícios mais baixos, sobretudo pela facilidade de acesso ao exterior do prédio, pelo não congestionamento dos elevadores e pela possibilidade de reforma do imóvel, o que não é possível em edifícios de grande altura.

7) Edifícios altos versus baixos para a classe média

Churchman e Ginsberg (1984) compararam edifícios de classe média em Israel, sendo estes edifícios com 4, 8, 12, 16 e 20 andares. Encontraram que as donas de casa apontaram vantagens e desvantagens quanto a altura dos prédios. Entre as vantagens apontaram a privacidade e o encontro com muitas pessoas nos mais altos. Entre as desvantagens apontaram a falta de segurança para as crianças e a dependência dos elevadores. Segundo estes autores as vantagens pareciam estar mais ligadas a questões sociais e as desvantagens a questões ambientais.

8) Comparação de diferentes tipos de casas de interesse social

Amérigo e Aragones (1990), em estudo realizado em Madri, identificaram que para essa tipologia, os preditores mais fortes de satisfação tinham haver com a relação com os vizinhos e com o bairro, fato confirmado por vários estudos para essa tipologia.

9) Comparação de diferentes tipos de casa de interesse social para famílias de baixa renda

Segundo Churchaman e Ginsberg (1984) a falta de sentimento de comunidade está relacionada com a percepção de heterogeneidade da população, o que interfere na identificação entre os membros da mesma.

Montero (1979) encontrou que à medida que as pessoas não se percebiam semelhantes aos seus vizinhos aumentavam o sentimento de desapego, a deterioração do ambiente e o desejo de mudar de local de moradia.

10) Comparação de diferentes tipos de casa para a classe média

11) Comparação de casas de diferentes tipos para populações heterogêneas

Marans e Roders (1975) apontaram que os atributos sociais são mais valorizados em moradores de casas de interesse social, ao passo que moradores da classe média valorizam mais os aspectos físicos da moradia, embora haja autores que discordam dessa afirmação.

No presente estudo utilizaremos o modelo proposto por Wiesenfeld (1995) e Montero (1979), os quais desenvolveram trabalhos focados no estudo de casas unifamiliares destinadas às populações de baixa renda.

2.3 Reassentamento

Scott (1996) afirma que a remoção involuntária da população ocorre por diversas causas e razões, sendo que em todas elas podemos perceber o desafio, tanto para planejadores como para estudiosos de migrações, no sentido de compreender as formas de reorganização da população removida.

Para este autor existem basicamente três tipos de reassentamento, de acordo com o motivo da remoção: a) provocados por desastres naturais, tais como enchentes, terremotos, etc.; b) provocados por eventos políticos, tais como guerras, conflitos étnicos e políticos; c) provocados por projetos de desenvolvimento, tais como a construção de hidroelétricas, estradas, complexos turísticos.

Ainda de acordo com Scott (1996) a primeira categoria de reassentamento pode ser vista como resultado de processos de crescimento desordenados, os quais colocam em risco populações que ocupam lugares sujeitos a maiores perigos, como áreas de falhas geológicas onde ocorrem terremotos, próximo a vulcões ativos, ou nas encostas de barreiras que rompem com as chuvas. O segundo tipo, provocado por eventos políticos, podem ser observados a partir a realidade das populações refugiadas e expulsas de seu território. No caso do reassentamento ser provocado por conta de projetos de desenvolvimento, vale aí ressaltar seu caráter planejado e a existência, na maioria das vezes, de medidas de caráter compensatório como indenizações e aquisição de lotes ou de novas casas.

Cernea (1993) afirma que o reassentamento no espaço urbano tem suas peculiaridades, afetando, sobretudo, as populações pobres e beneficiando uso alternativo da terra, como, por exemplo, serviços de interesse industrial, bancário, comercial, turístico ou até mesmo a construção de moradias de alto luxo. Identifica quatro causas de reassentamento urbano. São elas: crescimento econômico urbano com a necessidade de utilização de espaços para a indústria, comércio, rede de transporte e infra-estrutura, etc.; melhoramento ambiental, a partir de projetos de saneamento, saúde, fortalecimento da rede de energia e de água, prevenção de desastres, etc.; melhoramento de favelas, no sentido de aliviar as condições de

pobreza de certas populações e de melhorar sua qualidade de vida; efetivação de programas não urbanos com repercussão no espaço urbano, como no caso da construção de reservatórios para vários fins.

Para Cernea (1993) os esforços para dimensionar a proporção numérica, ou seja, estabelecer uma estimativa absoluta, das populações urbanas sujeitas as ações de reassentamento involuntário, costumam a ser frustradas, pois as estatísticas gerais sobre reassentamento de famílias não são mantidas sistematicamente por nenhum governo, os quais por sua vez, exercem muitas tentativas deliberadas de esconder ou subestimar os censos urbanos, os quais oferecem somente, no máximo, os cálculos de saldo de censos migratórios mas nunca os fluxos migratórios das populações atingidas.

Scott (2006) apresenta um modelo de vulnerabilidade em projetos de desenvolvimento a partir de um projeto de reassentamento ocorrido em Itaparica – Pernambuco. Nesse trabalho o autor descreve as possíveis relações entre os agravos à saúde das populações reassentadas com a fase de desenvolvimento dos projetos. Parte da perspectiva de um Estado ambíguo, gerador de insegurança, afirmando que o Estado é o mais presente de todos os atores e a partir das intensificações e retrações da sua presença, provocaria uma série de fatores de geração de insegurança.

Partindo desse estudo e tomando o ofício agrícola dos reassentados como eixo organizador. Caracterizaram-se quadros de geração de insegurança estrutural, relacionada à omissão do Estado perante os pobres; insegurança administrada, relacionada à intervenção e superinclusão no projeto de desenvolvimento; e insegurança coletiva local, relacionada à formação cotidiana local das relações de poder. Nesse estudo foi possível ao autor acompanhar as quatro fases: preparação e divulgação, implantação, desenvolvimento, e emancipação com dados etnográficos sobre as relações entre os agricultores reassentados, o Pólo Sindical, a executora governamental (CHESF) e outros agentes, dos anos 1970 até hoje.

Segundo Scott (2006) as modificações na vulnerabilidade da população se associam às transformações nas articulações entre os diferentes quadros de inseguranças gerados pelo processo. Argumenta também, com base nas vulnerabilidades mencionadas e no realinhamento das relações de poder, que a terceira fase – a fase de desenvolvimento – de fato caracterizava-se como de retração e

que a presença do Estado marcava profundas e indeléveis transformações, que impossibilitavam pensar em as fases subseqüentes de emancipação.

Scott (2006) descreve os tipos de insegurança que afetam a população e faz uma relação com as fases de desenvolvimento do projeto. Apresenta a descrição da insegurança estrutural, insegurança administrada e da insegurança coletiva local. A insegurança estrutural, segundo o autor, compõe a natureza excludente abrangente do desenvolvimento brasileiro, sistematicamente sujeitando todos, e, sobretudo, as camadas mais pobres, a serviços inadequados e insuficientes.

Afirma ainda que essa insegurança mina a crença na existência de qualquer maneira de superar obstáculos na busca de uma segurança caracterizada por uma diminuição de vulnerabilidades, e que a mesma pode ser observada nos discursos recorrentes sobre os contrastes entre os ricos e os pobres e a repetição de declarações sobre como os ricos e poderosos armam esquemas para beneficiar a si mesmos. Baseado em evidências contundentes, as quais são tiradas de um cotidiano que comunica essa condição de uma maneira multiforme e ubíqua, desde as decisões sobre o que comer no café de manhã até a participação nas eleições (ou aceitação das imposições) dos seus dirigentes.

Na vivência dessa insegurança, políticas e planos "empacotadinhos" e alardeados publicamente como promocionais ao bem-estar da nação são percebidos como tendo pouca relevância pelas populações locais, pois, segundo Scott (2006) a regra básica desses planos é deixar essas populações locais despercebidas, mesmo que sejam contempladas formalmente nas populações amplas incluídas nos documentos e pronunciamentos elaborados pelos responsáveis. Desse modo, essas populações excluídas formariam uma maioria da população da nação, que, ao longo da história de colonização e dependência, elaborou uma multiplicidade de discursos locais, incorporando a exclusão sistemática.

Para Scott (2006) não é o que alguns dos autores têm entendido como "resignação" nem o que outros inserem em um quadro generalizado de ações e sentimentos de "resistência", e sim uma espécie de contra-face da exclusão, a qual contém os elementos constituintes das relações de poder, isolando cada grupo, ao mesmo tempo em que o insere em um conjunto imenso de grupos e populações, cada qual com a sua versão local do processo. E desse modo, instala-se uma insegurança estrutural, a qual apesar de excluir, não isola as populações locais. Portanto, haveria, simultaneamente, uma vulnerabilidade e um desalento, que

realçariam: a fragilidade da incorporação aos benefícios da nação, própria do conjunto dos excluídos; e uma inclusão numa população maior, mas que é muito fragmentada. Neste sentido, ser ouvido, ou ainda ser atendido, configuraria uma expectativa reduzida nesse tipo de insegurança.

Scott (2006) afirma que esse tipo de insegurança contempla tempos e locais que tomam forma de imutabilidade, pelo fato de não ser tocado direta e sensivelmente pelas políticas. Afirma também que mesmo que haja uma oscilação no tempo e em cada local, a insegurança estrutural*,* tão generalizada, diminuiria a credibilidade na possibilidade de aliviar a vulnerabilidade de populações locais. Em todos os setores da vida cotidiana, esse tipo de insegurança se manifestaria das mais diversas formas e entre elas sempre estão as condições que podem ser encaradas como patológicas.

A insegurança administrada ocorre quando o inusitado, ou o inesperado, se torna realidade. Essa insegurança ocorre quando uma ação específica, costumeiramente correspondente a uma política do Estado, de fato toca diretamente a população local. Os grupos que operam no local se vêem imperativamente motivados a se envolver nessa ação.

Para Turner (1985) é a criação de dramas sociais, cujas intensidades respondem à força de cada ação desencadeada. Grupos locais enfrentam momentos históricos tão cruciais quanto às próprias proporções da ação proposta pelo Estado, nos quais o emprego de identidades coletivas, para negociar os espaços alvos das intervenções planejadas é fundamental. A política e o programa específico que geram a insegurança administrada são uma retificação concreta do Estado. É quando a omissão vira superinclusão. Mesmo assim, os sinais de superinclusão não emitem mensagem clara que transforme a percepção subjacente dos grupos locais envolvidos sobre as intenções excludentes do Estado.

Desse modo, se a insegurança estrutural contribui para um ambiente geral favorável a uma perspectiva cética generalizada da população local em relação ao Estado, os caminhos escolhidos pelos grupos que estão sujeitos à aplicação de um projeto que gere insegurança administrada, mesmo quando variados, são muito mais concretos, elegendo pontos que são cruciais para a defesa das coletividades locais que estes grupos representam.

A maneira como o Estado e seus colaboradores intervém no cenário local redimensiona as relações de poder entre os agentes, ao conferir significados muito

mais palpáveis para cada ação tomada. O surgimento, ou intensificação, de uma capacidade organizacional extraordinária (no sentido de fora do ordinário para o local em questão) entre alguns grupos faz parte de um jogo, no qual os potenciais danos do projeto anunciado, ou já em operação, expõem um espaço de vulnerabilidade que exige uma nova articulação de poder. As vulnerabilidades expostas requerem ações concretas, e a insegurança administrada torna-se uma ferramenta para a criação de uma resistência ou de uma colaboração intensiva, dependendo da leitura das implicações do projeto. Com a passagem do tempo, criam-se novas perspectivas, a partir das quais se possa avaliar a operação do redimensionamento dos domínios de poder que cada projeto, programa ou política específico possibilitou.

A insegurança administrada marca uma hora do escancarar as portas do Estado distante, trazendo-o para próximo da população, a fim de torná-lo um agente conhecido. Assim os braços de intervenção, aparentemente vagos e apagados inicialmente, vão tomando formas cada vez mais complexas e variadas. Tudo isso exige ação sistemática, concentrada, mas bastante resiliente. É necessário saber diversificar-se na identificação dos múltiplos pontos de interação entre realidades locais e projetos abrangentes, que concatenam ações direcionadas à consecução das suas metas prioritárias próprias. Então também é preciso reforçar alguns agentes, que se tornam porta vozes da coletividade, eleitos tanto por si mesmos quanto pelos administradores dos projetos, como interlocutores com algum grau de legitimidade.

Essa legitimidade se torna peça de negociação entre as próprias ações de administração do projeto e as maneiras de executá-lo. Em termos de vulnerabilidade, a clareza das ameaças imediatas à segurança cria tanto uma intensificação de preocupações, que já eram latentes, quanto introduz preocupações novas. Os agentes do Estado ganham nomes e rostos, tanto individuais, quanto institucionais, e a possibilidade de avaliar o seu potencial para ação se aguça, diante das ações propostas e realizadas. É, em parte, um processo contrário à insegurança estrutural, pois, da expectativa de vulnerabilidades decorrentes de um Estado omisso, passa-se para uma expectativa de vulnerabilidades proveniente de um Estado presente e ativo, administrador de benefícios e de danos. O Estado torna-se alvo de vigilâncias que ele mesmo estimulou.

Para Scott (2006) ao contrário da insegurança estrutural e da insegurança administrada, a insegurança coletiva local não se ordenaria diretamente em torno do Estado. Ela estaria mais ligada aos indivíduos que se inscrevem em uma ou em outra identidade coletiva no cenário local e regional, a partir de um jogo de semelhanças e diferenças entre agentes sociais locais, promoveria adesões e afastamentos de pessoas que passaram por experiências históricas locais variadas. Segundo o autor, de acordo com as inserções nos contextos locais, posicionam-se em hierarquias que se constroem e se reconfiguram, contribuindo para uma heterogenia local, que se desvenda a cada instante. Afirma também que a presença de uma competição interna no cenário local e regional apresentaria uma miríade de reivindicações e posicionamentos conflitantes que, independente da heterogeneidade ou homogeneidade entre grupos, contribuiria para a construção de identidades sociais contrastantes.

Para este mesmo autor esse tipo de insegurança seria contraditória, no sentido que a adesão a uma identidade que confere patrimônio espiritual e/ou material seria mais freqüentemente capaz de produzir segurança que insegurança, pois a natureza contrastante de toda identidade é o fator que embute a insegurança nessa realidade.

O não-pertencer a um grupo de "outros", em um contexto local, sinaliza uma fragilidade inerente à própria diferenciação e desigualdade social. Os "outros" poderiam oscilar entre ser aliados ou ser adversários, mas em todo caso seriam outros, ou, em quase todos os casos, pois em certas ocasiões, um momento específico poderia até permitir uma troca de pertencimento, ora momentânea, ora mais duradoura, dependendo das circunstâncias (SCOTT, 2006).

Assim, segundo Scott (2006), os outros não somente contribuiriam para uma delimitação de fronteiras para as coletividades que operam localmente, como também poderiam oferecer condições para que os "nós" possam pudessem se tornar os "outros". A desigualdade nas relações de poder locais seria, para o autor, um dos principais fatores que configuram a articulação e a permeabilidade relativa entre o conjunto de grupos operativos. Cada momento ofereceria, pois uma prova para a constituição dos grupos. Nesse cenário, as vulnerabilidades de grupos se associariam as diferenças, e refletiriam uma convivência histórica e localizada em constante rearranjo, sujeita aos impedimentos erigidos pelos atores nas suas adesões a grupos diferentes.

Scott (2006) afirma que a insegurança coletiva local estaria composta por identidades coletivas locais forjadas em trocas, de palavras, de objetos e até de pessoas, que constantemente estariam se constituindo diante da multiplicidade de possibilidades locais, numa dinâmica tensa que ocorre em um cotidiano onde todos detêm algum grau de previsibilidade, por causa das suas trajetórias específicas, mas que mantêm a fresta aberta para transformações.

No Brasil, Rebouças (2000) realizou célebre trabalho sobre o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema, trabalho este que recebeu o título de “O Planejado e o Vivido”. Em suas considerações, a autora pode demonstrar claramente, a diferença entre os significados elaborados pelas famílias reassentadas, em relação aqueles significados elaborados pela agência executora de uma hidroelétrica na região do vale do rio Paranapanema.

Segundo esta autora pode-se compreender um descompasso simbólico que operava no interior do próprio reassentamento. De um lado os planejadores defendendo a idéia de que seu programa de reassentamento apresentava condições adequadas para um programa de caráter social que promoveria uma vida coletiva e garantia a viabilidade da atividade econômica dos reassentados, o que caracterizou como um engano; e do outro lado, os ribeirinhos, rejeitando a proposta inicial de uma instalação em agrovila, por se entenderem como desfamiliarizados e isolados, fato que a autora caracteriza a partir da observação dos efeitos da estandardização dos lotes, da inversão da esfera pública e privada, além da destituição dos principais lugares que acomodavam as principais atividades coletivas dos ribeirinhos, como por exemplo, as missas, as quermesses, festas e batizados, entre outros.

A autora também chama atenção para os termos que os reassentados utilizavam para se referir a nova situação em que se encontravam, utilizando palavras como prisão e confinamento, fato que revela seus sentimentos diante das novas moradias. A organização do espaço do reassentamento, também, segundo a autora, influenciou de maneira negativa no cotidiano as famílias, já que o projeto apresentado tinha características de uma distribuição espacial tipicamente urbana, algo diferente da maneira tradicional utilizadas pelos ribeirinhos em sua vila original.

2.3.1 Reassentamento e Satisfação

Almeida e Castro (2002) realizam estudo sobre reassentamento de famílias, relacionando Satisfação Residencial e identidade local. Partindo do pressuposto que na ação de reassentamento pode haver implicações tanto relacionadas à ameaça quanto a ganho para a identidade dos reassentados. Colocam como principal objetivo do trabalho o de examinar o papel do novo local de habitação no que se refere à Satisfação Residencial, assim como no processo de identidade, ou seja, pretendendo constatar se os indivíduos se sentem satisfeitos com o novo local de residência, indagando sobre a relação existente entre essa satisfação e o desenvolvimento de sua identidade.

Foi utilizada no estudo uma amostra por cotas, estruturada por sexo, nacionalidade, idade (a partir de 10 anos) e etnia. Amostra formada por 182 indivíduos provenientes de um bairro de reassentamento em Lisboa – Portugal. No referido estudo foi aplicado um questionário composto por duas secções: a primeira em que se procurou aferir algumas características sócio-demográficas ligadas aos recursos habitacionais; e a segunda, composta por questões relacionadas à Satisfação Residencial e a identidade local (identidade de lugar). De modo geral foram feitas perguntas para avaliar a satisfação, tais como: *de modo geral, até que ponto diria que está satisfeito com seu bairro / casa, edifício / vizinhos?* E para avaliar a identidade local, foi feita a seguinte pergunta: *como é para você ser das sapateiras?* As respostas seguiam na seguinte ordem: 1) nada satisfeito; 2) pouco satisfeito; 3) um pouco satisfeito; 4) satisfeito e 5) muito satisfeito. A resposta para identidade local variava entre: 1) nada importante; 2) pouco importante; 3) um pouco importante; 4) importante e 5) muito importante.

Os autores apresentaram os artigos em forma de gráficos de barras e suas conclusões mostraram que as dimensões que mais contribuíram para explicar a satisfação, estavam relacionadas com as condições da nova casa e com a presença de novos vizinhos, porém constatou-se que a maior parte das pessoas se sentiram pouco identificadas com o local. Os autores defendem que esse processo realojamento pode ter representado uma perturbação no espaço físico, interrompendo o processo que liga o indivíduo ao ambiente sócio-físico e ter causado certos comportamentos de perturbações ambientais e psicológicas na população em estudo.

Wiesenfeld (1995) aborda a questão da avaliação dos ambientes como um procedimento amplamente utilizado na Psicologia Ambiental, a qual tem como propósito fundamental conhecer as cognições, afetos e comportamentos pessoas diante dos vários entornos com os quais interagem. Aponta que um dos ambientes mais avaliados, pela sua importância na vida das pessoas, é a moradia, particularmente por meio da Satisfação Residencial, processo pelo qual se expressam as crenças e sentimentos da pessoa diante da sua casa e da sua vizinhança.

Neste estudo, Wiesenfeld (1995) teve como objetivo avaliar residências multifamiliares. O campo de estudo se deu na região de Cana de Açúcar, em Maracay de Caracas. Os resultados obtidos evidenciaram a importância de considerar a casa e a vizinhança, tanto em seu aspecto físico como social e que a relação entre esses fatores interferiam na satisfação e no desejo de mudar de moradia. Também registra o fato de haver uma forte correspondência entre a satisfação e as características particulares da vizinhança, revelando a possibilidade de coexistirem altos níveis de satisfação mesmo quando há avaliações desfavoráveis por parte dos moradores das condições de suas moradias; e por último que a satisfação é maior em edifícios mais baixos e com um menor número de moradores.

Wiesenfeld (2000) realizou um estudo sobre o significado da moradia em moradores reassentados na região de Esperanza, em Caracas, na Venezuela, os quais participaram, eles mesmos, da construção das suas casas, num projeto social habitacional de mutirão. O trabalho teve como objetivo conhecer o significado que tem o mutirão e a casa para gestores e seus residentes. A análise se deu, a partir, de uma perspectiva construcionista crítica. A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa, utilizando ainda de uma abordagem relacionada à Psicologia Social, em suas vertentes ambiental e comunitária. Além de tratar da compreensão de um problema social ligado a temática das políticas públicas habitacionais, também serviu como apoio para a análise dessas políticas no país. A estratégia de estudo foi a de um estudo de caso. Foram entrevistadas famílias residentes em 69 apartamentos, participaram homens e mulheres, todos maiores de 18 anos. Realizadas entrevistas em profundidade que versavam sobre o tema da Satisfação Residencial. Em relação ao significado do mutirão a autora pode perceber que os sujeitos da pesquisa consideravam o mesmo como uma necessidade compartilhada e que a experiência

acabou por contribuir para a formação de uma forte noção de grupo, aproximando aí uma noção de comunidade e de fortes vínculos entre os moradores, aspecto relevante na formação da Satisfação Residencial.

Como vimos ainda há muito a se pesquisar sobre Satisfação Residencial, sobretudo, sobre Satisfação Residencial de reassentados, principalmente no Brasil, em especial, no que diz respeito a projetos habitacionais de interesse social, ou seja, as chamadas casas populares. Neste sentido, a qualidade e a variação de metodologias utilizadas por autores estrangeiros, deve servir de inspiração e ser avaliada com o devido cuidado, sem perder de vista as diferenças culturais que certamente serão encontradas em nosso meio, abrindo assim uma perspectiva de avaliação dos projetos desenvolvidos pelos administradores públicos, gestores e idealizadores das políticas públicas de habitação em nosso país.

3 TERESINA: CIDADE VERDE

O presente capítulo tem como objetivo descrever o cenário de implantação do Programa Lagoas do Norte, ao fazer um resgate histórico da capital do Estado do Piauí, e das políticas habitacionais públicas que determinaram o desenho e a organização geográfica da cidade, dando ênfase aquelas mais diretamente relacionadas à ação do reassentamento do qual trata o trabalho.

Teresina tem suas raízes na Barra do rio Poti, onde, em 1760, já havia um aglomerado de casas habitadas por pescadores, canoeiros e plantadores de fumo e mandioca, na sua maioria de origem indígena. Localizada na confluência do Rio Parnaíba com o Poti, cortada pela estrada que ligava a cidade de Oeiras (primeira capital), a Parnaíba (próximo ao litoral) e com sua posição geográfica privilegiada. A Barra do Poti registrou extraordinário aumento populacional, transformou-se num dos maiores centros comerciais da região e foi elevada à categoria de vila (Vila do Poti), desde já demonstrando a vocação comercial do local (SEMPLAN, 2009).

Ao ser instalada a Vila Nova do Poti na Chapada do Corisco - local assim chamado em virtude das fortes trovoadas e freqüentes faíscas que caem durante a estação chuvosa, o primeiro edifício construído foi a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, padroeira dos potienses. O prédio da Igreja serviu de ponto de referência para o traçado de Teresina, cujo território compreendia, de norte a sul, um quarto de légua para cada lado, tendo a igreja como centro, e de leste a oeste, o espaço entre os Rios Parnaíba e Poti. A transferência da capital foi, na época, bastante polêmica e marcada por protesto das famílias tradicionais da Província do Piauí de Oeiras, as quais desejavam a todo custo, garantir a permanência da capital naquela cidade. Contudo, apesar da pressão, o Presidente da Província do Piauí, José Antônio Saraiva, ardoroso defensor da mudança, efetiva a transferência da capital. E em 16 de agosto de 1852, dirige circular a todos os Presidentes de Província do Império comunicando o fato.

Segundo a História, a Imperatriz Dona Teresa Cristina Maria de Bourbon teria apoiado junto ao Imperador a idéia da mudança da capital e, daí, o nome da nova cidade foi dado em sua homenagem. Saraiva denominou a cidade de Teresina (antigamente grafado *Theresina*), diminutivo de Teresa em italiano.

Com a instalação definitiva da capital, concluída em outubro de 1852, Teresina começou um processo de desenvolvimento bastante acentuado. Em junho

de 1851, viviam na Chapada do Corisco 49 habitantes, entretanto, já na segunda década após a transferência da capital o número de habitantes era superior a 8 mil.

Teresina foi a primeira cidade do Brasil construída em traçado geométrico. Ela não nasceu de forma espontânea, mas de modo planejado. Saraiva, pessoalmente, tomou as primeiras providências. Planejou tudo, com o cuidado de estabelecer logradouros em linhas paralelas, simetricamente dispostas, todas partindo do Rio Parnaíba, rumo ao Rio Poti.

Teresina é conhecida por Cidade Verde, nome dado pelo escritor Coelho Neto, em virtude de ter ruas e avenidas entremeadas de árvores. Localizada no centro-norte do Estado do Piauí, sendo, por tanto, a única capital da Região Nordeste que não se localiza às margens do oceano Atlântico. É a 22ª maior cidade do Brasil, com 802.537 habitantes. Está separada do município maranhense de Timon pelo rio Parnaíba, e, juntas, aglomeram mais de 1 milhão de habitantes. A cidade representa cerca de 25% da população piauiense e cerca 45% de sua economia, sendo sua região metropolitana responsável por 60% do PIB do Piauí (SEMPLAN, 2009).

Com uma latitude de 5º5'20 sul e longitude de 42º48 '07 oeste, localiza-se na divisa com o Estado do Maranhão, em uma altitude de 72 metros, em média. A parte central da cidade está situada na bacia hidrográfica do Rio Parnaíba. Por essa característica, há quem chame a capital piauiense de *Mesopotâmia do Nordeste*. Na zona norte da cidade, os dois rios se unem e transformam-se em um só leito em direção ao oceano. No lugar há a formação de lagoas e um parque ambiental, com mirantes, para que a paisagem possa ser apreciada bem de perto. Nesta mesma localização também é possível encontrar algumas peças de cerâmica do rico artesanato de Teresina e um monumento que ilustra a lenda do *Cabeça de Cuia*, personagem do folclore local (SEMPLAN, 2009).

O *boom* populacional ocorreu principalmente a partir década de 1950, época de construção das grandes rodovias no Piauí. Em quase 60 anos, a capital saiu dos 90 mil para os atuais quase 800 mil. Tal fato é uma das marcas da centralização dos serviços do estado na capital, que levou a multiplicação das vilas na periferia do município.

A rede de saneamento básico da cidade ainda é deficiente, o que provoca um aumento de doenças relacionadas a contaminação da água com dejetos domiciliares. Tal fato é marcante na zona Norte de Teresina que possui um complexo sistema de lagoas fluviais, envoltas de vilas com pouquíssima infraestrutura.

Figura 01. Vista da cidade de Teresina-PI.
Foto: Lorena Dayse Borges, 2010.

A partir de 1930, o processo de urbanização no Brasil tem se acentuado, porém foi a partir dos anos 60 que esse fenômeno se intensificou, atingindo de forma diferenciada todas as regiões do país. Em 1940, a taxa de urbanização brasileira era de 26,3% e em 1980, alcança 68,86% e vai para 81,2% em 2000, o que demonstra uma inversão quanto ao lugar de residência no Brasil, que deixa de ser o campo e passa a ser a cidade. Em números absolutos a população urbana no país era de 18,8 milhões. Em 1940 e passou para 138 milhões e em 2000, ou seja, em 60, anos teve um incremento de 125 milhões de pessoas. Esse contexto exigiu a intervenção do Estado na política habitacional, a qual pode ser melhor observada a partir dos anos 30, com a oferta de casas populares criadas com os fundos das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS), com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e com o surgimento do SERFHAU na década de 1960, quando o país desenvolve efetivamente uma política pública habitacional (SEMPLAN, 2009).

Coube ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) promover a elaboração e a implantação de planos de desenvolvimento local e

integrado a nível regional e nacional. Essa política habitacional contava com os recursos oriundos da Caderneta de Poupança e dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Com a crise econômica nos anos 90, coube à Caixa Econômica Federal a atribuição de desenvolver e financiar a política habitacional brasileira, e em 1990, o governo criou o Programa Carta de Crédito, voltado à construção da casa própria.

Mais recentemente, já no governo Lula, coube também ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – o financiamento de projetos de construção de habitações de interesse popular. O PAC, lançado em 28 de janeiro de 2007, é apresentado como um programa do Governo Federal que engloba um conjunto de políticas econômicas, que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do país, prevendo grandes investimentos nas áreas de infra-estrutura, como portos, rodovias, habitação, entre outros. O programa se compõe de cinco blocos. O principal bloco engloba as medidas de infra-estrutura, incluindo a infra-estrutura social, como habitação, saneamento e transportes de massa. Os demais blocos incluem medidas para estimular crédito e financiamento; melhoria do marco regulatório na área ambiental; desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo. Tendo como foco a população de baixa renda e apresenta como investimento um total estimado para habitação de R$ 106,3 bilhões, até 2010, R$ 55,9 bilhões direcionados para famílias com rendimento mensal de até cinco salários mínimos. Com isso, o governo desejou diminuir o *déficit* habitacional praticamente pela metade ao atender 4 milhões de famílias em quatro anos (SEMPLAN, 2009).

Outra fonte de financiamento para efetivação de políticas públicas de habitação no Brasil tem sido o BIRD – Banco Internacional de Reestruturação e Desenvolvimento, o qual já vem ao longo de décadas financiando a construção de habitações em projetos de reassentamento agrários e urbanos, como no caso do reassentamento do Programa Lagoas do Norte. Porém para a aprovação da liberação de recursos para esse fim, sobretudo quando se trata de reassentamentos involuntários, o BIRD tem feito uma série de exigências e adotado uma série de critérios, os quais compõem um arcabouço da política de reassentamento adotada pelo Banco Mundial e que podem ser encontrados na OP/BP 4.14 e que tem como principais orientações:

I. Evitar ao máximo possível reassentamentos;

II. Evitar ao máximo possível interrupções na vida da comunidade;

III. Recuperar o modo de vida operante ao assegurar o mínimo do padrão anteriormente existente;

IV. Assegurar a participação da população envolvida no planejamento e na efetivação de qualquer atividade de reassentamento;

V. Completar o cadastro da população afetada antes da data limite estabelecida;

VI. Assegurar a aplicação dos princípios de elegibilidade abaixo descritos;

VII. Assegurar que remoções não aconteçam sem as compensações acordadas e;

VIII. Efetuar um monitoramento e avaliação adequados.

O BIRD exige ainda que sejam realizados estudos técnicos sociais da população afetada e, os quais incluam o levantamento de campo, a avaliação social e a consulta ampla à população afetada. O objetivo é evitar ao máximo possível os reassentamentos e, portanto, prevê-se que a população afetada seja mínima ou inexistente. Também exige que seja preparado projeto com a descrição de preparação de planos e de processo de aprovação de reassentamentos, os quais devem incluir:

I. Censo da população afetada incluindo, entre outras, informações necessárias para a aplicação dos critérios de elegibilidade para as solicitações; estudos e documentos da terra ou ativos que serão perdidos (por exemplo, pastos, colheitas, cercas e casas) e documentos de estruturas da comunidade que sejam afetadas (por exemplo, igrejas, campo de futebol, etc.).

II. Estudos socioeconômicos participatórios que suplementem as informações do censo, incluindo a informação detalhada do estilo de vida, da economia formal e informal, dos recursos naturais, do nível de renda, das características socioculturais, das organizações locais e assistência comunitária, da infra-estrutura e dos serviços existentes de saneamento, saúde, educação e outros;

III. Relatório analítico sobre as soluções alternativas e as características da área de reassentamento, incluindo a discriminação da área de reassentamento planejada (física, social e outras condições);

IV. Definição do critério de elegibilidade ao pacote de compensação e definição do tipo de pacote de compensação, e;

V. Salvaguardas Acionadas pelos Programas de Dispêndios Elegíveis (PDE) do Setor de Água e Saneamento (A&S) e das Políticas de Salvaguardas acionadas pelas condições de desembolso referentes às ligações domiciliares de água e saneamento.

3.1 Descrição dos principais projetos de urbanização desenvolvidos em Teresina

3.1.1 Projeto de revitalização do centro da cidade

Teresina foi planejada desde a sua origem, pelo Conselheiro Saraiva, em 1852, que elaborou o primeiro modelo de ocupação espacial da Cidade, projetando-a em formato de tabuleiro de xadrez, com ruas alinhadas, quarteirões pequenos e um grande largo circundado por prédios administrativo e religioso, o Largo do Amparo, que constitui seu Marco Zero. Esta área onde se implantou a cidade é hoje conhecida por “Centro”.

A cidade foi-se expandindo e o Centro caracterizando-se cada vez mais por sua tendência comercial, tendo sido proibido, durante vários anos, o uso habitacional em novas edificações projetadas. Vários planos urbanos foram propostos, buscando soluções para os problemas apresentados pelo crescimento da cidade. Porém, foi a partir de 1989, que a área central mereceu mais atenção no planejamento municipal. No ano de 2000, a Prefeitura começa implementar um *Programa de Revitalização da Área Central* contemplando alguns investimentos públicos e privados, assim como medidas de racionalização do uso e melhoria da infra-estrutura urbana existente, tendo sido produzido como o ponto de partida para uma nova forma de conduzir o desenvolvimento do Centro de Teresina (SEMPLAN, 2009).

O atual projeto de revitalização do centro foi elaborado por uma equipe de arquitetos e engenheiros, integrantes do Grupo de Trabalho da Agenda 2015, com vista à revitalização do antigo centro da capital. Foram analisadas, discutidas e incorporadas algumas alternativas ao plano inicial pelo grupo técnico formado por representantes da SEMPLAN/PMT, CDL, Sindicato dos Ambulantes, FUNDAC e SDU Centro/Norte. O projeto teve como objetivo, humanizar, restaurando e preservando o patrimônio natural e construído, reorganizando o comércio informal e garantindo a adequada mobilidade urbana e utilizou como estratégia a restauração, conservação e tombamento dos imóveis do centro histórico; além do reordenamento do comércio informal dos vendedores ambulantes e da reestruturação do tráfego. Também foram realizadas obras do terminal rodoviário em integração com o metrô da cidade, os quais se encontram em um local comum e junto ao shopping da cidade, obra destinada a estruturar a atividades dos camelôs. Outras iniciativas do projeto estiveram relacionadas à reforma do mercado central e a restauração das principais praças do centro, algumas delas voltando a ter seu formato original, por meio de um importante e minucioso resgate fotográfico do acervo da cidade.

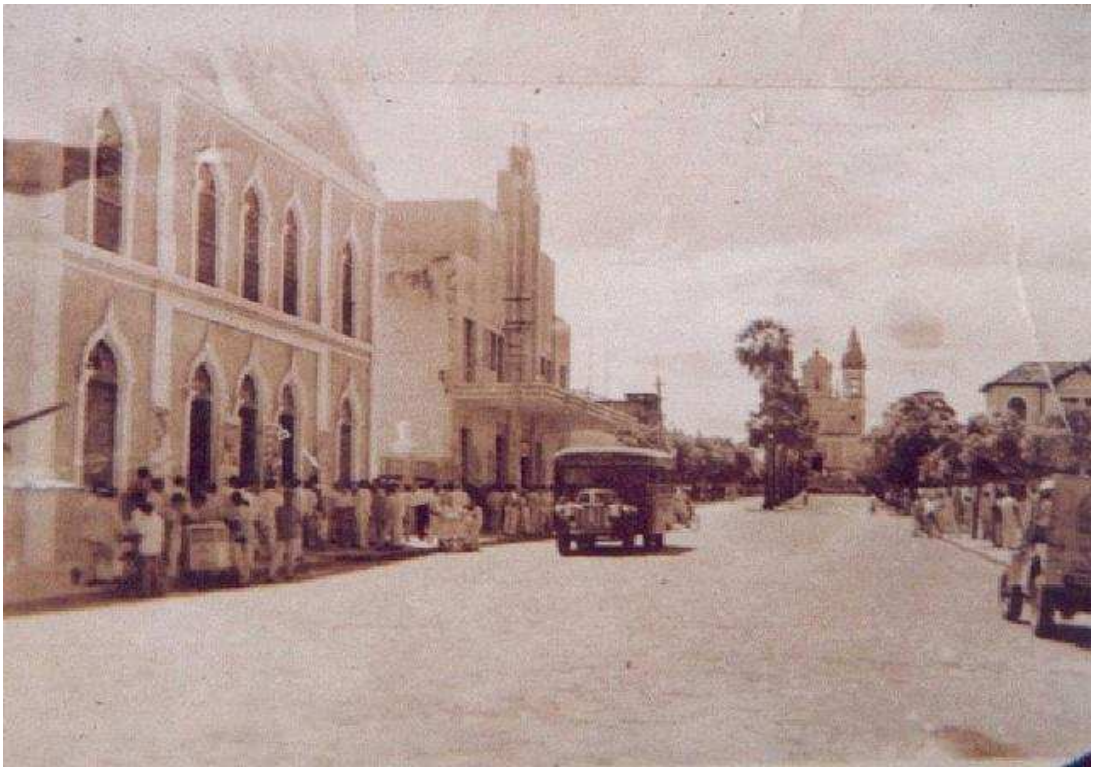


Figura 02. Praça Pedro II – Centro da Cidade, década de 1940.
Foto: Arquivo Público Municipal de Teresina-PI.

Figura 03. Praça Pedro II – Centro de Teresina.
Foto: Lorena Dayse Borges, 2010.

3.1.2 Projeto Vila Bairro

O Projeto Vila-Bairro teve sua origem numa formulação realizada pela Prefeitura de Teresina, em janeiro de 1997, que ao longo dos anos estabeleceu uma clara prioridade aos investimentos em infra-estrutura social, por vezes concentrando ou desconcentrando esforços nas ações voltadas para as áreas periféricas. O projeto tem se constituído como marco na concepção de políticas públicas, pelo caráter de integração de ações de políticas básicas e compensatórias voltadas para o resgate de populações empobrecidas e excluídas socialmente.

O programa teve como metas: consolidar as vilas existentes em forma de bairros, com padrão mínimo de urbanização, orientados para o desenvolvimento sócio-econômico; consolidar uma opção política abrangente com a presença do Estado visando o resgate social da população pobre pela via de melhoria de qualidade de vida e da auto-estima; oferecer obstáculo considerável à multiplicação do problema pelo exercício do controle dessas áreas evitando a reprodução da situação de grave risco e a formação de verdadeiros estados paralelos fundados na larga marginalidade; implantar ações globais de infra-estrutura física e social nas vilas, instituindo-lhes padrão mínimo de urbanização; estabelecer parceria entre poder municipal e sociedade civil organizada implantando modelo co-responsável de intervenção; estimular a geração de renda, considerando o potencial econômico e as relações sociais já estabelecidas nos aglomerados alvos das intervenções; integrar, funcionalmente, as vilas às áreas circunvizinhas com infra-estrutura já instalada; intervenção sistematizada e integral em 155 vilas; envolvimento comunitário com uma programação para lideranças, entidades representativas e população em geral das vilas; atuação, através de 20 frentes de ação, nos componentes de infra-estrutura física e comunitária, ação educativa e geração de emprego e renda.

O projeto obteve várias premiações, decorrentes do êxito das medidas implementadas e transformações conseguidas. Destacam-se como indicadores importantes alcançados a efetivação da nova configuração proposta para a periferia da cidade; a instituição de modelo co-responsável e as mudanças no espaço e no comportamento da população das áreas.

3.2 Programa Lagoas do Norte (PLN)

3.2.1 Concepção do programa

O Programa Lagoas do Norte tem como objetivo melhorar as condições de vida e promover o desenvolvimento sócio econômico e ambiental da região das lagoas situadas na zona norte da cidade de Teresina, no Estado do Piauí. Será beneficiada diretamente a população residente nos 13 bairros que compõem a região das lagoas e moram mais de 90 mil pessoas.

O Programa está sendo desenvolvido pela Prefeitura de Teresina e coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPLAN), tendo sua execução a cargo da Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Centro/Norte em articulação com demais órgãos municipais e a comunidade local com prazo previsto de 5 anos. Serão aportados recursos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, “Banco Mundial” e da Prefeitura de Teresina (SEMPLAN, 2009).

O Programa visa transformar, de forma ousada e inovadora, uma região urbana em condições gerais precárias e de grande vulnerabilidade ambiental em uma área de proteção ambiental, com parques ecológicos, espaços esportivos e de lazer, urbanização e paisagismo, unidades de saúde, escolas municipais e unidades habitacionais. Serão mais de R$ 100 milhões investidos em 13 bairros (Acarape, Matadouro, Alvorada, São Joaquim, Nova Brasília, Mafrense, Olarias, Poti Velho, Itaperu, Alto Alegre, Aeroporto, São Francisco e Mocambinho), beneficiando diretamente mais de 100 mil pessoas (SEMPLAN, 2009).

As ações incluem desde a transformação favorável da infra-estrutura física da região, com ações de desenvolvimento social e da economia local, à preservação e valorização do meio ambiente. Com isso, a área de intervenção receberá melhorias na drenagem urbana, adequação do sistema viário, reforço e recuperação de diques, reforço da rede de abastecimento de água, implantação da rede de esgotos, urbanização, construção e melhoria de moradias e trabalho social de educação sanitária e ambiental. Ainda por meio do programa, será modernizada e melhorada, a capacidade de gestão da Prefeitura Municipal de Teresina nas áreas financeiras, urbana, ambiental, de prestação de serviços e desenvolvimento econômico

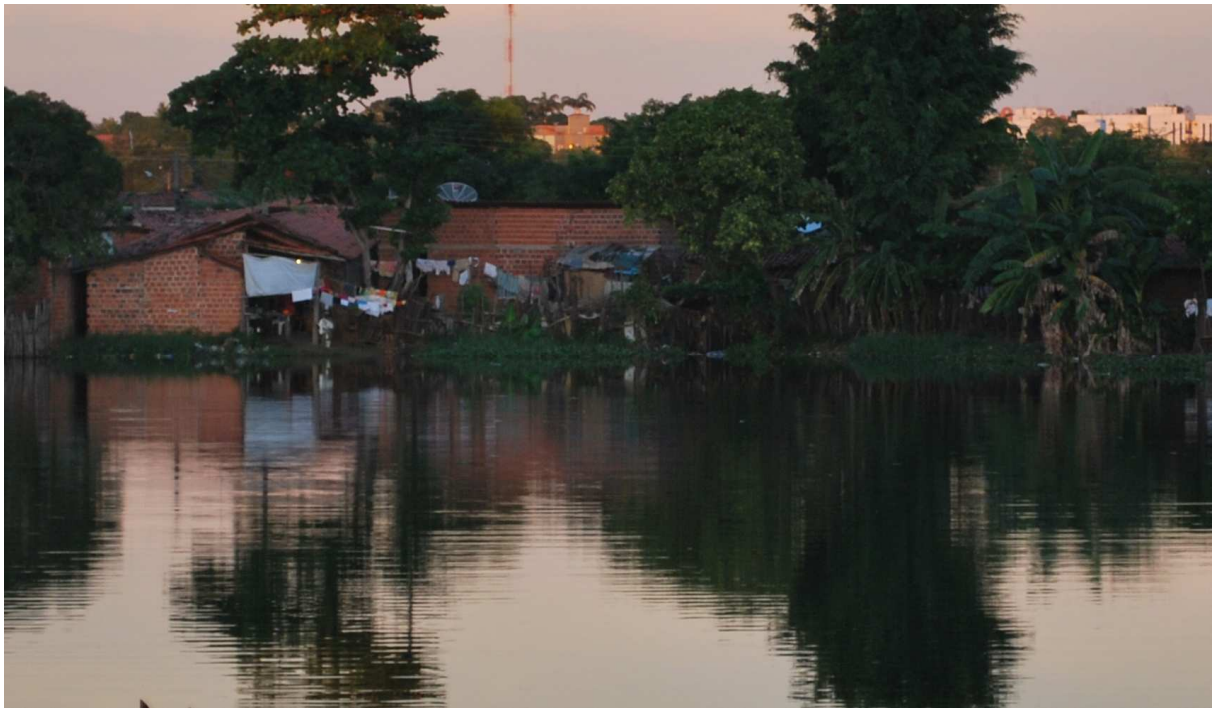


Figura 04. Vista da Região das Lagoas, zona Norte de Teresina, anterior do reassentamento.
Foto: Lorena Dayse Borges, 2010.

Figura 05. Vista da Região das Lagoas, zona Norte de Teresina, após o reassentamento.
Foto: Lorena Dayse Borges, 2010.

Figura 06. Vista do Bairro São Joaquim, zona Norte de Teresina
Foto: Lorena Dayse Borges, 2010.

3.2.2 Componentes

As ações serão desenvolvidas de forma sistematizada e integradas, dando prioridade à transformação favorável da infra-estrutura física da região, através de intervenção com ações de desenvolvimento social e da economia local, associadas à preservação e valorização do meio ambiente.

Para a sua operacionalização, o Programa foi dividido em três componentes: Modernização da gestão municipal, desenvolvimento da cidade e gerenciamento do projeto; Melhoria urbano-ambiental integrada na região das lagoas do norte e Desenvolvimento econômico e social.

Requalificação Ambiental e Urbana

- Melhoria do sistema de abastecimento de água;
- Melhoria do sistema de esgotamento sanitário;
- Melhoria da drenagem urbana da região;
- Adequação do sistema viário;
- Recuperação de áreas degradadas;

- Limpeza urbana;
- Urbanização, paisagismo e recreação e lazer;
- Habitação: construção e melhoria de moradias (reassentamento)
- Educação sanitária e ambiental

Desenvolvimento econômico e social

- Implantação e melhoria de equipamentos sociais: creche, pré-escola, unidade de saúde, centro de capacitação profissional;
- Construção do Núcleo de Apoio à Produção Local;
- Capacitação profissional e acesso a crédito à comunidade local;
- Alfabetização funcional, treinamento para comercialização / cadeia produtiva;
- Capacitação da comunidade para participação social.

Planejamento e governança

Estudos e planos imprescindíveis ao planejamento do desenvolvimento da região e do município, tais como:

- Plano Diretor do Município de Teresina;
- Plano Estratégico de Transportes para a Cidade de Teresina;
- Plano Diretor de Tratamento de Resíduos Sólidos;
- Plano Diretor de Drenagem Urbana de Teresina;
- Avaliação das condições de abastecimento na zona rural;
- Avaliação estratégica de emprego e renda no município de Teresina;
- Plano de Reorganização Administrativa e Financeira da Prefeitura Municipal.

3.2.3 Gerenciamento do Programa

Elaboração de Estudos e Planos Diretores:

- Plano Diretor de Drenagem Urbana;
- Plano de Desenvolvimento Econômico Local
- Plano de Gestão de Resíduos Sólidos

Desenvolvimento Institucional da Prefeitura de Teresina:

- Monitoramento de serviços públicos;
- Melhoria da gestão orçamentária, financeira e fiscal;
- Programa de modernização da gestão educacional;
- Avaliação ambiental regional;
- Implantação e operação do Sistema de Alerta de Enchentes. com;

Auditoria Independente do Programa

Requalificação local (urbanismo e paisagismo);

- Urbanização e paisagismo das lagoas;
- Melhoria das vias locais;
- Construção de equipamentos urbanos (quadras, quiosques, decks);
- Complementação da rede de distribuição de água e das ligações domiciliares;
- Implantação e expansão da rede coletora de esgoto e das ligações domiciliares;
- Implantação de estação elevatória para micro-bacia;
- Melhoria habitacional (reassentamento)

Infra-estrutura

- Interligação das lagoas;
- Implantação de comportas e sistema de bombeamento;
- Melhoria do sistema viário principal ;
- Reforço do sistema de abastecimento de água;
- Recuperação de diques e
- Implantação da Estação de Tratamento de Esgoto Norte e de linha de recalque final.

3.2.4 Desenvolvimento econômico e social na região

Ações de desenvolvimento econômico e social (Anexos 01 e 02):

- Projeto social;
- Educação sanitária e ambiental;

- Apoio à geração de renda;
- Treinamento e capacitação dos moradores da região;
- Formação de empreendedores e assistência continuada;
- Reconversão da atividade de olaria;
- Implantação e revitalização de hortas comunitárias;
- Fortalecimento do Banco Popular;
- Reformas, ampliações e construções de centros de saúde e de escolas de ensino infantil;
- Reforma do Teatro do Boi;
- Revitalização dos centros de produção e comercialização da região;
- Reforma do mercado público do bairro São Joaquim e
- Reforma dos Centros de Referencia da Assistência Social – CRAS.

Figura 07. Vista aérea da região das lagoas do norte.
Foto: Arquivo da SEMPLAN, 2009.

3.3 Caracterização da área 1 do Programa Lagoas do Norte

A área 1 do Programa Lagoas do Norte é composta pelos bairros São Joaquim, Matadouro, Acarape e Parque Alvorada. Todos esses bairros estão localizados na região norte de Teresina, local onde encontramos várias invasões nas margens das lagoas, sendo, portanto considerado pelo poder público municipal como área de risco ambiental.

A tabela abaixo apresenta a caracterização dos bairros componentes da primeira etapa do Programa Lagoas do Norte.

Tabela 01. Caracterização dos Bairros que compõem a área 01 do Programa Lagoas do Norte. Teresina - PI.

Caracterização	São Joaquim	Matadouro	Acarape	Pq.Alvorada
População	12.884	5.291	3,693	6,320
Escolas	06	04	01	04
Creches	06	00	00	02
Famílias no PSF	1.688	1,957	400	423
Renda média mensal	301,84	368,18	1.505	382,26
Centros de artesanato	01	00	00	00
Artesãos	13	00	00	00
Praças	04	01	03	02
Organizações comunitárias	13	04	04	00
Espaços de cultura e lazer	06	04	01	00
Linhas de ônibus	05	06	03	06
Mercados	01	01	00	00
Domicílios	2,659	1,151	767	1,278
Hab/domicilio	4,47	4,24	4,44	4,56
Domicílios com abastecimento d'água	2.559	1,138	764	1,257
Domicílios com coleta de lixo	2,402	1,066	766	1,215
Rede geral de esgoto ou Pluvial	15	255	344	17
Fossas sépticas	1,429	564	413	688
Valas	02	00	00	01
Lagoas	41	24	00	14
Feiras	01	00	00	00
Unidades de saúde	01	01	00	00
Fossa rudimentar	727	215	07	468

As ações de urbanização na área 1 do Projeto Lagoas do Norte contempla os bairros Acarape, Matadouro, São Joaquim e parque Alvorada. O objetivo é melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda da região das lagoas através de intervenção integrada de requalificação urbana e ambiental, de prestação de serviços de qualidade, voltados para o desenvolvimento sócio-econômico local. As obras incluem trabalho social, melhoria do sistema viário da região, drenagem pluvial, reforma de escolas, do Teatro do Boi, do Centro de Produção e do Mercado do São Joaquim, urbanização de margens das lagoas e reforço de canais de interligações, construção e melhoria de habitações e da iluminação pública da área.

BAIRRO ACARAPE

O nome Sítio Acarape, de propriedade do Dr. Evandro Rocha, foi adotado para denominar um conjunto habitacional do INOCOOP construído em suas proximidades, que mais tarde passou a designar todo o bairro.

BAIRRO MATADOURO

Em 1928, o intendente Anfrísio Lobão Veras, após a abertura da rua que ligava a Chapada do Corisco ao Poti Velho, construiu, numa área de baixa vegetação, o Matadouro Municipal, dando origem ao nome do bairro.

BAIRRO SÃO JOAQUIM

O nome se deve ao Sítio São Joaquim, de propriedade do ex-prefeito de Teresina, Joel da Silva Ribeiro. Neste local houve uma invasão, a qual deu origem a uma vila, cujos moradores adotaram o mesmo nome do sitio. Ainda nas proximidades, foi construído um conjunto habitacional da Cohab, também denominado São Joaquim e assim todo o bairro ficou conhecido.

BAIRRO PARQUE ALVORADA

A Prefeitura, por volta de 1958 a 1960, implantou o loteamento Parque Alvorada em homenagem ao Palácio da Alvorada, em Brasília. Tendo tornado-se bairro, toda a área é atualmente designada apenas por Alvorada, conforme Lei Nº 1.934, de 16 de Agosto de 1988.

Figura 08. Mapa dos Bairros do Programa Lagoa do Norte
Foto: Arquivo da SEMPLAN 2009.

Figura 09. Imagem aérea do local do Reassentamento em relação à margem das Lagoas
Foto: Internet, google maps.

4 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa no formato de um estudo de caso, o qual procura conhecer os significados do reassentamento elaborados pelos atores (famílias reassentadas e técnicos responsáveis) envolvidos na ação de reassentamento do Programa Lagoas do Norte, observando o confronto entre esses significados, comparando-os, conhecer os significados da saúde para essas famílias, a partir de sua subjetividade, além de conhecer a satisfação residencial dos ocupantes das casas do reassentamento.

A pesquisa qualitativa objetiva capturar o sentido do que dizemos sobre o que fazemos a partir da exploração, elaboração e sistematização dos significados de um fenômeno, problema ou tópico (BANISTER; BURMAN; PARKER, 1994).

Pode ser adotada por diferentes disciplinas (Antropologia, Sociologia, Psicologia, entre outras); paradigmas (positivismo, pós-positivismo, construcionismo, estudos culturais, entre outros); estratégias de investigação (teoria fundamentada, estudo de caso, observação participativa, método histórico, etnográfico, etc.) e em métodos de correlação e análise de informações, como entrevista, observação, documentos, registros, experiência pessoal, semiótica, análise do discurso e de conteúdo, etc. (DENZIN; LINCOLN, 1994).

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa qualitativa pretende: 1) lograr uma maior compreensão de um problema conceitual, empírico ou de valor; 2) avaliar um programa, organização, atuação, analisar a intervenção, implementação ou experiência a respeito de diversas opções políticas (LINCOLN; GUBA, 1985).

Entre as características gerais desse tipo de pesquisa, podemos citar:

É evolutiva, ou seja, os conceitos, categorias, temas e padrões, se desenvolvem a partir dos dados. Dessa forma aumenta a possibilidade de incorporar a multiplicidade das realidades expostas pelos autores;

É holística, pois não fragmenta as pessoas e seus cenários em variáveis, pois os mesmos são considerados em sua totalidade, daí o seu interesse pelo estudo dos processos; o que conduzo reconhecimento do seu caráter dinâmico e histórico;

Tem interesse pela informação proveniente do conhecimento tácito dos sujeitos sem o propósito de quantificá-lo ou generalizá-lo;

Considera que processos estudados são inseparáveis do seu contexto, a partir de suas características e relação pessoal com os atores do processo;

Dá um enfoque naturalista e interpretativo, pois os fenômenos são estudados em seu próprio entorno natural com base nos significados que lhes confere seus atores;

Permite uma interpretação ideográfica, pois destaca as particularidades do caso, antes de se preocupar com sua generalização e tem sua validez em função de tais particularidades;

A interpretação é multifocal e dialógica, pois erige sobre as construções dos atores e do investigador;

É subjetiva, pois nega a suposta neutralidade científica e objetividade do pesquisador em sua aproximação com o objeto de estudo, é, portanto uma relação interativa entre pesquisador e seus informantes.

Tratou-se de pesquisa qualitativa do tipo emergente, ou seja, seu planejamento se fez para amplas contingências, pois assumiu uma falta de conhecimento prévio sobre a realidade estudada, ao considerar que o contexto em estudo determina em grande medida o desenvolvimento do mesmo e que aquilo que emerge da interação entre o pesquisador e o fenômeno é imprevisível. Neste sentido, numa pesquisa qualitativa, não partimos de uma hipótese, teoria, variáveis previamente definidas, e sim do que flui no curso da pesquisa e das construções dos seus protagonistas (WIESENFELD, 2000).

4.1 Amostra

Neste estudo foi, utilizada uma amostra intencional composta por atores, chefes de família, oriundos de 15 famílias provenientes de 327 selecionadas, participantes da primeira etapa de execução de reassentamento do projeto Lagoas do Norte em Teresina-PI (área 1) e de 04 técnicos responsáveis pela execução desta ação. O acesso a essas famílias se deu primeiramente com uma família apresentada por um dos técnicos do projeto. As famílias subseqüentes foram apresentadas pelas famílias previamente entrevistadas. O número total de famílias e de técnicos se deu a partir da saturação da fala.

Foram utilizados como critérios de inclusão: fazer parte das famílias reassentadas, ser considerado chefe de família e aceitar participar da pesquisa,

excluídos aqueles que não se adequarem aos critérios de inclusão e, em relação aos técnicos, ter participado da etapa de execução do reassentamento. Vale salientar que apesar de utilizar o critério da saturação da fala, procuramos compreender uma proporcionalidade que garantisse a participação de parte dos técnicos envolvidos na etapa de execução, ou seja, quatro técnicos da ação de reassentamento (três do sexo feminino e um do sexo masculino) e um número de atores correspondente ao número de 15 chefes de famílias reassentadas (oito do sexo feminino e sete do sexo masculino), mesmo que a saturação da fala ocorresse com um número menor de atores, perfazendo um total de 19 atores entrevistados.

O órgão responsável pela implantação do reassentamento – Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEMPLAN) – realizou a triagem de mais de 500 famílias, das quais 327 foram as primeiras a serem reassentadas no ano de 2010, não utilizando como critério para seleção das mesmas o seu nível de risco em relação a localização de suas residências atuais e sim seu cadastramento e reassentamento, seguindo a lógica do avanço do projeto de construção civil envolvido na reforma da área atingida. Esse grupo, portanto, representa uma área denominada área 1 e foi destinada ao reassentamento piloto das atividades a serem realizadas pelo programa.

4.2 Instrumentos e materiais

A pesquisa recorreu à aplicação de uma entrevista semi-estruturada, que procurou em princípio conhecer algumas características sócio-demográficas e ligadas aos percursos habitacionais dos sujeitos questionados; e uma segunda, composta por um roteiro que investigou a Satisfação Residencial. Além de uma entrevista com os principais técnicos responsáveis pela execução do reassentamento. O roteiro de entrevista é uma adaptação do guia utilizado por Wiesenfeld (2000) acrescido de um breve roteiro direcionado aos técnicos participantes do projeto de reassentamento, o que permitiu a comparação entre esses significados e de questionamento referente ao significado que as famílias atribuíram à sua saúde, a partir da experiência do reassentamento (Anexo 6).

As entrevistas foram realizadas pelo pesquisador porta a porta durante o mês de maio de 2010, em horário comercial ou pós-laboral, com intuito de não

perder atores que poderiam estar ausentes na ocasião da visita às casas. O trabalho de campo se desenvolveu no local do reassentamento, com uma amostra intencional composta por um número previamente determinado, porém que não ultrapassasse o número de famílias previsto, a não ser que o mesmo não conseguisse alcançar o critério da saturação da fala para determinar o total de atores entrevistados.

Foram excluídos aqueles que não se adequaram ao critério de inclusão. Os técnicos que atendiam os termos da pesquisa foram entrevistados em seu local de trabalho e participaram apenas aqueles que tiveram contacto direto com as famílias reassentadas, sendo excluído o corpo técnico-administrativo do programa, pelo fato de que os mesmos não tiveram contacto direto com as pessoas reassentadas e nem participaram da etapa de execução do reassentamento.

Para a anotação daquilo que se mostrasse interessante para a compreensão dos significados do reassentamento nos dois grupos envolvidos, sobretudo durante o nosso trabalho de campo, utilizamos um diário de campo, o qual nos acompanhou durante todo o trajeto, tanto durante as entrevistas com os técnicos ocorridas no interior da instituição responsável pela execução do reassentamento, quanto no próprio local do reassentamento, na ocasião das entrevistas com as famílias reassentadas ou mesmo durante visitas que fizemos ao local.

4.3 Cenário da pesquisa

As entrevistas foram realizadas na área do reassentamento 1, hoje oficialmente denominado Residencial Zilda Arns.

4.3.1 Caracterização da área do reassentamento

O Residencial Zilda Arns conta com 327 unidades residenciais, tendo as mesmas uma metragem de 34 metros quadrados, distribuídos em um lote de 120 metros quadrados. Está organizado em 8 quadras, sendo a primeira destinada a unidades mistas ou seja, ao mesmo tempo residenciais e comerciais e voltadas para a avenida Rui Barbosa, principal área comercial do bairro São Joaquim. O residencial conta com rede de distribuição de água, rede elétrica, pavimentação e saneamento e esgotamento sanitário (Anexos 4 e 5).

4.3.2 Procedimento de coleta

A princípio as informações foram colhidas, a partir de uma reunião com o grupo de técnicos envolvidos mais diretamente com a ação do reassentamento, ou seja, os profissionais da UPS (Unidade de Projeto Social) e da própria ocasião das entrevistas que aconteceram nas instalações da SDU Norte (Superintendência de Desenvolvimento Urbano da região norte de Teresina), sede da ação de execução do reassentamento.

As entrevistas foram gravadas por meio de gravador convencional, utilizando meio magnético, ou seja, fita cassete. Posteriormente, foram transcritas e repassadas para o editor de texto do programa computacional NUD-IST, para a realização da análise de conteúdo.

As entrevistas com os técnicos duraram aproximadamente 40 minutos, enquanto que com as famílias cerca de uma hora e meia.

Figura 10. Residencial Zilda Arns, área comercial.
Foto: Lorena Dayse Borges, 2010.

Figura 11. Residencial Zilda Arns, área residencial.
Foto: Lorena Dayse Borges, 2010.

4.4 Plano de análise

Segundo Bardin (2002) a análise de conteúdo é uma técnica, ou conjunto de técnicas, que pretende analisar, sobretudo, as formas de comunicação verbal, escrita ou não escrita, que se desenvolvem entre os indivíduos. Desde o texto literário, passando pelas entrevistas e discursos, todas essas formas são susceptíveis de ser analisadas por essa técnica. Ainda podemos defini-la como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

No seu percurso natural a análise de conteúdo é composta de dois procedimentos básicos: 1) descrição analítica – que tem como função a exploração do próprio texto, tendo como base uma codificação que é constituída, por certo número de categorias, sendo cada uma composta por vários indicadores. Estes indicadores representam determinadas unidades de registro que vamos procurar no texto. No fundo trata-se de uma enumeração das características mais fundamentais

e pertinentes que encontramos no texto; 2) inferência – que nos permite dar uma significação fundamentada às características que foram encontradas no texto, ou seja, é através dessa inferência que podemos interpretar os resultados da descrição, o que nos vai permitir objetivar as condições de produção que estiveram na base de um determinado texto, entrevista, etc.

No que tange especificamente a este trabalho, a análise de conteúdo foi realizada a partir do material colhido nas entrevistas aplicadas aos reassentados e aos técnicos responsáveis pela ação de reassentamento do programa lagoas do norte, e fez uso de um programa computacional (NUD-IST) para esse fim.

O programa NUD-IST é voltado para a análise de conteúdo e foi concebido e desenvolvido pela Universidade de La Trobe, em Melborne, na Austrália. O programa pode ser dividido, quanto à lógica de funcionamento, em duas partes que se completam: a indexação e a pesquisa.

A indexação consiste na referenciação dos documentos a um modelo de análise. Assim, em primeiro lugar, temos de introduzir os documentos que vamos analisar no programa computacional, para posteriormente criar um modelo de análise que assumirá a forma de uma árvore invertida. Formamos então uma estrutura hierárquica de categorias, as quais se posicionam de acordo com a sua menor ou maior especificidade. Sendo assim possível construir uma estrutura categorial, quer através de comandos, quer através da própria *interface* gráfica onde é apresentada a árvore, atribuindo a cada categoria um endereço numérico correspondente ao lugar ocupado na hierarquia, possibilitando assim, de uma forma intuitiva e organizada, uma mais fácil utilização do programa.

Após introduzirmos os documentos e uma vez constituído o modelo de análise, passamos à indexação, propriamente dita, isto é, à ligação dos documentos às categorias criadas manualmente ou através do próprio programa.

A pesquisa do sistema de índices consiste na investigação, segundo determinados critérios, das categorias já indexadas. A pesquisa do sistema de índices é, em certa medida, a operação que faz a mediação da fase exploratória com fase conceptual presente na estruturação da árvore. Neste ponto se realizam as várias relações possíveis entre as unidades do texto recolhidas, por meio de comandos próprios do programa computacional.

Devemos ressaltar que nossa análise se deu de maneira não uniforme em relação aos vários objetivos do trabalho.

Para os dois primeiros objetivos propostos (significados do reassentamento e da saúde, para técnicos e para as famílias reassentadas), utilizamos o NUD-IST e a partir disso, demos sequencia às etapas iniciais da análise das entrevistas. Já no que diz respeito à comparação entre esses significados partimos para a construção de um quadro demonstrativo e comparativo desses significados e posteriormente sua discussão.

Naquilo que se refere a Satisfação Residencial, utilizamos o clássico modelo proposto por Wiesenfeld (2000) e Amérigo (1995), o qual divide essa análise a partir da própria construção do indicador, a saber: satisfação global e satisfação por componentes(bairro/localidade, casa e vizinhos). Sendo assim avaliamos o geral e a força de cada um desses componentes em relação aos resultados.

As etapas seguidas pela análise iniciaram com a escuta e transcrição das entrevistas para secção de texto do NUD-IST, segundo o modelo de análise do referido programa. As etapas seguintes se deram com essa indexação e ligação com categorias emergentes sugeridas pelo programa, tendo também a possibilidade de demonstrar falas que se destacavam em cada categoria.

Descartadas algumas sugestões de categorias e escolhidas outras, partimos para a fase de análise e interpretação seguindo os pressupostos teóricos já mencionados – Teoria Crítica, Construcionismo Social e Psicologia Ambiental – a partir de teóricos como Lincoln (1994) e Ibáñez (1994), entre outros,os quais propõem um desvelamento das práticas de opressão que operam na experiência vivida e interpretada pelos setores oprimidos, o que justifica nosso posicionamento de ir ao encontro do anseio das famílias reassentadas, sem contudo desprezar a fala dos técnicos, até mesmo para alcançar as características do jogo de poder aí estabelecido, observando um universo de contradições a partir de uma visão hermenêutica-dialética. O trabalho teve como categorias analíticas: a satisfação residencial, os significados do reassentamento e o processo de reassentamento.

4.5 Cuidados éticos da pesquisa

A fim de garantir sigilo e privacidade para os entrevistados desse trabalho, as entrevistas destinadas aos reassentados foram realizadas na própria residência dos atores da pesquisa, ou no local de trabalho no caso dos técnicos, ambos resguardados em sua privacidade e contando apenas com a presença do

entrevistador e entrevistado. Assim, o total sigilo das entrevistas foi garantido ao entrevistado, o qual recebeu um termo de consentimento informado, colocando o objetivo e as características da pesquisa e o compromisso do sigilo (Anexo 7).

Vale salientar que a coordenação do Projeto Lagoas do Norte concedeu autorização, por escrito, da utilização dos dados para efeito da realização desta pesquisa que deu origem a uma tese de doutorado, dentro de parâmetros éticos estabelecidos pela comissão de ética do programa ao qual está ligado e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP.

Foi também assegurado ao entrevistado o direito inequívoco de acesso a todo e qualquer dado de sua própria entrevista e direito a veto a qualquer parte da mesma. Houve também o comprometimento de fornecer uma devolutiva da entrevista em momento oportuno, após o término da coleta de dados e da conclusão do trabalho.

Não serão mencionados os nomes verdadeiros dos entrevistados no decorrer deste trabalho, tomando-se o máximo de cuidado para se evitar toda e qualquer possibilidade de identificação. O trabalho teve como número de protocolo do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP nº 095/2010.

Salienta-se que houve mudança da amostragem inicialmente prevista. A mudança se caracterizou pelo aumento do número de total de sujeitos, que passou de 10 (dez) para 19 (dezenove), sendo 15 chefes de família e 4 técnicos. Houve a necessidade de entrevistar sujeitos do sexo masculino, para verificar se os resultados sofreriam alguma mudança por conta da variável gênero. Isso se deu por conta dos sujeitos da primeira amostragem ser todos do sexo feminino, exceto um técnico. Vale salientar que não houve qualquer mudança nos objetivos do estudo ou mesmo mudança na metodologia do mesmo, o que garante a ausência de riscos ou prejuízos ao trabalho.

A referida alteração consta de Relatório enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, tendo sido aprovado como juntada de documentos ao processo 095/2010.

5 RESULTADOS E ANÁLISE

A análise do processo do reassentamento do Programa Lagoas do Norte se deu a partir daquilo que foi possível obter da fala dos atores envolvidos com a ação do reassentamento e com as observações realizadas em nosso trabalho de campo. A interação existente entre o pesquisador e os atores nos permitiu mergulhar numa interessante, rica e intrigante rede de significados elaborados e permanentemente reelaborados por esses atores, e que se revelaram ao nosso conhecimento a cada passo da pesquisa. No entanto, antes de entrarmos na discussão sobre o que a análise das entrevistas revelou sobre os significados do reassentamento, consideramos de suma importância colocar neste trabalho informações, às quais, só foi possível ter acesso na medida em que nos aproximávamos da intimidade do projeto, informações essas que revelam os bastidores de um processo repleto de contradições e de desencontros entre os depoimentos e ações dos seus protagonistas .

A princípio as informações aqui presentes, foram oportunizadas, a partir de uma reunião com o grupo de técnicos envolvidos mais diretamente com a ação do reassentamento, ou seja, os profissionais da UPS (Unidade de Projeto Social) e da própria ocasião das entrevistas a qual aconteceu nas instalações da SDU Norte (Superintendência de Desenvolvimento Urbano da região norte de Teresina) sede da ação de execução do reassentamento, além, é claro, das entrevistas com as famílias reassentadas.

A referida reunião teve como objetivo a apresentação do pesquisador e da pesquisa ao grupo de técnicos, e permitiu uma série de informações dos técnicos ali presentes, acabando por revelar dados que somente esse contato pessoal poderia permitir, pois não constavam no projeto escrito, ou mesmo nos relatórios oficiais, onde só apareciam parcialmente e não revelavam a carga de emoção envolvida com as informações prestadas.

Para a manutenção do nosso compromisso com a confidencialidade das informações, passaremos a nos referir aos técnicos utilizando a letra “t” e aos reassentados a letra “r”, acrescidos de um número de ordem atribuído aleatoriamente e que não segue necessariamente a ordem das entrevistas, mas que é de pleno e fácil controle para fins de análise.

Entre essas informações colhidas destacamos o fato de que o grupo total dos profissionais (assistentes sociais, educadores ambientais e administradores) envolvidos com o Programa Lagoas do Norte, não compartilhou das decisões tomadas durante sua elaboração e execução, fato esse que se revelou na medida em que as assistentes sociais da unidade responsável pela etapa da execução do reassentamento deixaram bem claro que somente cabia as mesmas a tarefa de executar aquilo que anteriormente teria sido decidido pela coordenação do programa.

> Recebemos as orientações da coordenação do programa... nos cabe somente executar aquilo que já foi determinado. Aqui é a unidade de execução, podemos, é claro, dar até mesmo opinião, pois temos muita experiência no assunto. Eu mesma tenho mais de dez anos. t1

A experiência acumulada pelas assistentes sociais da unidade de execução, as quais vinham de projetos anteriores, como o vila-bairro, acabava fazendo as mesmas esbarrarem e discordarem de uma série de decisões tomadas no gabinete da coordenação. Essa situação pode ser facilmente ilustrada a partir da decisão do projeto em fazer a distribuição das casas do reassentamento por meio da técnica de sorteio, algo que os técnicos já experientes no assunto, as assistentes da unidade, julgavam perigoso e polêmico, pois sua vivência com essa técnica já havia revelado que a mesma não era bem vista pela população afetada ,pois comprometia os laços de relacionamento familiar e de vizinhança já existentes entre a população. A alternativa proposta pelas assistentes sociais da unidade de projeto social foi a de realizar um tipo de sorteio estratificado por quadra, ou seja, os antigos vizinhos se manteriam pelo menos na mesma quadra;e assim o foi feito, sob as vistas grossas de quem tinha autoridade para mudar a forma de sorteio, mas não tinha experiência suficiente para propor uma técnica alternativa.

> A gente colocou assim tudo dentro de um saquinho, os mesmos vizinhos em saquinhos diferentes e foi assim mesmo, o pessoal da coordenação ficou sabendo, mas foi melhor assim mesmo. Essa história de sorteio, sorteio mesmo, a gente já sabe que o pessoal do reassentamento não aceita, então a gente fez assim mesmo. t1

Outro aspecto que nos chamam a atenção neste caso específico da distribuição das casas por técnica de sorteio, é a de que a literatura especializada no assunto contra-indica essa atitude. Segundo Yazigi (2001) este tipo de distribuição através de sorteio é totalmente inadequado, pois o autor afirma que as relações

sociais não são estabelecidas por leis (aspectos legais). Portanto compreendemos essa modalidade de distribuição a partir de sorteio como pouco interessante à sustentabilidade de qualquer projeto de reassentamento. Também neste sentido, Soczka (2005) e Speller (2005) alertam que a disposição física das residências é fator importante para a formação e a manutenção dos laços afetivos numa comunidade ou grupo de pessoas.

Outro aspecto da distribuição das unidades habitacionais sorteadas foi a reserva de parte delas para os estabelecimentos comerciais que já existiam na área geográfica de origem dos reassentados, as quais foram cadastradas especificamente para esse fim e deslocadas conjuntamente para a mesma quadra. Colocadas estrategicamente na margem da principal avenida do bairro São Joaquim, a avenida Rui Barbosa, local de maior concentração de comércio da região. As assistentes sociais da unidade assim o fizeram por determinação prévia da coordenação do programa, porém, na hora de efetivarem a mudança dos estabelecimentos esbarraram com toda sorte de protesto dos moradores, sobretudo, com aqueles que omitiram no momento do cadastramento que mantinham pequenos comércios junto ao seu local de moradia, pois temiam que tal revelação os pudesse prejudicar, pois modificaram os dados sobre sua renda e isso também revelaria a clandestinidade dos seus estabelecimentos. Uma vez o problema posto, as assistentes sociais da unidade de execução lançaram mão de mais uma estratégia, separando as unidades de esquina das quadras destinadas somente a ocupação residencial, para um uso comercial, ou seja, a experiência acumulada foi mais uma vez colocada como recurso e a experiência justificou mais uma vez uma mudança no curso previamente determinado pela coordenação do programa.

Fato curioso que foi revelado durante a primeira reunião com o grupo de técnicos da unidade de projeto social se deu com a apresentação daquele que passaria a ser o mascote do Programa Lagoas do Norte, o cágado de barbichas, uma espécie de animal facilmente encontrado na área das lagoas e utilizado como “tira-gosto” nos bares da região, ou mesmo como brinquedo nas mãos das crianças do local. Mas o que nos chamou atenção foi o fato de que todos os técnicos ali presentes jamais, digo antes do programa ou mesmo após iniciarem as atividades, tiveram conhecimento sobre a existência de tal animal. Em outras palavras, estávamos diante da revelação de que um dos principais representantes da fauna local, sequer era conhecido pelos técnicos do próprio programa, mesmo tendo o programa a denominação de ambiental.

> Foi uma situação de saia justa que eu fiquei. Eu não conhecia o bichinho... um morador me perguntou o que faríamos com ele... fiquei sem saber.t2
>
> O bichinho é meio porco, mas as criança daqui adoram brincar... num gosto de desse bicho não moço, as criança é que gosta e inda tem gente que come como tira-gosto da cerveja...risos.r3

O referido animal, a partir daquele momento se tornou um verdadeiro símbolo do programa, tendo sua imagem até mesmo vinculada ‘a propaganda do projeto, e apresentado em folders e panfletos informativos e educativos sobre as ações sócio-ambientais desenvolvidas no programa (Anexos 08 e 09).

> Temos até a preocupação de desenvolver um projeto, do tipo daquele do Tamar, para preservar o animal, pois os carros o atropelam na travessia da estrada que corta o reassentamento. t2

Vale salientar que a espécie animal, popularmente conhecida como cágado de barbichas, não está em processo de extinção e sim em franca expansão populacional, pois se reproduz com maior facilidade em áreas poluídas de grandes centros urbanos, e se encontram espalhados por extensa área do território nacional, como explica o próprio material utilizado para sua apresentação a população humana do restante da capital, pois como verificamos, as famílias do reassentamento já estavam bastante familiarizadas com a espécie.

Algo que também nos chamou bastante atenção foram as estratégias utilizadas pelas assistentes sociais, narradas pelas mesmas, durante o cadastramento das famílias. Utilizaram, ora abordagens individualizadas, sobretudo quando o assunto era o valor negociado para a indenização daqueles que não aderiram ao reassentamento, ora em pequenos grupos, com cerca de 22 famílias, para discutir o processo de mudança. Por mais que solicitassem aos moradores que mantivessem a confidencialidade das conversas e negociações, sobretudo em relação aos valores de indenização acertados, as informações sempre vazavam, e os reclamos sobre tratamentos diferenciados passaram a provocar um certo desconforto entre as famílias cadastradas e os técnicos. Podemos observar assim que as assistentes sociais estavam, ora subestimando o poder de comunicação dos moradores, ora dividindo e portanto desarticulando, ou tentando desarticular, o grupo total, utilizando como justificativa a formação de pequenos grupos como forma de otimizar o processo; ambas as tentativas obviamente não lograram êxito e

acabaram por aumentar o nível de desconfiança e insegurança que normalmente se demonstra nesse casos. Outra forma de “sanar” essa situação, foi solicitar que a comunidade elegesse representantes para agilizar essas negociações, otimizando assim, de forma mais transparente, a democratização das negociações.

Segundo Scott (2006) a etapa execução de um reassentamento é sempre marcada por uma certa facilitação das negociações por parte do Estado, afim de não tropeçar em empecilhos para alcançar as metas do projeto, e sobretudo garantir a desocupação do local que se almeja utilizar; pois um risco que não se pode correr é o de inviabilizar a desocupação,sendo assim, nesta etapa, as negociações fluem com uma certa facilidade e ar democrático.

Em outros momentos não foi possível uma real negociação entre cadastrados e técnicos. Podemos ilustrar essa situação quando da remoção das famílias, pois segundo informações prestadas pelas assistentes sociais responsáveis por tal remoção, a qual durou cerca de um mês, indo do dia 18 de janeiro até o dia 12 de fevereiro de 2010, ou seja, exatamente no período das grandes chuvas; a remoção não considerou o fato de que algumas famílias tiveram suas casas invadidas pelas águas e fez a mudança utilizando o número do selo, ou seja, a ordem de numeração que já havia sido previamente estabelecida. Isso causou sérios protestos entre a população, a qual não conseguia entender a lógica estabelecida pelos técnicos, permanecendo algumas famílias já cadastradas aguardando sua chamada, enquanto suas casas eram invadidas pelas águas, e assistindo famílias que não estavam em tal situação serem removidas. As assistentes sociais para aliviar essa situação, acabaram por fazer uso de outros programas assistenciais como o “família solidária”, para resolver emergencialmente a situação. Famílias de áreas não afetadas pelas chuvas adotaram temporariamente desabrigados, e em troca receberam salário e cesta básica. Neste caso os técnicos da unidade de execução tiveram que se submeter ao rigor técnico da coordenação, e sua experiência acumulada em reassentar famílias teve de lançar mão de estratégias anteriormente adotadas pelos mesmos em outros reassentamentos.

Outro momento delicado, que acabou apressando a mudança das famílias, foi o risco de invasão das casas do local do reassentamento por pessoas estranhas ao cadastramento e vindas de outras regiões alagadas pelas chuvas, ou mesmo de pessoas que tentaram se apossar indevidamente das casas na tentativa de negociar comercialmente as mesmas. Esse fato, somado aos outros já

citados, apressou a mudança das famílias; as quais, a partir de um acordo com a coordenação, aceitaram a mudança mesmo antes da pavimentação das ruas, o que levou ao excesso de lama nas ruas, tudo no intuito de não perder a propriedade das casas, por parte das famílias, e, é claro, de não perder o investimento por parte da coordenação.

A “escolha” do nome que levou o residencial 1, também foi marcada por forte polêmica, pois comumente, pelo menos nos outros assentamentos dos quais os técnicos participaram e onde acumularam sua tão preciosa experiência, a decisão do nome sempre se deu a partir de uma eleição, na qual qualquer pessoa envolvida poderia propor um nome e a coordenação também entraria nessa disputa em pé de igualdade. Porém neste caso, todos foram surpreendidos pela decisão do prefeito de fazer uma homenagem a Dr[a] Zilda Arns, figura de reconhecimento internacional na área de prestação de serviços a populações carentes em todo o mundo e que foi vítima de um terremoto no Haiti quando exercia seu tão louvável ofício. Segundo os técnicos, os moradores do residencial 1, agora Residencial Zilda Arns, em sua esmagadora maioria não sabia de quem se tratava e reclamavam inclusive da dificuldade de pronunciar o nome do seu novo local de moradia: “*Zilda o quê? do quê? como se diz isso?”*. A SEMPLAN cuidou de distribuir panfletos aos populares, contanto um pouco da história e da importância do trabalho desenvolvido pela homenageada (Anexo 09).

Vale salientar que no momento do anúncio do nome do residencial, a etapa de execução já havia sido vencida, daí a Prefeitura agindo de maneira pouco democrática exerceu um papel expropriador, determinando até mesmo o nome do novo local de moradia. Scott (2006) afirma que após etapa de execução, as facilitações e acordos tornam a perder importância.

Nos dois últimos exemplos citados, a experiência acumulada pelas assistentes sociais da unidade de projeto social, teve que submeter a vontade e as decisões tanto da coordenação, como do gabinete do prefeito, demonstrando assim que sua autonomia era limitada, e que sua contribuição só se diferenciou em momentos em que a autoridade e o poder das autoridades certamente falharia, cabendo as mesmas, apesar da vasta experiência em reassentamento de famílias, o papel de executar tarefas delegadas por gestores muitas vezes não familiarizados com as peculiaridades do contato direto com famílias submetidas a ações dessa natureza.

As observações citadas decorreram do nosso exercício e esforço de pesquisa no decorrer do trabalho de campo, e das informações recolhidas durante as entrevistas, as quais ao nosso ver, revelaram parte dos bastidores das relações desenvolvidas entre os atores envolvidos na ação de reassentamento do Programa Lagoas do Norte, contribuindo de maneira expressiva no entendimento das forças que balizam essa relação; além de nos possibilitar ter acesso a uma série de elementos que certamente passariam desapercebidos pelos instrumentos convencionais por nós utilizados na metodologia; daí a necessidade da utilização de um diário de campo, o qual nos possibilitou o registro de situações que só a vivência junto aos técnicos e famílias reassentadas poderia favorecer.

Apresentamos como nossas principais dificuldades na realização do trabalho de campo, as condições de realização das entrevistas dos reassentados, pois só foi possível encontrá-los em casa no final de semana e nos turnos da manhã e tarde; nos outros horários se recusaram a nos receber. O fator que mais atrapalhou a coleta se deu pelo barulho encontrado nas casas, tanto dos aparelhos de som de várias residências ligados em alto volume e ao mesmo tempo, quanto do choro das várias crianças encontradas em casa. Esse fato não aconteceu com os técnicos, pois as entrevistas com os mesmos se deu em sala reservada e silenciosa. Temos que ressaltar que o órgão responsável pelo programa nos recebeu bem e em nenhum momento nos negou quaisquer informações, material ou tentou impedir nosso acesso ao reassentamento.

5.1 Significados do Reassentamento para os técnicos

A análise de conteúdo das entrevistas dos técnicos envolvidos com a ação de reassentamento do Programa Lagoas do Norte possibilitou a observação de duas grandes categorias. A primeira que se deteve mais na descrição das características técnicas e dos procedimentos utilizados durante o reassentamento, focada principalmente na descrição dos objetivos do reassentamento e no processo de trabalho, enquanto que uma segunda categoria se organizou mais em torno da descrição das dificuldades decorrentes do manejo com as famílias e principalmente dos sentimentos que o trabalho com esse projeto os proporcionou.

As construções encontradas em suas falas nos remetem ao próprio papel que esses técnicos assumiram diante da ação de reassentamento. A utilização de termos técnicos, a determinação de cumprir aquilo que estava previsto na obra,

a falta de crítica a cerca do próprio papel e a firmeza dos discursos. Observando também que de um ponto de vista crítico, digo, teórico-crítico, a postura assumida pelos técnicos possibilitou uma ação expropriatória do Estado e reforçou uma relação de poder que colocou as famílias reassentadas numa posição de desvantagem, a qual pode ser observada desde o início das negociações, pois o reassentamento, como sabemos, teve um caráter involuntário e foi conduzido a partir de uma medida compulsória.

A busca pelos significados que os técnicos responsáveis pela ação de execução do reassentamento do Programa Lagoas do Norte atribuem ao mesmo, ao nosso ver, passou necessariamente pela compreensão da concepção do referido projeto em seu âmbito institucional, ou seja, pelos princípios norteadores e pelas justificativas apresentadas pela Prefeitura de Teresina para a decisão de realizar as obras relacionadas ao que a administração pública municipal denominou de programa de melhoramento urbano e que apresenta como principais objetivos: a melhoria das condições de vida da população, desenvolvimento sócio-econômico da zona norte de Teresina e reestruturação segura e efetiva das áreas de risco da região das lagoas; sendo assim,passa portanto, passou pelo papel e missão atribuídos a esses técnicos pela instituição que os incumbiu de efetivar o reassentamento.

Foi assumindo esse compromisso público que a Secretaria de Planejamento e Coordenação Municipal iniciou o cadastramento de famílias que habitavam em áreas de risco, localizadas nas margens de lagoas, regiões afetadas anualmente no período das chuvas e que ano após ano, tinham, essas famílias, de ser retiradas para locais seguros, fato que provocava imenso desgaste institucional e que demandava muitos esforços físicos, materiais e sociais.

Nesse contexto, técnicos considerados pela Prefeitura como devidamente competentes e experientes para a elaboração e execução do programa foram convocados. A maioria desses profissionais vinha de projetos municipais anteriores, como o projeto vila-bairro e traziam em sua bagagem forte conhecimento prático em reassentamento de famílias.

Outro fator relevante que deve ser considerado foi aquele que se refere à sustentabilidade do reassentamento, pois havia a preocupação de desenvolver mecanismos que não fossem apenas utilizados em estratégias emergenciais, como no período das chuvas, mas que produzissem resultados permanentes,

como também esforços para evitar o abandono das novas casas e o retorno para as antigas áreas de risco, tudo isso deu a tônica da programação elaborada pelo Programa em todas as ações apresentadas.

Sendo assim, foi com esse espírito que os profissionais convocados deram início aos seus trabalhos, o que podemos facilmente detectar em suas falas, sobretudo nas que encontramos na primeira categoria, as quais refletiram de maneira bastante homogênea uma postura eminentemente técnica diante dos desafios colocados pela própria vivência profissional oportunizada pelos trabalhos desenvolvidos e que ao mesmo tempo, revelava uma considerável dificuldade de lidar com situações que remetessem as questões e dramas psicológicos apresentadas pelas famílias.

Vejamos:

> Sei que é difícil pra eles (as famílias), mas a gente foi orientado a não se envolver. t2
>
> Procuro não misturar as coisas...vou agindo assim. t2
>
> Tenho até uma certa identificação com a causa, mas não me deixo levar. t3

Esse posicionamento, ao nosso ver, tanto representaria uma postura defensiva em relação as próprias emoções como uma forma de, por meio desse distanciamento, manter as diretrizes apresentadas pelo projeto, fato que reforça ainda mais a prioridade que tradicionalmente os aspectos técnicos tem em relação aos psicológicos nos projetos de reassentamento involuntário desenvolvidos em nosso meio, como afirma Rebouças (2000) sobre a pauta desses projetos, pois segundo os autores, os critérios técnico-políticos estão mais interessados nos recursos necessários para o financiamento dos projetos, se colocando muitas vezes avessos a necessidade de apoio e acolhimento das populações afetadas.

Ainda na primeira categoria, observamos que o momento de inserção no projeto modificou os significados atribuídos pelos técnicos ao reassentamento, pois aqueles que participaram desde o momento do cadastramento das famílias, negociação, sorteio e mudança, se referiam mais ao reassentamento como processo, enquanto aqueles técnicos que iniciaram suas atividades após a mudança, se referiam ao reassentamento como local.

> No cadastramento, esse me deixa mais segura... o reassentamento depende dele, nele temos condições de perceber tudo que vai acontecer no decorrer do processo. t3

> Acredito que a negociação tenha sido o momento mais difícil no decorrer do projeto (processo) do reassentamento, pois a maioria dos conflitos ocorreu nessa etapa. t2

As falas anteriores estão em ordem de inserção no projeto, ou seja, os dois técnicos mais antigos se referem ao reassentamento como um processo; enquanto o técnico mais jovem se refere ao mesmo como local.

A utilização do termo local, para se referir ao reassentamento, em vez do termo lugar, nos remete novamente a verificação de uma postura eminentemente técnica por parte dos profissionais envolvidos no reassentamento, refletindo também a reprodução de uma terminologia tipicamente utilizada em seus relatórios.

Para Tuan (1980) a diferença de local para lugar se dá pelo fato de que os lugares são entidades que encarnam experiências, aspirações, são centros de significados constituídos pela experiência.

Sendo assim, acreditamos que somente a vivência de moradia em um reassentamento, ou seja, ter participado do processo como pessoa/família reassentada, poderia favorecer essa passagem de significado entre local e lugar, cabendo aos técnicos no máximo uma aproximação do significado de lugar, pelo fato de terem acompanhado essas famílias durante todo o processo de mudança e de terem presenciado seus dramas, embora tenham tentado, como já visto, se manterem emocionalmente distantes.

Como visto, houve também uma mudança significativa na elaboração desses significados de acordo com a posição hierárquica ocupada na equipe e com o tempo de experiência profissional, o que pode ser verificado na atribuição que os técnicos deram ao reassentamento e ao momento do processo que identificaram como mais marcantes, pois o técnico mais antigo e em posição hierárquica mais alta, demonstrou ter valorizado mais o aspecto do cadastramento, ou seja, o momento mais técnico do processo; enquanto que os técnicos mais novos e subordinados referiram o momento da negociação como aquele que lhes pareceu mais decisivo no processo, e quando estiveram mais expostos as reações emocionais das famílias.

Observemos as falas em ordem decrescente na hierarquia:

> A partir do cadastramento tudo se estabelece, com ele determinamos as diretrizes que devemos tomar adiante, é para mim a etapa mais importante, decisivo, representa a possibilidade da obra em si. t3

> A negociação com as famílias foi o momento mais marcante para mim. É muito difícil lidar com as famílias nesse momento, pois há todo tipo de comportamento que você possa imaginar. t2

> Para mim foi o momento da mudança, pude ver nos olhos das pessoas a emoção; uns por estar saindo das suas casas, outros pela ansiedade de ver logo as casas do reassentamento. t3

Na segunda categoria encontrada, o aspecto que se mostrou relevante teve haver com o sentimento descrito pelos técnicos em relação a oportunidade de terem trabalhado em uma ação de reassentamento com as características do reassentamento 1 do Programa Lagoas do Norte.

> Tirar as famílias de um local de risco e colocar essas famílias em um local seguro foi para mim uma satisfação, principalmente pelo fato de saber que elas não mais voltariam, como nas outras vezes (referindo- se as ações emergenciais do período das chuvas). t1

> Para mim foi a retirada das famílias, para mim foi uma satisfação. Eu não estava tirando dali para a casa de outras famílias ou para abrigos, para depois ver a situação se repetir. t2

Como percebemos o sentimento de satisfação dos técnicos está relacionado diretamente ao propósito do programa de efetivar uma ação que pudesse dar uma resposta definitiva aos eventos de calamidade pública que ocorriam anualmente na região norte de Teresina. Pois nos anos anteriores, esses mesmos profissionais se ocuparam de remover famílias das áreas de risco, utilizando estratégias temporárias e pouco resolutivas a longo prazo, portanto a remoção dessas pessoas para um local seguro e definitivo representaria um resultado real das suas atuações profissionais. Vale considerar que esse mesmo argumento foi utilizado para convencer as pessoas a participarem do reassentamento e não abandonarem suas novas casas.

> Eles tinham aquela resistência de não querer sair, mas quando chegavam ao residencial, a gente via nos olhos deles a satisfação por saberem, como a gente explicou, que eles não teriam mais que passar por aquele sofrimento de morar em área de risco, da casa cair em cima da cabeça deles. t2

> No cadastramento, esse me deixa mais segura... o reassentamento depende dele, nele temos condições de perceber tudo que vai acontecer no decorrer do processo. t3
>
> Acredito que a negociação tenha sido o momento mais difícil no decorrer do projeto (processo) do reassentamento, pois a maioria dos conflitos ocorreu nessa etapa. t2
>
> Quando eu entrei já sabia quem iria ser reassentado, não participei do cadastramento, a minha principal atuação foi mesmo no dia das mudanças para o local do reassentamento. t3

Em relação às prováveis causas para o abandono das novas casas e retorno ao local de origem, observamos a maior unidade verificada na fala dos técnicos.

> Para mim não passa de uma estratégia de sobrevivência... pega um dinheirinho pela casa e compra um carrinho, uma moto...qualquer pessoa com o mínimo de inteligência faria isso. Depois volta pra lá (lagoa) e é tudo outra vez. t3
>
> É uma espécie de negócio, usam a casa nova pra se capitalizar e depois voltam pro mesmo local. t2
>
> Muitos deles nunca tiveram a possibilidade de ter esse dinheiro todo na mão, então usam esse dinheiro pra outras coisas, como capital, e retornam. t1

Como vimos em momento algum os técnicos aventaram a possibilidade de que o retorno a moradia de origem pudesse se dar, por questões afetivas – apego ao lugar – demonstrando ainda uma certa desconfiança em relação ao uso que as famílias dariam as novas casas.Talvez daí o cuidado redobrado da Prefeitura em se posicionar firmemente em relação ao retorno das famílias, chegando ao ponto de colocar seguranças no local esvaziado durante período integral para impedir que as famílias retornassem ou mesmo que outras pessoas se apossassem das casas abandonadas, as quais foram demolidas em um curto período de tempo.

Para Scott (2006) as relações entre os atores envolvidos num projeto de reassentamento involuntário são marcadas por uma série de vulnerabilidades, sobretudo das famílias que se submetem ‘a mudança, isso se dá, segundo o autor por uma insegurança estrutural, a qual se construiu ao longo dos anos em uma história de relacionamentos fracassados entre a população e o Estado, o qual tem sistematicamente falhado e mesmo se omitido em relação às necessidades das

camadas mais pobres da população. Essa constatação ocorre justamente na etapa de negociação entre os empreendedores, representantes do Estado e aqueles que serão atingidos por uma política pública; daí surgirem os conflitos tão característicos dessa etapa do processo, marcado fortemente por desconfiança por parte dos técnicos e por insegurança por parte das famílias.

Quanto ao papel que os técnicos atribuíram a cada um dos atores envolvidos no reassentamento, gostaríamos de destacar algumas das falas.

> Nosso papel é fazer a coisa acontecer, o serviço social surgiu no contexto para isso mesmo, desde sua origem, todo mundo sabe disso.... então nós estamos lá para catalisar, para realizar, para fazer. t3
>
> O papel do Governo é administrar, organizar, fazer o que é correto. t2
>
> O papel das famílias cabe a eles aceitar, não tem muita opção não, ou a indenização ou o reassentamento, não tem escolha. t2

Segundo Scott (2006) a ação do Estado é sempre de expropriação, sobretudo depois e mesmo no período da execução, se agravando após a efetivação do reassentamento. Concordamos com a afirmação haja visto a decisão autoritária do nome do residencial, sem consulta prévia a população, uma vez que o reassentamento já havia sido consumado.

Como vimos os significados do reassentamento elaborados pelos técnicos giram em torno de termos, tais como: necessidade, saída, local, obra física, negócio, estratégia de sobrevivência e satisfação. Refletindo, na maior parte das vezes um posicionamento rigorosamente técnico em relação ao reassentamento, até mesmo quando falam de seus sentimentos em relação ao projeto, pois o significado mais expressivo que encontramos em nossa análise remete a satisfação que os técnicos atribuíram ao fato de que essa experiência validava seu exercício profissional, ao contrário de outras experiências que representavam profissionalmente atuações pontuais, pouco efetivas e frustrantes.

5. 2 Significados do Reassentamento para as Famílias Reassentadas

Como resultado parcial de nossa análise, encontramos categorias que se organizaram em torno de dois aspectos principais. Uma primeira categoria organizada em torno do aspecto que se relacionava com o processo do reassentamento, como se deu, como foi conduzido pelo poder público e como a

condução desse processo afetou suas vidas e saúde. E uma segunda categoria organizada a partir de um aspecto que demonstrou os sentimentos dos reassentados a respeito de si mesmos, da Prefeitura, das lagoas-lugar de sua antiga moradia e do local do reassentamento; dando aos significados atribuídos pelas famílias reassentadas do Programa Lagoas do Norte ao reassentamento, um forte caráter emocional.

A busca pelos significados atribuídos pelas famílias em relação ao reassentamento, a nosso ver, passou pelas condições de vida das famílias, anteriores ao reassentamento, sua nova condição de vida no interior do reassentamento, por essa transição, e pela própria situação de ocupação dos terrenos próximos das lagoas.

Foi observando esses aspectos que desenvolvemos nossa análise, levados pelas falas das famílias afetadas mais diretamente pelo Programa Lagoas do Norte. Assim, foi possível perceber um contexto que além de justificar esses significados, também nos colocam a possibilidade de que as características da inserção social dessas famílias favoreceu a ação do poder público em retirá-los de suas moradias e transferi-los de lugar.

Constatamos que a maioria dos moradores da região próxima das lagoas não possuía qualquer tipo de título ou documento que comprovasse a posse dos terrenos ou das casas que habitavam, ou seja, eram invasores de uma área de manancial, portanto área considerada legalmente pública e onde não poderiam legalmente levantar suas moradias.

Esse aspecto foi enfatizado pelo poder público durante a etapa das negociações, ou até mesmo antes disso, pois no anuncio aos moradores do local em questão,ou seja, desde o início do processo, o argumento de que aquele local seria retomado pela Prefeitura, seu real proprietário, se daria e que a área seria utilizada para localizar um projeto ambiental e turístico.

Não queremos dizer com isso que as famílias afetadas tenham aceitado passivamente a idéia, porém a ilegalidade de sua situação, somado ao movimento que já havia no seio da própria comunidade, a qual durantes anos reivindicou uma ação mais efetiva em relação a resolução da sua permanência em uma área de risco, e que anualmente sofria com as inundações no período das chuvas, fez com que o poder público apresentasse a proposta do reassentamento como a mais viável, eficaz, legal e socialmente cabível para a solução do problema.

Observemos algumas falas:

> Eles (a Prefeitura) chegaram e avisaru que iam precisá das terra. r1

> A terra era deles, a gente tinha que devolver. r2

> Fiquei surpresa, esperava que as coisas seria igualzinho a todo ano, mas dessa vez era sério. A gente era obrigado a sair e ir pra tal vila que a Prefeitura iria construir. r3

As falas acima nos remetem ao fato de que a falta de posse das terras e das casas, fez com que as famílias percebecem pelo menos em um momento inicial, que estariam fatalmente sendo removidas e que estariam sendo conduzidas a um processo legal de solução do sua condição irregular de habitação, por meio de um projeto de reassentamento.

> A assistente social foi quem falou que as terra era da Prefeitura e que a gente não podia não ficar aqui, foi assim e cadastrou a gente. r4

No entanto, após a etapa do cadastramento, segundo as famílias, os ânimos se exaltaram e a negociação já não ocorreu de maneira tão tranquila. A principal causa apontada tanto pelos técnicos, quanto pelos moradores, de desencontro e conflito entre esses dois grupos se deu quando da negociação do valor das casas, digo bem-feitorias, pois apesar de algumas indenizações terem chegado a cerca de noventa mil reais, a maioria das famílias considerou que com essa quantia, não poderia manter o mesmo padrão de antes e teriam que usar o dinheiro não só para construir novas casas, mas para comprar os terrenos que utilizariam para essas construções. Vale lembrar que aquelas famílias nunca tiveram que passar por aquela situação, pelos menos enquanto moravam na região das lagoas, pois como sabemos, as áreas eram invadidas, e não compradas. O pequeno valor oferecido pelas construções influenciou fortemente a decisão de ir para o reassentamento.

> Nossa casa lá era bem grande, mas era de chão batido e alagava, tinha muito valor não senhor....o dinheiro não dava pra comprar uma dessa. r2

O termo bem-feitoria, amplamente utilizado pelos técnicos, segundo nosso entendimento, se direciona as características físicas da moradia e a outros investimentos que possivelmente tenham sido feitos no terreno, tais como, plantio,

pomar, jardim, muros, cercas, poços etc. Sabemos que a falta de posse do terreno não desobriga legalmente a Prefeitura de indenizar as famílias; não se existir a necessidade de captar recursos para projetos sociais, sobretudo se o reassentamento for de natureza involuntária.Nesse caso existe a exigência legal de receber uma nova moradia ou de optar pela indenização.

Indagamos aos entrevistados se havia o desejo de mudar das margens da Lagoa, e escutamos dos mesmos uma uníssona negativa.

> Se eu pudesse estaria lá, se eles tivesse feito algo que ajudasse a gente lá mesmo, tipo limpar a lagoa, sabe? Eu preferia ficar lá.r2
>
> Sei lá, eu gostava mais de lá, achava mais bonito...ficava olhando lá pras lagoa, dava uma paz...sei não, acho que se pudesse teria saído não. r3
>
> Já morava lá, pra lá de 10 ou mais ano, estava acostumada, não teria saído se dependesse de mim. As chuva atrapalhavam, mas não dava pra fazer o tal do projeto lá mesmo?. r6

Percebemos nas falas a relação de apego ao lugar, sobretudo pelo tempo de permanência das famílias na região das lagoas, pois entre os entrevistados havia um tempo que variava entre oito e dezoito anos de moradia.

Segundo Giuliani (2004) o apego ao lugar poderia resultar do sentimento que surge após longo período de residência e familiaridade estando também relacionado com as emoções e o sentimento de segurança e bem estar que o lugar pode proporcionar a pessoa.

Também podemos notar em uma das falas citadas, que a relação de apego perpassou pela percepção ambiental, a qual segundo Castello (2004) pode iniciar uma resposta sensorial frente aos estímulos a qual se faz presente na relação da pessoa com o ambiente natural, como no caso do depoimento visto em r3.

Quando da busca pelos significados do novo local de moradia, os reassentados se resumiram a apontar as vantagens do novo local, sobretudo da segurança em relação as chuvas e do acesso ao serviços próximos, tais como o mercado e o hospital do bairro, como também da facilidade de acesso mais rápido ao transporte público, ou ainda, do local ter um potencial maior para o desenvolvimento de alguma atividade econômica.

O último fator apontado foi observado no depoimento de uma das pessoas reassentadas que obteve sua nova moradia na principal avenida do

reassentamento, local mais próximo da passagem de pedestres e automóveis em direção ao movimentado mercado da região.

> A vantagem daqui (reassentamento) é que não tem mais aquele probrema com as chuva, é mais seco, não tem perigo da casa ficar úmida, rachá. r5

> Pra mim ficou ótimo, tem bem mais gente pra comprá, lá minha casa era uma vendinha, sabe? agora é ponto comercial mesmo, fica perto demais aqui da pista e do mercado...toda hora tem gente. r7

> Não ficou longe da escola dos meninos não e dá pra pegá o ônibus pra ir pro meu serviço. r2

Esse tipo de relação com o lugar pode ser denominada de apego funcional, segundo Payton (2003) o mesmo se dá por meio das condições que o ambiente oferece a satisfação das necessidades da pessoa.

Na segunda categoria, foi possível constatar na fala dos entrevistados, não só no seu conteúdo, como na entonação de suas vozes, quando relataram como se deu o momento da mudança, uma forte carga emocional, a qual ao nosso ver foi o elemento mais marcante na nossa busca pelos significados do reassentamento. Senão, vejamos:

> Lembrei até do dia em que eu fui despejada lá em São Paulo, quando cheguei meus móvel, são bem pouquinhos, já estavam em cima do caminhão. Sei que tinha um horário marcado, mas eu já tava chegando já. Custava ter esperado um pouco? foi constrangedor não ter arrumado eu mesmo minhas coisa. r5

> Fomo obrigado a ir, fazer o quê!? Fiquei arrasada. Depois me acalmei mais quando chegamos na casa nova. Que alívio, mas foi triste. r2

> Eu até que reagi bem, eu queria mesmo saí de lá, mas o meu marido! esse chorou três dia sem pará. Fiquei até com pena do coitado. Agora ele tá lá (apontando para o marido) fazeno uma reforminha aqui na casa nova. Isso deixa ele mais calmo. r3

Essa última fala demonstra claramente o custo emocional que representou a mudança para essas famílias, mesmo para aquelas que desejavam ir para o reassentamento, nesse sentido concordamos com Gans (1962) o qual afirma que o processo de reassentamento é sempre um corte no equilíbrio das pessoas, pois mesmo que represente uma melhoria na habitabilidade, transtorna e requer um período moroso de transição e readaptação. E foi baseado principalmente nesse

aspecto, que demos início a nossa análise sobre a saúde dos reassentados e aos significados que eles atribuem à mesma, a partir da experiência do reassentamento.

Um dos objetivos propostos por esse trabalho foi o de conhecer o significado atribuído à saúde pelo grupo de pessoas/famílias reassentadas do Programa Lagoas do Norte, uma busca que se deu a partir da subjetividade dos mesmos, no contexto da experiência do reassentamento.

> Nós não sabia como era essas casa aqui do residencial. Fomos proibido de visitar a obra. Tinha segurança aqui, dia e noite. A gente morria de curiosidade. Chegava a perder sono pensando nisso. r3
>
> Só deu pra sabê no dia mesmo. Eu ficava nervosa, duente, só de pensar como siria a casa. Não achei isso certo. r5
>
> Ficamo sabendo que tinha uma dessa casas aberta, alguem tinha deixado aberta. Saímo correndo para ver como é que era... foi uma correria. r7
>
> Não foi permitido trazer nada lá da minha casa, nada mesmo. Foi proibido. Eu queria ter levado umas telha, mas só permitiram os movi mesmo. r6

Segundo Giuliani (2004), a relação de apego ao lugar também pode se presumir a partir do envolvimento dos moradores com a aquisição ou a construção das casas. Wiesenfeld (2000) também constatou em sua pesquisa sobre os significados do mutirão em famílias reassentadas, que o acompanhamento da obra física das casas ou mesmo a participação da construção das mesmas, pode modificar as relações de apropriação e apego ao lugar e interferir na sustentabilidade do projeto de reassentamento.

Sobre esse mesmo aspecto Scott (2006) afirma que a forma de condução dos processos de reassentamento colocam as famílias em situação de vulnerabilidade, que segundo o autor, tem essa condição marcada por componentes já conhecidos por conta da permanência em seus lugares originais, muitas vezes com condições biológicas inadequadas à saúde humana, passando para uma vulnerabilidade psicológica ocasionadas pelo processo de deslocamento para o novo lugar de moradia e as mudanças na vida ocorridas a partir daí.

Na análise que realizamos das entrevistas dos reassentados verificamos que o conjunto de significados atribuídos ao reassentamento esteve representado por termos como: invasores, irregulares, obrigação, constrangimento, despejo, surpresa, vantagem e decepção.

5.3 Satisfação Residencial das Famílias Reassentadas

A nossa análise parcial da Satisfação Residencial das famílias reassentadas do Programa Lagoas do Norte tomou como base o tradicional modelo utilizado por Wiesenfeld (2000) e Amerigo (1995), o qual se estrutura a partir de uma compreensão da satisfação residencial geral e da satisfação residencial por componentes (localidade/bairro, casa e vizinhos), utilizando uma abordagem qualitativa do manejo e da própria configuração que a referida autora deu ao instrumento, o qual é apresentado na forma de uma entrevista semi-estruturada.

Levamos em consideração também na análise, a tipologia das casas; representada segundo Wiesenfeld (1995) como: casas unifamiliares, térreas e de interesse popular, ou seja, casas de um típico conjunto residencial público, como pode ser verificado por meio da observação da planta baixa das casas (Anexo 05).

De maneira geral encontramos um alto nível de satisfação entre as famílias, porém foi possível observar que a análise por componentes revelou uma forte diferença nos níveis de satisfação manifestados.Essa diferença se comportou de maneira uniforme entre os entrevistados , os quais apontaram a satisfação com a casa, como a mais baixa entre os outros componentes pesquisados, o que é bastante frequente nessa tipologia.

> A casa lá (lagoas) era bem maior que essa aqui (reassentamento)... era de chão batido, sem piso, mas minha sala e a cozinha eram bem maior. r4

> Da casa eu gostei sim... é bem construída e sequinha, mas é pequena demais moço...e o quintal meu que era enorme, agora e só uma tripinha de nada. r6

> Lá tinha mais espaço em tudo, aqui é tudo muito junto, pequeno, a moça da Prefeitura falou que a preocupação era beneficiar o maior número de gente. Deve ser por isso que é pequena, pra caber mais gente no residencial, né? r3

Como vimos a principal fonte de reclamação se deu a respeito do tamanho das casas. Neste sentido o que verificamos vai ao encontro das afirmações de Wiensefeld (2000) e Sutrun (1984), os referidos autores encontraram que a possibilidade de ampliação das casas era apontada como uma das maiores fontes de satisfação entre os habitantes dessa tipologia, podemos inferir disso, que as casas eram menores que o desejado, caso contrário seus moradores não teriam referido o desejo de ampliar as mesmas.

Wiesenfeld (2000) enfatiza que essa situação, a insatisfação, pode se manter quando os moradores não têm renda suficiente para bancar o custo das reformas que julgarem necessárias na casa.Provavelmente isso possa justificar a referência, por parte dos entrevistados, do desejo de levar para o reassentamento material da antiga casa, tais como, janelas, portas,madeira e principalmente telhas, pois apesar de terem sido impedidos de visitar as casas novas, já tinham o perfeito conhecimento que as suas casas originais, na região das lagoas, eram maiores.

Outro aspecto que nossa visita ao local das novas moradias nos oportunizou observar esteve relacionado com a disposição das casas dentro dos lotes. Ao contrário do que frequentemente encontramos em nossa região, as casas novas se localizavam mais ao fundo do terreno. Sendo assim dispostas, provocavam um aumento da área de jardim e garagem e uma expressiva diminuição da área do quintal, o qual segundo os moradores possuía uma medida correspondente a mais ou menos um metro. Foi, portanto, outra fonte de insatisfação.

> Eu plantava muito lá no quintal, tinha pé de goiaba, acerola, coco, tinha até pé de ata (fruta do conde), dava pra istender a roupa toda. r6

> As crianças tinha onde brincá segura... aqui nesse quintal não sei não, ficam correndo pra rua. r7

> Era mais fresquinho, tinha muita planta no quintal, em volta da casa, o terreno também era maior. Dava pra fazê um plantio, tinha até horta. r3

Percebemos que a imagem do quintal ficou fortemente na lembrança dos reassentados, não somente pelo tamanho do espaço, como também pelo uso que faziam do mesmo. O tamanho da área dos lotes também foi referido como negativo por conta do pequeno distanciamento que provocava entre as casas, o que, ao nosso ver, favorecia uma maior falta de privacidade dos moradores, situação agravada pelo barulho dos aparelhos de som e das crianças dos vizinhos.

O componente relacionado com a localidade do reassentamento revelou um nível de satisfação variando entre moderado e ótimo. Como sabemos as novas casas foram construídas no local de uma antiga usina de asfalto que era da propriedade da prefeitura e que se localizava próximo da região das lagoas, no bairro São Joaquim. Em outras palavras, houve uma retirada das margens das lagoas, mas foi mantido o bairro onde as famílias já moravam. Como o local das

margens das lagoas era área de manancial, os moradores acabavam por informar que eram residentes do bairro.

> Eu? Eu sou é do bairro São Joaquim, me criei aqui. Sempre fui daqui mesmo. r4
>
> Aqui é o bairro São Joaquim, o residencial fica aqui mermo onde a gente já morava. r1
>
> Zilda Arme, Arni...sei lá, fica é aqui mesmo no bairro do São Joaquim. r6
>
> O povo da Prefeitura quer botá a gente pra ser atendida aí nesse posto de saúde da Nova Brasilândia, mas eu já falei que não vou (enfática). O povo aqui do bairro São Joaquim sempre foi atendido ali mesmo no hospital do Matadouro, é pra lá que eu vou (irritada). r1
>
> Ficou bom sim, perto do mercado, do ônibus.... se a Prefeitura tivesse butado a gente em um lugá bem longe, eu mesma não teria ido não... ficava lá na lagoa mesmo. r5
>
> A vantage é que é perto de tudo. Não teve que mudar as criança de escola. Eu gostei bem por isso. r2

Como vimos a vinculação dos reassentados está mais relacionada ao bairro São Joaquim; não tempo ainda o residencial fornecido marcos territoriais mais expressivos para esses moradores

A indignação de r7 se deu pelo fato de que praticamente toda zona norte da cidade de Teresina tem cobertura de assistência pública à saúde mantida pela Fundação Municipal de Saúde, por meio do Programa de Saúde da Família, o qual é coordenado pela Prefeitura de Teresina e que oferece cuidados de saúde pelas equipes técnicas dispostas em vários postos, centros de saúde e hospitais da região. Porém, o motivo real da recusa em mudar de local de atendimento, esteve relacionado a localização do residencial, o qual ficou mais próximo do posto de saúde do bairro vizinho fazendo com que os novos moradores fossem atribuídos aos cuidados de novos médicos da família, diferentes daqueles que já atendiam aos referidos moradores dentro das instalações do Hospital do Matadouro, local que sediava os cuidados aos moradores do bairro São Joaquim. Sendo assim, além de percebermos que a territorialidade está mais ligada ao bairro, do que ao residencial percebemos também uma forte vinculação desses moradores aos seus tradicionais referenciais geográficos e de habitação, como também uma forte identidade de lugar presente nos mesmos.

Desse ponto de vista, consideramos que não afastar os moradores do seu bairro original contribuiu positivamente com a ação de reassentamento e certamente contribuirá para a sustentabilidade do mesmo, pois segundo afirmam Almeida e Castro (2002) mesmo insatisfeitos com o tamanho das casas, os moradores que demonstram um alto nível de identidade local, tendem a permanecer nos locais de reassentamento. Daí aqueles realizados *in sito*, demonstrarem melhores resultados de permanência dos moradores.

Nas falas dos reassentados observamos também que a satisfação com o novo local de moradia revela relações de um apego funcional. Payton (2003) afirma que esse tipo de apego está mais relacionado ao fato de um lugar proporcionar aos moradores uma maior satisfação das suas necessidades. O que nesse caso significa uma maior disponibilidade e proximidade de serviços, sobretudo públicos, como neste exemplo, principalmente, o hospital e o mercado

Como observamos o reassentamento do qual tratamos manteve, por iniciativa dos técnicos responsáveis por sua execução e não de sua elaboração, os laços de vizinhança que já existiam na condição anterior de moradia dos reassentados. Esse ponto foi avaliado por nós como aquele de representou o maior nível de satisfação entre os moradores entrevistados.

> A melhor coisa foi mesmo os vizinho terem continuado os mesmo, ainda bem. R6

> Já conhecia todos meus vizinho... é tudo de uma família só moço: a do lado de cá é minha filha e duas casas depois é minha cunhada e depois minha comadre. r7

Como sabemos a distribuição das casas ocorreu por uma estratégia que separava por quadra os moradores que já eram vizinhos ou da mesma família. Até mesmo no dia da mudança, segundo os entrevistados, essa proximidade entre os moradores provocou um sentimento de cumplicidade e apoio. Consideramos, portanto que essa iniciativa foi benéfica não só ao estado emocional dos reassentados como também se apresenta como um forte indicador de permanência das famílias no seu novo local de moradia, o que certamente contribuirá de maneira positiva para a sustentabilidade do programa, pois segundo Speller (2005) a distribuição física das residências é importante para a manutenção dos laços afetivos e somado a isso, Tuan (1980) afirma que a escolha de um lugar para morar sofre forte influência dos laços de parentesco e familiaridade. Essa condição poderá

também favorecer, com o decorrer do tempo, um apego emocional ao novo lugar, de acordo com Payton (2003).

Em relação ao que mais causou um sentimento de insatisfação nos reassentados do antes conhecido residencial Lagoas do Norte e hoje denominado Residencial Zilda Arns, se deu sem sombra de dúvidas, em relação ao custo que representaria esse incremento de cidadania aos mesmos. As maiores reclamações e queixas se referiam sempre à obrigação dos pagamentos das taxas dos serviços públicos, tais como água, saneamento, luz, IPTU entre outros. Essa situação se duplicou nas unidades que se destinaram ao uso conjunto de residência e comércio. Nestes casos, além das taxas públicas já citadas se somaram os impostos e tributos necessários a atividade comercial, como também taxas dos serviços já citados referentes somente aos pontos comerciais. Vale lembrar que no seu antigo local de moradia, uma invasão, não havia a existência das referidas taxas.

Em suma, nossa avaliação do reassentamento que deu origem à Vila Zilda Arns, a partir da utilização da Satisfação Residencial, é de que os níveis de satisfação geral são altos e que do ponto de vista da satisfação por componentes, o menor nível seu deu em relação as casas, sobretudo no que se refere ao tamanho da casa, disposição das mesmas nos lotes e distância entre as unidades residenciais. Tendo a casa avaliada como satisfatória do ponto de vista físico, principalmente em relação ao piso e a localização interna dos banheiros.

A avaliação por componentes também revelou que os níveis mais altos de satisfação se deram pelo fato do reassentamento ter mantido as famílias afetadas no seu mesmo bairro de origem e de ter mantido os vizinhos. Esses dois últimos fatores de satisfação devem contribuir favoravelmente para a sustentabilidade do reassentamento e do programa em geral.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaríamos de destacar que dentre os pontos mais interessantes por nós encontrados na busca pelos significados atribuídos ao reassentamento pelos atores envolvidos mais diretamente com essa ação, foi a oportunidade de comparação desses significados e a partir daí, compreender o papel que cada um dos atores representou na trama e de como esses significados traduziram suas expectativas, anseios e incertezas a cada momento do processo.

As construções elaboradas por esses atores, suas falas, seus posicionamentos nos fizeram perceber a pertinência das abordagens escolhidas para a análise, sobretudo quando as relações de poder entre esses atores tomavam conta da cena. Nesse sentido, a utilização do Construcionismo Crítico, permitiu, por meio da possibilidade de dar voz às famílias reassentadas e aos técnicos, provocar uma maior aproximação desses significados e da importância dos mesmos numa avaliação qualitativa de um reassentamento, pois se os critérios técnicos tradicionalmente utilizados nem sempre conseguem alcançar a dimensão psicológica que envolve a questão, por outro lado, foi possível observar a importância dos mesmos na remoção segura de famílias.

Observemos agora uma comparação de alguns desses significados.

TÉCNICOS	FAMÍLIAS
Local	Lugar
Invasão	Morada
Satisfação	Obrigação
Negócio/Necessário	Necessidade
Reassentamento	Residencial
Zilda Arns	Lagoas do Norte / São Joaquim
Cidadania	Taxas / contas
Resistência	Ansiedade/nervosismo
Mudança	Retirada / despejo
Solução / Saída	Saída / Saída

A comparação desses termos nos possibilitou localizar seus atores não só no papel que desenvolveram, mas, sobretudo no posicionamento assumido pelos mesmos. Neste sentido, notamos que os significados elaborados pelos profissionais

tiveram um caráter eminentemente técnico, o que nos coloca diante da constatação de um postura correspondente ao seu papel, sobretudo, em relação à satisfação das expectativas institucionais que recaiam sobre os mesmos. Até mesmo quando colocaram aspectos relacionados aos seus sentimentos, o fizeram de modo a demonstrar mais claramente seu contentamento com os resultados obtidos na sua atuação profissional e, obviamente, com os resultados obtidos.

Em relação às famílias, podemos observar que os significados apresentados tiveram um aspecto marcadamente emocional, sobretudo quando se referiram ao reassentamento como processo, e menos quando se referiam ao mesmo como local. Também observamos que as relações de apego refletem uma ligação maior com a região de onde saíram e que só o fizeram por conta de uma ação, como sabemos, compulsória, pois também havia a expectativa de serem beneficiados por um projeto que melhorasse sua condição de vida sem necessariamente retirá-los das suas moradias, o que para os técnicos não correspondia a uma solução, pois iniciativas dessa natureza já tinham sido aplicadas no passado e não demonstraram êxito.

Destacamos que se de um lado, o dos técnicos, houve um ganho profissional; do outro, das famílias, devemos perceber um custo emocional, o qual se destacou mais em suas falas e que num primeiro instante, um ganho de cidadania que possam ter apresentado, não foi devidamente percebido. Pois, mesmo considerando que houve um melhoramento da condição de habitabilidade dessas famílias, percebido inclusive pela Satisfação Residencial apresentada, a forma de participação das mesmas no seu deslocamento para uma nova área e a maneira da condução dada pelo poder público as afetou psicologicamente, em alguns momentos, de maneira negativa. Sendo assim, ao nosso ver, a fase de negociação com as famílias demonstrou falhas no seu desenvolvimento. Em outras palavras, a mudança, por mais que aparentemente tenha melhorado a habitabilidade das famílias não impediu a dor da transição e justamente nesse aspecto entendemos a importância e a necessidade de uma abordagem que nesses processos de reassentamento involuntário possa dar a devida importância aos fatores psicológicos envolvidos e assim colaborar com a prevenção de possíveis agravos e com a promoção da saúde o do bem estar de quem passa pela experiência de ser reassentado.

Como exemplo da importância dos aspectos psicológicos, destacamos a manutenção dos laços afetivos, oportunizada pelo sorteio estratificado por quadra, o qual serviu aos técnicos como forma de garantir uma adesão maior à mudança, enquanto que para as famílias representou uma cumplicidade e apoio mútuo necessários ao seu equilíbrio emocional. Da mesma forma o fato de terem permanecido no mesmo bairro foi apontado pela administração como condição ideal de um reassentamento, pois essas famílias certamente se oporiam de maneira mais evidente, se fossem deslocadas para locais distantes, o que colocaria em risco a desocupação da área das margens e proximidades das lagoas, enquanto para as famílias representou uma maior proximidade dos seus referenciais de território já estabelecidos no bairro.

Continuamos a afirmar que uma maior aproximação do conhecimento dos aspectos psicológicos envolvidos em projetos de reassentamento involuntário de famílias, pode contribuir de maneira significativa e diferenciada para o desenvolvimento de políticas públicas de habitação, sobretudo naquilo que se refere a sustentabilidade e a humanização desses projetos, pois como vimos, neste estudo de caso, foi a partir do conhecimento de uma rede de significados que foi possível, de nossa parte, entender como se deu um maior ou menor nível de adesão e satisfação das famílias, haja visto, nossa observação sobre o papel desempenhado pela manutenção dos laços de parentesco e vizinhança, apego ao lugar e das relações de territorialidade.

Destacamos também a contribuição da Psicologia Ambiental, a qual nos proporcionou, o entendimento da importância que as relações recíprocas entre as pessoas e seu ambiente físico, seja ele natural ou construído, aqui representados respectivamente pela região das lagoas e pelo local do reassentamento, sobretudo, quando percebemos a forte influência dessas relações no desenvolvimento de projetos que visem um processo mais humanizado de construção da cidadania.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, B; CONWAY J. **The social effects of living off the ground**. Tall Buildings and People. Oxford, St' Catherine's College, September, 1977.

AINSWORTH, MDS; BOWLBY, J. An ethological approach to personality development. **American Psychologist**, v. 46, 1991.

ALENCAR, HF; FREIRE, JC. **O lugar da alteridade na psicologia ambiental**. Rev. Mal-Estar Subj, v.7, n.2, 2007.

ALMEIDA, I; CASTRO, P. **Realojamento-Satisfação Residencial e Identidade Local**. I Colóquio de Psicologia Espaço e Ambiente. Évora, 2002.

ALMEIDA, S. **O lugar de morar:** sua representação por moradores de apartamento. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado, 1985.

ALTMAN, I; LOW, SM. (Orgs.). **Place attachment**: a conceptual inquiry. In Low, SM & Altman, I. (Orgs.) Place Attachment: Human Behavior and Environment. Advances in Theory and Research. New York: Plenum Press, 1992.

AMÉRIGO, M. **Un análisis psicológico de la vivenda y su entorno**. Alianza Universidad de Madrid, 1995.

AMÉRIGO, M; ARAGONÉS, J. Residencial Satisfaction in council housing. **Journal of Environment Psychology**, v.10, 1990.

ARAGÃO, JI; CORRALIZA, JA. **Satisfacción em áreas residenciais**. Universidad Autônoma de Madrid, 2003.

ARAGONÉS, JI; AMÉRIGO, M. **Psicología Ambiental**. Aspectos conceptuales y metodológicos. In: _____. (Coord.). Psicologia Ambiental. Madrid: Piramide, **2000.**

BANISTER, P; BURMAN, E; PARKER I; TAYLOR M; TINDALL, C. **Qualitative Method in Psychology**. A reserch guide. Open University, Philadelphia, 1994.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BASSANI, MA. **Fatores psicológicos da percepção da qualidade ambiental**. In: MAIA, NB; MARTOS, HL; BARELLA, W. (Orgs). Indicadores Ambientais: conceitos e aplicações. São Paulo: EDUC, 2001.

BASSANI, MA. **Psicologia Ambiental**: Contribuições para a Educação Ambiental. In: HAMMES, VS. (Org.). Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável – Proposta Metodológica de Macroeducação. São Paulo, v.2, 2004.

BONAIUTO, M; BREAKWELL, G; LANO, J. Identifity processes and environmental threat: the effects of nationalism and local perception of beach pollution. **Journal of Community and Applied Social Psychology**, v 6, 1996.

BONNES, M; SECCHIAROLI, G. **Environmental Psychology**: a psycho social introduction. London, Sage Publication, 1995.

BREAKWELL, G. **Coping with theetend Identities.** U.S.A. Methuen, 1986.

BUTTIMER, A. **Exploring the Social Dimension of Environmental Knowing**. In GT Moore; RG Colledge (Eds.), Environmental Knowing;Theories,Research, and Methods.Stroudsburg, Penn. Dowden. Hutchinson & Ross, 1976.

CAMPBELL, A. **Subjective measures of well-being**. American Psychologist, n. 31, 1976.

CANTER, D. **A Scale for cross-cultural evaluation of house**. Mimeo, 1997.

CANTER, D; REES, K. A multivariate model of housing satisfaction. Mimeo, 1982.

CASTAÑON, GA. **Construcionismo Social**: uma crítica epistemológica. Temas em Psicologia da SBP, v.12, n.1, 2004.

CASTELLO, L. **Admirável nova urbanidade.** In: TASSARA, ETO; RABINOVICH, EP; GUEDES, MC. Tradução Carolina Siqueira M Ventura; Cristina Belloto da Silva; Elaine Pedreira Rabinovich; Lívia Maria Demarch Santos Macedo; Martina Rillo Otero e Viviane Rosálie Duarte. Psicologia e Ambiente. São Paulo: EDUC, Editora da PUC, 2004.

CERNEA, MM. **The Urban Environment and Population Relocation**. World Bank. Discussion Papers: 152. World Bank. Washington, 1993.

CHURCHMAN, A; GINSBERG, Y. **The Use of Behavioral Science Reserch in Physical Planning**: some inherent limitations .Journal of Architectural & Planning Research. V 1, n.1, 1984.

CORRAL-VERDUGO, V. **Psicologia Ambiental**: objeto, “realidades” sócio-físicas e visões culturais de interações ambiente-comportamento. Psicologia USP, v.16, n.1/2, 2005.

DEER, V. Children,s sence of place in Northern. New Mexico. **Journal of Environmental Psychology**, v. 22, 2002.

DENZIN, NK; LINCOLN, YS. **Introduction in Norman K**. Denzin and Yvonna S. Lincoln (eds) Handbook of Qualitative Research.Thousand Oaks, CA: Sage, v.1, n.17, 1994.

FOKKEMA, CM. **Residential Moving Behavior of the Elderly**: An Explanatory Analysis for the Netherlands. Amsterdam. Thesis Publishers (Tinbergen Institute research series), n.112, 1996.

FRANCESCATO, G. **Residents Satisfaction in HUD-Assisted Housing:** Desing and Management Factors, Washigton DC: U.S. Departament of Housing and Urban Development, 1979.

FRANCESCATO, G.; WEIDEMANN, S; ANDERSON, JR. **Residential Satisfaction**: Its Uses and Limitations in Housing Reaserch, Van Vliet et al. (eds.) Housing and Neighbour hoods. Theoretical and Empirical Contributiens. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1987.

FRANCESCATO, G; WEIDEMANN, S; ANDERSON, J. Evaluating the built environment from the user's point of view: an attitudinal model of residential satisfaction. In: **Building Evaluation**, New York, Plenum Press, 1989.

FREITAS, MJ. **Por Onde Passa a Satisfação Residencial**. Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas – Reflexidades & Ação – Ateliers: cidades, campos e territórios. Braga, Portugal, 2003.

GALSTER, GC. **Identifying the correlates of dwelling satisfaction**: Environment and Behavior, 1987.

GALSTER, GC; HESSOR, GW. **Residential Satisfaction**: Compositional and contextual correlates. Envirnmental and Behavior. v13 n.6, 1981.

GANS, H. The urban Villagers. Nova York:Fress Press, 1962.

GERGEN, K; DAVIS, KE. **The Social Contruction of The Person**. New York: Springer-Verlag, 1985.

GIULIANI, MV. O lugar do apego nas relações pessoa-ambiente. In: ETO Tassara, E. Rabinovich & MC Guedes (eds.) **Psicologia e Ambiente.** São Paulo: EDUC, 2004.

GRAUMAN, CF. On Multiple Identities. **International Social Science Journal**, v 35, n. 2, 1983.

GUEVARA, J; MERCADO, S. (Orgs.). **Temas selectos de Psicología Ambiental**. México, DF: Universidad Nacional Autónoma de México, Grupo Entorno-Comportamiento, Fundación Unilibre, 2002.

HEINECK, LFM. Os Fatores que interferem na formação da satisfação residencial pós –ocupacional-um estudo de caso em uma edificação residencial multifamiliar. Florianópolis, 2004.

HIDALGO, R; SALDÍAS, B. **La Satisfaccion Residencial de Los Usuarios en los Programas de Vivienda Social en Santiago de Chile**. III Congresso de Cealc (Centro de Estudios de América Latina de Cataluña). Universitat de Vic (Barcelona), España, 1998.

HORKHEIMER**,** M**. Teoria tradicional e teoria crítica.** In: Os Pensadores. São Paulo: Cortez, 2003.

HOUAISS, A; VILLAR, MS. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro. Objetiva, 2001.

IBÁÑEZ, T. Construccionismo y Psicologia. **Revista Interamericana de Psicologia**. Porto Alegre, v. 28, n.1, 1993.

IBÁÑEZ, T. **La construccion del conocimiento desde una perspectiva socioconstrucionista**. Conocimiento e ideologia. AVEPSO, v.6, 1994.

KAISER, FG; FUHRER, U. Dwelling: Speaking of an unnoticed universal language. **New Ideas in Psychology**, v. 14, 1996.

LANDALE, NS; GUEST, AM. Constraints, satisfaction and residential mobility: Speare's model reconsidered. **Demography**, Vol.22, n.2, May, 1985.

LINCOLN, YS. Emergent Paradigms and the Crisis in Psychology. **Revista Interamericana de Psicologia**, v.28, n.2, 1994.

LINCOLN, YS; GUBA, EG. **Naturalistic Inquiry**. Califórnia: Sage Publications, Inc., 1985.

LYONS, E; WRIGHT, PD. Remembering pasts and representing places: The construction of national identities in Ireland. **Journal of Environmental Psychology**, v. 17, 1997.

MARANS, R; RODGERS, W. **Toward an understanding of community satisfaction**. In Amos H. Hawley & Vincent P. Rock (Eds.), Metropolitan America in Contemporary Perspective. New York: Wiley, 1975.

MERCADO, SD. **Estudios de Psicológia Ambiental em America Latina**. Universidad Nacional Autonoma de México. Cuadernos de Psicología, v.13, n.1/2, 1998.

MERCADO, SD. **Grupos, movimientos colectivos e instituciones sociales**. En: Ibáñez, T. (coord.). Introducción a la psicología social. Barcelona: UOC, 2004.

MICHELSON, W. **Environmental choice, human behavior and satisfaction**. New York, Oxford University Press, 1977.

MICHELSON, W. **Relación entre tipo de vivienda, deterioro y clase social percebida**. Psicologia, VI, 1979.

MICHELSON, W. Long and short range criteria for housing choise and environmental behavior .**Journal of Social Issues,** B6, 3, 1980.

MONTERO, M. Relacion entre tipo de vivenda, deterioro y classe social percebida. Psicologia, VI, 1979.

MOSER, G. **Psicologia Ambiental no Novo Milênio**. Integrando a dinâmica cultural e a temporal. In: TASSARA, Eda. (org). Panoramas Interdisciplinares para uma Psicologia Ambiental do Urbano. São Paulo: EDUC, 2001.

MULLINS, P; ROBB, J. **Residents assessment of a New Zeland public housing scheme**. Environmental and Behavior, 1977.

OLIVEIRA, AR; HEINECK, LFM. Estudo **sobre a satisfação residencial com a manutenção condominial**. III Simpósio brasileiro de gestão e economia da construção. III SIBRAGEC. São Carlos, SP, 2003.

ONIBOKUN, A. **Un Sistema para la evaluación de la habitabilidad relativa de la vivienda**. Ekistiks, 1974.

OXMAN, R; CARMON, N. **Responsible public-housing**: An alternative for low income familiies. Environmental and Behavior , v 18, n.2, 1986.

PAYTON, MA. **Influence of Place Attachment and Social Capital on Civic Action**: A Study at Sherburne National Wildlife Repuge.Thesis for the Degree of Master. University of Minesota. St Paul, MN, 2003.

POL, E. **La Psicología Ambiental em Europa**: Análises Sociohistorico. Barcelona: Anthropos. Editorial Del Hombre, 1994.

PROSHANSKY, HM. **The City and Self-identity**. Environment and Behavior, v10, n.2, 1978.

PROSHANSKY, HM; ITTELSOM, WH; RIVLIN, L. **Psicología Ambiental**. El Hombre y su Entorno Físico. México: Trilhas, 1978.

PROSHANSKY, H; FABIAN, AK; KAMINOFF, R. Place-identity: Physical world socialization of the self. **Journal of Environmental Psychology**, v.3, 1983.

RABINOVICH, EP; BASTOS, ACS. Famílias e projetos sociais: analisando essa relação no caso de um quilombo em São Paulo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 1, jan./abr. 2007.

REBOUÇAS, LM. **O planejado e o vivido.** O reassentamento de famílias ribeirinhas no pontal de Paranapanema. São Paulo. Annablume: Fapesp, 2000.

RENT, GS; RENT, CS. **Low-income housing**: factores related to residential satisfaction. Environmental and Behavior. V. 10, n.4, 1978.

SCOTT, P. **Re-assentamento, saúde e insegurança em Itaparica**: um modelo de vulnerabilidade em projetos de desenvolvimento. Saúde e Sociedade, v15. São Paulo, 2006.

SCOTT, P. **Remoção Populacional e Projeto de Desenvolvimento Urbano**. Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP, 1996.

SEMPLAN. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. **Teresina em Bairros**. Prefeitura Municipal de Teresina. Teresina (PI), 2009.

SOCZKA, L. **As Raízes da Psicologia Ambiental**. Contextos Humanos e Psicologia Ambiental. Portugal, Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Gráfica de Antônio Coelho Dias S/A, 2005.

SOMMER, R; BECKER, FD. **Room density and user satisfaction**. Environment and Behavior, v.3, n.3, 1971.

SPEARE, A. Residential satisfaction as an intervening variable in residential mobility. **Demography**. V. 11, n°2, May, 1974.

SPELLER, GM. **A importância da vinculação ao lugar**. Contextos Humanos em Psicologia Ambiental. Portugal-Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Gráfica de Antônio Coelho Dias S/A, 2005.

SUTRUN, I. **Satisfacción residencial y tipos de vivienda**: um estúdio exploratório. Tesis de grado, Caracas, Escuela de Psicología, Universidad Central de Venezuela, 1984.

TUAN, Y. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. Difusão Editorial S/A, 1980.

TURNER, JC. **Social Categotization and the Self-concept**: a Social cognitive Theory of Groups Behaviour. In EJ Lawler: Advances in Groups Processes: Theory And Research. Greenwinch: Jai, 1985.

TWIGGER-ROSS, CL. Place on Identtty Processes. **Journal of Environmental Psychology**, v.16, 1996.

WEIDEMANN, S; ANDERSON, **J. Aconceptual framework for satisfaction**. Home environments. New York, Plenum, 1986.

WIESENFELD, E. **A Psicologia Ambiental e as diversas realidades humanas**. Revista de Psicologia USP, v.16, n.1/2, 2005.

WIESENFELD, E. **La autoconstrucción**: un estudio psicosocial del significado de la vivienda. Caracas, Venezuela: CONAVI, 2000.

WIESENFELD, E. **La Vivienda:** Su Evaluacion desde La Psicologia Ambiental. Universidad Central de Venezuela. Consejo de Desarrollo Cientifico y Humanístico. Caracas, Venezuela, 1995.

YAZIGI, EA. **Alma do Lugar**: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.

ANEXOS

Anexo 1- Projeto Sócio-ambiental do Programa Lagoa do Norte. Teresina

Fonte: SEMPLAN 2009

ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

Unidade de Gerenciamento do Programa Lagoas do Norte

PROGRAMA LAGOAS DO NORTE

MUNICÍPIO DE TERESINA

VOLUME I

PROJETO SÓCIO – AMBIENTAL: PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL

PLANO DE AÇÃO DA ÁREA I

TERESINA, JANEIRO DE 2009

APRESENTAÇÃO

O Programa Lagoas do Norte, uma parceria da Prefeitura Municipal de Teresina – PMT com o Banco Mundial – BIRD, busca contribuir para o desenvolvimento sustentável da região norte e do município de Teresina, entendendo-se por este conceito a formulação consolidada após a Conferência Rio-92, onde consta que "*desenvolvimento sustentável seria aquele capaz de atender às necessidades das gerações presentes, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em atender às suas próprias necessidades*", ou seja, o desenvolvimento e o processo de crescimento, que visem ao atendimento das necessidades humanas, sociais e de produção industrial alinhado às ações mitigadoras de possíveis impactos negativos. sobre as pessoas e os recursos naturais.

O Programa está dividido em três componentes: Modernização da Gestão Municipal, Desenvolvimento Urbano e Gerenciamento do Projeto, Desenvolvimento urbano e ambiental integrado e Desenvolvimento Econômico e Social.

O Programa engloba 13 bairros da região norte da cidade de Teresina, especificamente a região denominada a "Região das Lagoas do Norte". Com vista a uma melhor operacionalidade os treze bairros foram agrupados em quatro áreas: área I, área II, área III e área IV.

De suporte às ações primárias do Programa, foi desenvolvido "O Projeto Sócio – Ambiental: Participação Popular e Controle Social" com o objetivo de contribuir para a eficácia e sustentabilidade das Intervenções. Cabe ressaltar que a formulação deste Projeto compreende a opção da PMT em atender conjuntamente as salvaguardas de reassentamento involuntário e ambiental, sendo estas relacionadas apenas aos aspectos educativos, prescritos pelo – BIRD,

O Projeto Sócio - Ambiental é composto de Planos de Ação correspondentes as quatro áreas de intervenção do Programa: Plano de Ação Sócio - Ambiental da Área I, Plano de Ação Sócio - Ambiental da Área II, Plano de Ação Sócio - Ambiental da Área III e Plano de Ação Sócio - Ambiental da Área IV.

Este documento apresenta o Plano de Ação Sócio – Ambiental da Área I, em execução desde janeiro de 2009, com recursos do governo federal, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, na ordem de R$ 603.000,00 (Seiscentos e Três mil Reais) para a implementação de parte das ações previstas para esta área.

Esta parceria entre PMT e Governo Federal foi denominada de Projeto Piloto de Intervenção – PPI. O mesmo consiste em dois volumes: o volume I compreende o corpo do Projeto e o volume II os Relatórios das Atividades Desenvolvidas e Registro Fotográfico.

Os Planos Sócios – Ambientais das Áreas II, III e IV serão elaborados à medida que os Planos de Reassentamentos PRI's das respectivas áreas forem elaborados, uma vez que a população passível de remoção faz parte do público alvo do Projeto Sócio – Ambiental.

1 PROGRAMA LAGOAS DO NORTE

1.1 APRESENTAÇÃO E CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O Programa Lagoas do Norte é uma parceria da Prefeitura Municipal de Teresina – PMT com o Banco Mundial - BIRD que tem como finalidade desenvolver um conjunto de ações integradas de cunhos sociais, econômicos, ambientais e de infra – estrutura urbana, contemplando, inclusive a habitação popular, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida de mais de 100.000 pessoas residentes em 13 bairros da região norte da cidade de Teresina (quadro I).

O Programa está dividido em três componentes:

- Modernização da Gestão Municipal, Desenvolvimento Urbano e Gerenciamento do Projeto;

- Desenvolvimento urbano e ambiental integrado nas Lagoas do Norte;

- Desenvolvimento Econômico e Social nas Lagoas do Norte.

O componente Modernização da Gestão Municipal, Desenvolvimento Urbano e Gerenciamento do Projeto inclui atividades para consolidar os recentes esforços da PMT para melhorar os processos e capacidade de gestão financeira e orçamentária e para melhorar a prestação de serviços. Seus sub - componentes são: *Modernização da gestão financeira e orçamentária, Modernização do Serviço de Abastecimento de água e saneamento, Modernização da gestão educacional, Modernização da gestão urbana e ambiental, Desenvolvimento e implementação da estratégia de Desenvolvimento Econômico Local (LED) e Gerenciamento do Projeto.*

O componente Desenvolvimento urbano e ambiental integrado integra as intervenções para otimizar e expandir o abastecimento de água, a implantação de sistemas de coleta, transmissão e tratamento de esgoto, execução de intervenções críticas de micro e macro drenagem, ações para recuperar os aspectos ambientais naturais da região das lagoas e redes de canais, e as margens adjacentes dos rios Poti e Parnaíba, intervenções paisagísticas e de recuperação e construção de áreas verdes, parques e espaços públicos de lazer, intervenções para melhorar o sistema viário, o fluxo do trafego, o acesso e a segurança na região (incluindo o intenso trafego de bicicletas), realizar o reassentamento de famílias beneficiárias em áreas de risco e implementar melhorias habitacionais para outras famílias elegíveis e realizar projetos de engenharia e supervisão de obras.

O Componente Desenvolvimento econômico e social nas Lagoas do Norte abrange intervenções complementares ao Componente 2 e inclui ações de fortalecimento de associações e grupos comunitários, fornecimento de melhores serviços sociais (saúde, educação, etc), educação sanitária e ambiental, a criação de programas de trabalho e renda e a mobilização e participação da comunidade nas obras de intervenções.

QUADRO I PROGRAMA LAGOAS DO NORTE ÁREA DE ABRANGÊNCIA

ÁREA	BAIRRO	POPULAÇÃO 2004
ÁREA I	São Joaquim	12.884
	Matadouro	5.291
	Acarape	3.693
	Parque Alvorada	6.320
	Subtotal	28.188
AREA II	Nova Brasília	6.272
	Poti Velho	4.555
	Olarias	1.777
	Mafrense	7.340
	Sub Total	19.944
AREA III	Alto Alegre	5.857
	Itaperu	2.233
	Aeroporto	8.715
	Sub Total	16.805
AREA IV	São Francisco	6.261
	Mocambinho	29.507
	Sub Total	35.768
	Total Geral	100.705

1. 2 FUNDAMENTOS DA PROPOSTA

A mudança de paradigma em programas de saneamento ambiental está fortemente assentada na implementação de conceitos como o do ordenamento do uso do solo associado à preservação dos recursos naturais e do meio ambiente. O desafio é criar uma nova mentalidade coletiva, uma forma diferente e inovadora de perceber e sentir o desenvolvimento urbano, não somente por meio de maneiras indiretas, como também a partir da criação de políticas públicas ou da elaboração de diretrizes para a implantação de infra-estrutura social e produtiva, mas também pelo esforço na elaboração de programas e projetos aplicados, que busquem, de forma efetiva, atingir um equilíbrio entre as diversas dimensões associadas ao fomento do desenvolvimento econômico e social e a proteção adequada ao meio ambiente local.

O Programa Lagoas do Norte adota algumas estratégias de trabalho que se propõem a determinar quais são as áreas mais adequadas à ocupação humana, objetivando reduzir a ocupação em áreas de risco. O Programa fornecerá infra-estrutura urbana e social à região, compreendendo a implantação de ações focadas no uso e ocupação do solo (obras de urbanização), de saneamento ambiental (baseadas na melhoria dos sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de limpeza pública e drenagem urbana), de um componente de natureza ambiental (voltado à recuperação de áreas degradadas e à implantação de projetos especiais neste tema).

As ações mais abrangentes, voltadas para todo o município, buscarão, a partir de uma análise crítica da situação atual e da proposição de estudos específicos, apoiar o poder público local no aprofundamento de suas políticas de desenvolvimento e a determinar uma estratégia para solução de problemas importantes para a melhoria da vida na cidade.

Por outro lado, como mostrado nos itens anteriores, a região das Lagoas do Norte constitui-se hoje em área com economia local pouco diversificada, que apresenta, dentre vários problemas, um elevado grau de degradação sanitária e ambiental, com forte descaracterização e comprometimento do ecossistema local, severo estado de poluição das águas e do solo, elevada suscetibilidade a enchentes periódicas, grande número de habitações em situações de risco - às margens e sobre as lagoas, fatores estes que comprometem sobremaneira a qualidade de vida da população local. A intervenção do poder público local na região, com a implantação de ações planejadas de desenvolvimento urbano, mostra-se urgente e inadiável.

A efetiva participação da comunidade local e o controle social devem ser entendidos como alicerces e princípios básicos do Programa Lagoas do Norte. Outras estratégias que também norteiam a presente proposta são os investimentos voltados para a redução da pobreza, por meio de intervenções que serão especialmente contempladas pelos componentes, geração de emprego e renda e, participação e controle social.

O componente voltado para a geração de emprego e renda visa à dinamização da economia local, a partir da identificação e apoio às atividades produtivas compatíveis com as vocações e potencialidades locais, em consonância com as condicionantes de natureza ambiental verificadas na região das Lagoas do Norte.

O Programa Lagoas do Norte foi formulado em resposta às demandas levantadas pela própria população local de Teresina, durante o processo de discussão da Agenda 21 Local, denominada “Teresina Agenda 2015 – Plano de Desenvolvimento Sustentável”, em especial no capítulo “A Cidade e o seu Espaço”, que foi um notável esforço da comunidade local na identificação de seus problemas e na proposição de soluções. O Programa insere-se plenamente no contexto da Agenda 2015, no que concerne à melhoria da qualidade de vida do município e visa à implementação de diversas ações inter-relacionadas, cujo conjunto viabilizará uma grande transformação na região, que por sua dimensão proporcionará reflexos positivos em toda a cidade.

Assim, o Programa proposto compõe-se de um conjunto de ações integradas e inter-relacionadas, tecnicamente planejadas e contextualizadas, que visam à implantação de um processo estruturado de intervenção na realidade local. Alguns dos resultados esperados são: (i) melhoria da qualidade de vida da população; (ii) resgate da auto-estima das pessoas; (iii) redução dos casos de doenças e internações; (iv) valorização dos bairros da região de

Lagoas do Norte; (v) dinamização da economia local, inserção de pessoas no mercado formal de trabalho, (vi) recuperação ambiental; (vii) aumento da governança local, dentre outros.

A atuação do Programa Lagoas do Norte estará focada no nível local, por entender-se que o local atua como elemento de transformação social, política e econômica, representando o locus privilegiado para novas formas de solidariedade e parceria entre diversos atores, onde a competição cede espaço à cooperação. Assim, o local representa, nesse contexto, uma fronteira experimental para o exercício de novas práticas e para o estabelecimento de novas redes sociais fundadas em novas territorialidades.

Neste contexto, o Programa mostra-se ambicioso, ao buscar exceder a tradicional formatação de programas de saneamento com forte componente de urbanização, procurando também formas alternativas de intervenção na realidade social, econômica e ambiental na região norte da cidade de Teresina, com a adoção de uma abordagem sistêmica de atuação, lastreada pela participação social e governança. Busca-se consolidar um modelo demonstrativo de desenvolvimento urbano, passível de ser replicado em outras regiões.

2 PROJETO SOCIAL: PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL

O Projeto Social: Participação Popular e Controle Social é parte integrante do componente 3 - Desenvolvimento Econômico e Social do Programa Lagoas do Norte e tem como finalidade dar suporte e sustentabilidade às ações primárias. O mesmo inclui as ações de mobilização e divulgação do programa com vistas à participação da comunidade – MOC, as ações referentes à educação sanitária e ambiental - ESA e ações de apoio à geração de trabalho e renda – ATR.

O Projeto encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Cada área de intervenção tem seu plano de ação sócio - ambiental: Plano de Ação Sócio - Ambiental da Área I, Plano de Ação Sócio - Ambiental da Área II, Plano de Ação Sócio - Ambiental da Área III, Plano de Ação Sócio - Ambiental da Área IV.

- Cada plano de ação tem suas atividades direcionadas para duas frentes: a) população da área diretamente afetada e do entorno, afetadas por todas as intervenções do Programa; b) população a ser reassentada.

2. 1 JUSTIFICATIVA

O Programa Lagoas do Norte compreende um conjunto de ações urbanísticas, ambientais, sociais e econômicas integradas num território determinado, que gerará benefícios coletivos e individuais, além de procurar produzir, também, mudanças emocionais e comportamentais na população envolvida. *Consequentemente faz-se necessário, por*

parte dos atores envolvidos, a adoção de instrumentos de mobilização, consulta, informação, sensibilização, educação e controle, com a finalidade de criar condições efetivas de participação da comunidade no processo de desenvolvimento.

O maior desafio do poder público ao trabalhar a participação popular, considerando que a efetiva participação da comunidade é fator preponderante para a melhoria da qualidade de vida das mesmas, é aliar a linguagem técnica inerente a programas e projetos de desenvolvimento à humanização e compreensão clara das ações, por parte da população. *Para tanto, é imprescindível a criação de referência, instrumentos e linguagem, comuns, entre os problemas da comunidade e as ações técnicas propostas.*

A participação se entende como um mecanismo onde diversos instrumentos são colocados para os cidadãos, para que através deles possam propor /ou redirecionar soluções, conhecer e discutir soluções propostas, participar e fiscalizar a implantação das ações, fazer valer seus direitos e se informar quanto aos seus deveres.

O conceito de participação relaciona-se, estreitamente, com a idéia de cidadania, ao enfatizar a reivindicação, a democratização e a socialização da informação, das decisões e dos planejamentos das ações. È uma interativa troca de conhecimentos.

A diversificação das ações do Programa Lagoas do Norte resulta em benefícios coletivos e individuais e, conseqüentemente impõe *um trabalho comunitário, também diferenciado, agrupado por temas e/o grupos, possibilitando a convergência de interesses e objetivos. Neste aspecto é necessário que se estabeleça formas diferenciadas do trabalho social e ambiental para cada tema e/ou grupos determinados.*

A questão da remoção e reassentamento involuntário de famílias se constituem como um grande desafio para o poder público. Os impactos dessa ação são grandes, gerando forte ansiedade e resistência nas comunidades atingidas. O local da moradia é uma referência fundamental para o indivíduo em nossa sociedade, demarcando sua identidade e o seu papel social.

O reassentamento traz perdas significativas para as famílias sob vários aspectos. As perdas físicas são facilmente identificáveis, o que não ocorre com outros tipos de perdas que são de difícil mensuração, pois são de natureza particular, subjetiva e até mesmo emocional. Portanto, as mesmas devam passar por uma análise cuidadosa, com foco em cada família em particular, a fim de que as perdas sejam minimizadas, o que requer atenção especial da equipe responsável pelo reassentamento. Durante o processo poderão ser conhecidos antecipadamente os aspectos dificultadores e facilitadores do processo de remoção e as principais carências da comunidade atingida, assim como poderão ser formulados estratégias e encaminhamentos para parceiros para as devidas soluções.

O trabalho social deve acompanhar as diversas etapas da ação, antes/durante e pós-obra uma vez que as intervenções afetam o cotidiano das famílias. O acompanhamento

social tem como meta facilitar o relacionamento com a comunidade para garantir a aceitação do projeto, a minimização de dificuldades durante a execução das intervenções e, especialmente, garantir a qualidade do tratamento a ser concedido às famílias afetadas pelas remoções.

A participação da população é fundamental para o êxito do projeto de intervenção. Um trabalho realizado de forma coordenada, que provoque o comprometimento da comunidade, auxilia a população a perceber melhor os resultados, traz credibilidade ao Programa e ajuda a garantir a sustentabilidade das obras implantadas. A participação da comunidade, também, é importante para diminuição da ansiedade e apreensão gerada pelo reassentamento.

Para tanto, o trabalho de acompanhamento social às famílias deve possibilitar a reconstrução dos laços comunitários e familiares e também a recuperação ou melhoria da qualidade de vida, da capacidade produtiva, das condições de moradia, compensando, ao máximo possível as perdas geradas.

Alternativas de atendimento aos problemas da população com ênfase em um processo de envolvimento, comprometimento e educação da população são indispensáveis para o bom andamento das ações e consolidação das mudanças.

QUADRO II - FUNDAMENTOS E DIRETRIZES DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Programa Lagoas do Norte	
Fundamentos	**Diretrizes**
Conjunto de ações urbanísticas, ambientais, sociais e econômicas integradas num território determinado; Benefícios coletivos e individuais decorrentes de projetos específicos; Mudanças emocionais e comportamentais na população.	Criação de condições de participação efetiva da comunidade através de instrumentos de mobilização consulta, informação, sensibilização, educação e controle. Trabalho comunitário agrupado por temas e/ou grupos, possibilitando a convergência de interesses e objetivos. Assegurar, através de ações mitigadoras a minimização de prováveis impactos decorrentes do processo de implantação de obras e do reassentamento. Assegurar mudanças de comportamento, através de ações de educação sanitária e ambiental. Viabilizar a geração de trabalho e renda, através de ações de capacitação para o trabalho.

2. 2 EXECUÇÃO E GERENCIAMENTO

A diversificação das ações propostas impõe abordagens diferenciadas de participação popular, com níveis, métodos e técnicas específicos. Quais, quantos, quando e em que nível ocorrerá, está intimamente ligada aos cenários que serão trabalhados.

Os mecanismos de participação popular devem atender aos regulamentos de “Consultas Públicas”, para a população em geral, porém dependendo do tipo, forma e público dos programas, a consulta popular deva ter elementos adicionais. Com base nesses pressupostos, o Projeto Social está dividido em três eixos, quais sejam: mobilização das comunidades das áreas de intervenção-MOC, educação sanitária e ambiental –ESA e apoio ao trabalho e renda ATR.

A participação da população já acontece desde a elaboração e análise do diagnóstico da região das Lagoas do Norte. Neste momento a participação da população se deu através da inserção das reivindicações da comunidade feita, especialmente, ao Orçamento Popular - canal consolidado entre a Prefeitura e as comunidades, além das solicitações dirigidas diretamente aos órgãos do poder público municipal.

Em um segundo momento deu - se à apresentação e divulgação do Programa e dos estudos e alternativas de soluções para os problemas detectados, através da realização de Consultas Públicas com diferentes públicos; comunidade da região do Programa, órgãos públicos federais, estaduais e municipais e associações de classe, profissionais e cívicas, garantindo o direito da informação e discussão das propostas apresentadas.

O terceiro momento, objeto deste documento, trata de quais, quantos, quando e em que níveis serão os instrumentos de mobilização e participação da população beneficiária, na execução das ações propostas.

A amplitude do Programa Lagoas do Norte requer um trabalho de suporte social e ambiental com cobertura ampla e por vezes personalizada, o que demanda que os serviços estejam os mais próximos possíveis do local de moradia da população beneficiária. A PMT optou pela solução de formar uma equipe mista, composta por funcionários do próprio quadro e técnicos contratados, instalando um escritório de campo denominado de UPS – Unidade de Trabalho Social. Disponibilizou – se, na própria região, em dependências da GSU-Gerência de Serviços Urbanos da Superintendência de Desenvolvimento Urbano Centro Norte, órgão da PMT, localizado na Avenida Rui Barbosa S/N, principal via de acesso à região das lagoas, no Bairro São Joaquim.

A UPS è composta por nove técnicos com formações diversas, quais sejam: 03 assistentes sociais; 01 engenheiro; 01 arquiteto; 01 advogado; 01 educador ambiental; 02 técnicos de nível médio com conhecimento em informática.

Compete a UPS a execução de todas as ações que integram o Projeto Sócio - Ambiental: mobilização comunitária, educação sanitária e ambiental e apoio ao trabalho e renda, destinados à população que habita a região do Programa e às famílias que serão reassentadas.

Para o conjunto de ações programadas estão sendo utilizados equipamentos comunitários (escolas, centros e outros), espaços abertos, e conforme a especificidade, contatos individualizados em cada moradia.

A cobertura integral da região será assegurada, ainda, com a adoção de atendimento itinerante, que se dará com o uso de veículo equipado com recursos multimídia, para disseminar a informação, divulgar e desenvolver os eventos nas ruas, nas escolas e centros comunitários, transportar crianças para eventos específicos, fazer visitas domiciliares, entre outros.

À Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP cabe a coordenação e supervisão de todo o processo.

2.3 RECURSOS PREVISTOS

Os recursos previstos para a implementação integral do Projeto Sócio - Ambiental: Participação Popular e Controle Social estão orçados em R$ 1.432.233,00 (Um Milhão, Quatrocentos e Trinta e Dois Mil, Duzentos e Trinta e Três Reais), dos quais R$ 603.000,00 (Seiscentos e Três mil Reais) são recursos do governo federal, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (quadro II), para a implementação das ações da1ª etapa da área I, em execução desde janeiro de 2009.

QUADRO III PROGRAMA LAGOAS DO NORTE PROJETO SOCIAL: PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL
RECURSOS PREVISTOS – R$

AÇÃO	**VALOR TOTAL**	**VALOR POR FONTE**	
		PMT/BIRD	PMT/PAC
Mobilização e Organização comunitária- MOC	1.282.500,00	679.500,00	603.000,00
Educação Sanitária e Ambiental - ESA			
Apoio ao Trabalho e Renda - ATR			

Obs: R$ 149.733,00 (Cento e Quarenta e Nove Mil, Setecentos e Trinta e Três Reais) serão aplicados na avaliação da ação Ex Post da ação de reassentamento, mas que não estão computados nos valores acima, pois os mesmos estão orçados no Plano de Reassentamento.

2.4 MACRO AÇÕES E AQUISIÇÕES

Algumas ações e aquisições são imprescindíveis para que as atividades de ponta sejam executadas com eficiência e eficácia. O quadro IV mostra quais são e o estágio atual de cada uma delas.

QUADRO IV MACRO AÇÕES E AQUISIÇÕES

Discriminação	Estágio Atual	Fonte de Recurso
Implantação física da UPS	Realizado	PMT
Criação da UPS e nomeação dos membros, através de decreto.	Realizado	PMT
Aquisição de equipamento e material permanente para UPS.	Realizado	OGU
Aquisição de veículo como recurso de apoio e difusão das atividades que serão desenvolvidas nas ruas, escolas, centros comunitários e outros equipamentos sociais.	A realizar	BIRD
Aquisição de recursos multi – mídia.	Em processo de aquisição	PMT
Preparação do Planode Reassentamento da Área I- PRI I	Realizado	Doação Japonesa

Anexo 2- Projeto Sócio-ambiental do Programa Lagoa do Norte volume II. Teresina

Fonte: SEMPLAN 2009

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação
Unidade de Gerenciamento do Programa Lagoas do Norte

PROGRAMA LAGOAS DO NORTE

MUNICÍPIO DE TERESINA

VOLUME II

PROJETO SÓCIO – AMBIENTAL: PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL

ÁREA I

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

REGISTRO FOTOGRÁFICO

REGISTRO DOCUMENTAL

TERESINA, AGOSTO DE 2009

1 - RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DA ÁREA 1.
1º RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJETO SÓCIO - AMBIENTAL

IDENTIFICAÇÃO

Programa: Programa de Intervenções em Favelas e Saneamento Integrado	Ação/Modalidade: Famílias que moram em área de risco e de preservação ambientalç
Empreendimento: Programa Lagoas do Norte	Localização/Município: Teresina UF: PI
Fonte de recursos: Prefeitura Municipal de Teresina BIRD Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	
Executor da intervenção: Prefeitura Municipal de Teresina – Unidade de Projeto Social - UPS	
Tel.: 3215- 7525	e-m@il: lagoasdonorte@teresina.pi.gov.br
Responsável Técnico-Social: Denise Maria da Silva Batista Leal	Formação: Assistente Social
Tel.:3216-5075	e-m@il: lagoasdonorte@teresina.pi.gov.br

RELATÓRIO/PERÍODO DE REFERÊNCIA

Mês/período: Janeiro/ Fevereiro	33,83% da Obra do Residencial 1

ATIVIDADES/AÇÕES DESENVOLVIDAS

Descrição das atividades	Período ou Data	Técnicas/Inst. utilizados	Público participante
Visita à obra acompanhando técnicos do Banco Mundial.	21/Jan	Visita ao Residencial	Técnicos da UGP e responsáveis pela construção do
Adequação do projeto arquitetônico das unidades habitacionais para portadores de necessidades especiais (cadeirantes) e para comerciantes.		Computador; Programa Autocad;	Profissional de Arquitetura (especializado em Gestão Ambiental - Áreas Verde Urbanas).
Acompanhamento da obra de construção do Loteamento 1 – PLN.	Jan/2009	Visita ao Residencial	Técnicos UPS.
Reunião técnica para o planejamento das atividades sócioambientais do Programa Lagoas do Norte, referente ao 1º semestre/ 2009.	14/Jan	Reunião na UPS	Técnicos UGP e UPS.
Visita da técnica Soraia Melgaço (Banco Mundial – Bird), para conhecer as instalações do escritório da Unidade de Projeto Social (UPS).	21/Jan	Visita a UPS	Técnicos UGP, UPS e Bird.

Visita ao Teatro do Boi, para verificar as condições físicas do prédio, objetivando programá-lo para apresentações sócioeducativas do Programa Lagoas do Norte. Participantes: Educador ambiental da UPS e a Chefe de Divisão Cultural da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Luiza Magalhães.	28/Jan	Visita ao Teatro do Boi	Educador ambiental da UPS e a Chefe de Divisão Cultural da Fundação Cultural Monsenhor Chaves.
Visita da Assistente Social Raquel Ribeiro Gonçalves, técnica social da Caixa Econômica Federal para vistoria das instalações dos equipamentos utilizados no escritório da Unidade de Projeto Social (UPS).	05/02	Câmara fotográfica(CEF)	CEF/ UGP
- Reunião com o gestor da SEMAM (Secretaria Municipal do Meio Ambiente), Dr. Clóvis Alencar Júnior, para definição das ações sócioambientais do Programa Lagoas do Norte.	08/02	Câmara Fotográfica	SEMAM/ UPS
Convocação dos moradores: Rua São Félix, Vila Bom Jesus, para negociação quanto à proposta de reassentamento.	09, 12, 20/02	.Termo de .convocação; .Veículo	UGP/UPS/SDU Centro/ Norte*
Negociação com 21 moradores convocados.	10,16, 26/02	.Ficha de atendimento; .Ficha de comparecimento; .Termo de adesão ao Residencial; -Diário de Negociação;	UGP/UPS
Atendimento individualizado a 43 moradores da área de abrangência, do Programa sobre esclarecimento sobre as ações do Programa.	20/01 a 28/02	.Ficha de atendimento; . Ficha de adesão ao Residencial; .Termo de comparecimento; .Encaminhamento para desapropriação.	UGP/UPS
Atendimento complementar na UGP/SEMPLAN a 16 interessados, inclusive a FAMCC- Federação de Assist. e Conselhos Comunitários do PI e Associação de Mulheres.		Lista de presença	UGP

SDU CENTRO/NORTE: Superintendência de Desenvolvimento Urbano Centro/Norte, disponibilizando veículo (motocicleta) e o funcionário para entrega dos Termos de Convocação aos moradores em cada domicílio.

AÇÕES PREVISTAS E NÃO REALIZADAS

Descrição das Ações /Atividades	Justificativa
- Visita a área da construção do Residencial, juntamente com os moradores da Rua São Félix, Vila Bom Jesus, já mobilizados para a negociação prevista para 27/02/09.	-Indisponibilidade da maioria dos moradores que solicitaram o adiamento da visita.

REDIRECIONAMENTO E/OU NOVAS AÇÕES

Ações /Atividades Propostas	Objetivo	Período Previsto
- Reagendamento da visita à área do Residencial, destinado ao Reassentamento das famílias.	- Atender à disponibilidade do público-alvo.	02/03/09*

* Nesta data, a atividade foi realizada com o 1º grupo de moradores da Rua São Félix, Vila Bom Jesus, bairro Matadouro.

AVALIAÇÃO, PELA EQUIPE TÉCNICA, DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Aspectos Facilitadores:

1. Conciliação do início das negociações com o período chuvoso, que evidencia a precariedade das condições de habitabilidade nas áreas próximas as lagoas e passagens d'água. Isto faz com que os moradores reflitam e analise com mais objetividade a necessidade de deixar o local;
2. A precariedade construtiva de alguns imóveis cuja estrutura física é inferior às casas do Residencial, fato que estimula a adesão ao Reassentamento.
3. A localização do Residencial está próxima à área de origem das famílias, fato que contribui para a adesão à proposta de reassentamento, sem mais restrições.

Aspectos Dificultadores:
1. Preocupação dos moradores, cujo imóvel tem valor de avaliação superior ao das casas do Residencial (acima de R$ 22.000,00), que argumentam e/ou questionam a condição de adquirir outro local para residir nas mesmas condições (tamanho do imóvel) onde residem atualmente.
2. Preocupação dos moradores quanto à área construída casas do Residencial que, segundo as famílias não atende à necessidade de acomodação física de todos os seus membros.

Alternativas de Solução:
1. Atendimento individualizado para esclarecimentos de critérios e condições do Programa

AVALIAÇÃO PELA POPULAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

. NÃO APLICÁVEL AO PERÍODO DE EXECUÇÃO

A comunidade participou da avaliação dos trabalhos desenvolvidos? Sim ( ) Não ( )
Se sim, qual (s) instrumento (s) de avaliação utilizado (s)?
Entrevista ( ) Pesquisa ( ) Reunião de avaliação ( ) Outros: Abordagem direta, através do atendimento diário ao público.

Resultado da Avaliação:

DOCUMENTAÇÃO DE REGISTRO

[ ]	Atas de Reuniões	[X]	FotoS
[ ]	Folhetos/ Cartilhas/ Apostilas	[ ]	Registro de Avaliação
[X]	Lista de Presença	[X]	Outros: - termo de convocação - fichas de atendimento ao publico - termo de adesão ao Residencial - relatório diário de negociação - encaminhamento para desapropriação

2º RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJETO SÓCIO - AMBIENTAL

1 IDENTIFICAÇÃO

Programa: Programa de Intervenções em Favelas e Saneamento Integrado	Ação/Modalidade: Famílias que moram em área de risco e de preservação ambiental	
Empreendimento: Programa Lagoas do Norte	Localização/Município: Teresina	UF: PI
Fonte de recursos: Prefeitura Municipal de Teresina – BIRD Programa de Aceleração do Crescimento - PAC		
Executor da intervenção: Prefeitura Municipal de Teresina – Unidade de Projeto Social - UPS		
Tel.: 3215- 7525	e-m@il: lagoasdonorte@teresina.pi.gov.br	
Responsável Técnico-Social: Denise Maria da Silva Batista Leal	Formação: Assistente Social	
Tel.:3216-5075	e-m@il: lagoasdonorte@teresina.pi.gov.br	

2 RELATÓRIO/PERÍODO DE REFERÊNCIA

Mês/período: Março/ 2009	41,46% da Obra do Residencial 1

3 ATIVIDADES/AÇÕES DESENVOLVIDAS

Descrição das atividades	Período/ Data	Técnicas/Instru. utilizados	Público participante
Convocação de 48 famílias moradoras das Ruas Itamaraty, Tucumã e José Nati, para negociação quanto à proposta de reassentamento.	02 a 26	- Termo de Convocação; - 01 veículo motocicleta; - 01 Funcionário -Relação nominal dos moradores.	- Moradores das Ruas Itamaty, Tucumã e José Nati.
Negociação com 48 famílias para fazer opção quanto ao tipo de reassentamento.	02 a 31	-Ficha de atendimento; -Ficha de comparecimento; - Planta da casa; - Relatório diário de negociação; - Pasta individual; Relação de avaliação dos imóveis.	Moradores convocados; Comissão de Negociação / UPS
Consolidação de 21 negociações.		Termo de Adesão; Encaminhamento para indenização.	Moradores convocados; Comissão de Negociação / UPS

Plantão social com atendimento individualizado a moradores da área de abrangência do PLN, para esclarecimentos sobre as	02 a31	-Ficha de atendimento; -Mapa da área de abrangência do PLN -Diário de atividades.	-Público em geral; - Equipe técnica responsável pelo trabalho técnico social/ UPS.
Visita a Área 02 do PLN em acompanhamento à comitiva do Sr. Prefeito Municipal e equipe da SDU Centro /Norte às famílias residentes nas Ruas Cristo Rei e adjacências com casas danificadas pelas chuvas e consequente subida do nível das águas das lagoas.	18/03/09	-Veículo; - Máquina fotográfica.	- Prefeito Municipal e Assessores; Equipe Técnica-social da SDU C /N; -Equipe técnica SEMPLAN (UGP, UPS).
Encaminhamento de 08 (oito) processos de indenização/ desapropriação junto à Procuradoria Geral do Município.	19/03/09	- Processos; - Ofício.	- Técnicos da UGP; - Técnicos da UPS.
Visita a área de reassentamento (Residencial) em acompanhamento aos moradores convocados para negociação.	27/03/09	-Veículo	-Técnicos da UPS; - Morador convocado à negociação /visita.
Reunião de divulgação e esclarecimento do PLN junto aos moradores do Bairro Olarias, em atendimento à solicitação das lideranças comunitárias locais.	21/03/09	-Veículo; -Data show; -Máquina fotográfica; -Lista de presença; -Ata da reunião (relatório).	-Moradores do Bairro Olarias; -Lideranças Comunitárias (Pres. Associação); - Responsável da FAMCC; -Técnicos da UGP; -Técnicos da UPS; -Técnicos da SEMDEC.
Visita aos equipamentos comunitários (Escolas Municipais Joel Ribeiro, Dep. Antônio Gayoso e Creche Minha Casa) dos Bairros Matadouro, Acarape e São Joaquim, para reconhecimento e inclusão dos mesmos nas ações sócioambientais do Plano de Execução do PLN.	27/03/09	Veiculo	Técnicos da UPS

4 - AÇÕES PREVISTAS E NÃO REALIZADAS

Todas as atividades previstas foram realizadas

5 - REDIRECIONAMENTO E /OU NOVAS AÇÕES

De acordo como está definido no PTTS do Programa Lagoas do Norte, a área de abrangência do PLN/ PAc está dividida em 03 (três) grupos: grupo I, grupo II e grupo III. Cada grupo terá seu programa de atividades. Neste item está apresentado o programa de atividades do Grupo I, que corresponde às áreas das lagoas da Piçarreira, Cabrinha e Lourival, localizadas ao longo do Canal Padre Eduardo, atualmente o setor que está sendo trabalhado.. No quadro a seguir estão listadas as atividades programadas para o Grupo I, no período de abril a junho.

6- AVALIAÇÃO, PELA EQUIPE TÉCNICA, DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A avaliação realizada pela equipe técnica identificou os mesmos aspectos facilitadores e dificuldades do anterior,relatadas no 1º relatorio.

Aspectos Facilitadores:

1. Conciliação do início das negociações com o período chuvoso, que evidencia a precariedade das condições de habitabilidade nas áreas próximas as lagoas e passagens d'água. Isto faz com que os moradores reflitam e analise com mais objetividade a necessidade de deixar o local;
2. A precariedade construtiva de alguns imóveis cuja estrutura física é inferior às casas do Residencial, fato que estimula a adesão ao Reassentamento.
3. A localização do Residencial está próxima à área de origem das famílias, fato que contribui para a adesão à proposta de reassentamento, sem mais restrições.

Aspectos Dificultadores:

1. Preocupação dos moradores, cujo imóvel tem valor de avaliação superior ao das casas do Residencial (acima de R$ 22.000,00), que argumentam e/ou questionam a condição de adquirir outro local para residir nas mesmas condições (tamanho do imóvel) onde residem atualmente.
2. Preocupação dos moradores quanto à área construída casas do Residencial que, segundo as famílias não atende à necessidade de acomodação física de todos os seus membros.

Alternativas de Solução:

1. Atendimento individualizado para esclarecimentos de critérios e condições do Programa.

7 - AVALIACAO DA POPULACAO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – Não aplicada

A população participou da avaliação dos trabalhos desenvolvidos? (sim) (não). Se sim quais os instrumentos utilizados?

Entrevista ( ) Pesquisa ( ) Reunião de avaliação ( ) Outros: Abordagem direta, através do atendimento diário ao público.

8- DOCUMENTAÇÃO DE REGISTRO

[X] Registro Fotográfico

[X] Outros: termo de convocação

- fichas de atendimento ao publico
- termo de adesão ao Residencial
- relatório diário de negociação/
- encaminhamento para desapropriação

3º RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJETO SÓCIO - AMBIENTAL

IDENTIFICAÇÃO

Programa: Programa de Intervenções em Favelas e Saneamento Integrado	Ação/Modalidade: Famílias que moram em área de risco e de preservação ambientalç
Empreendimento: Programa Lagoas do Norte -	Localização/Município: Teresina UF: PI
Fonte de recursos: Prefeitura Municipal de Teresina BIRD Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	
Executor da intervenção: Prefeitura Municipal de Teresina – Unidade de Projeto Social - UPS	
Tel.: 3215- 7525	e-m@il: lagoasdonorte@teresina.pi.gov.br
Responsável Técnico-Social: Denise Maria da Silva Batista Leal	Formação: Assistente Social
Tel.:3216-5075	e-m@il: lagoasdonorte@teresina.pi.gov.br

RELATÓRIO/PERÍODO DE REFERÊNCIA

Mês/período: Abril/ 2009	% da Obra do Residencial 1

ATIVIDADES/AÇÕES DESENVOLVIDAS

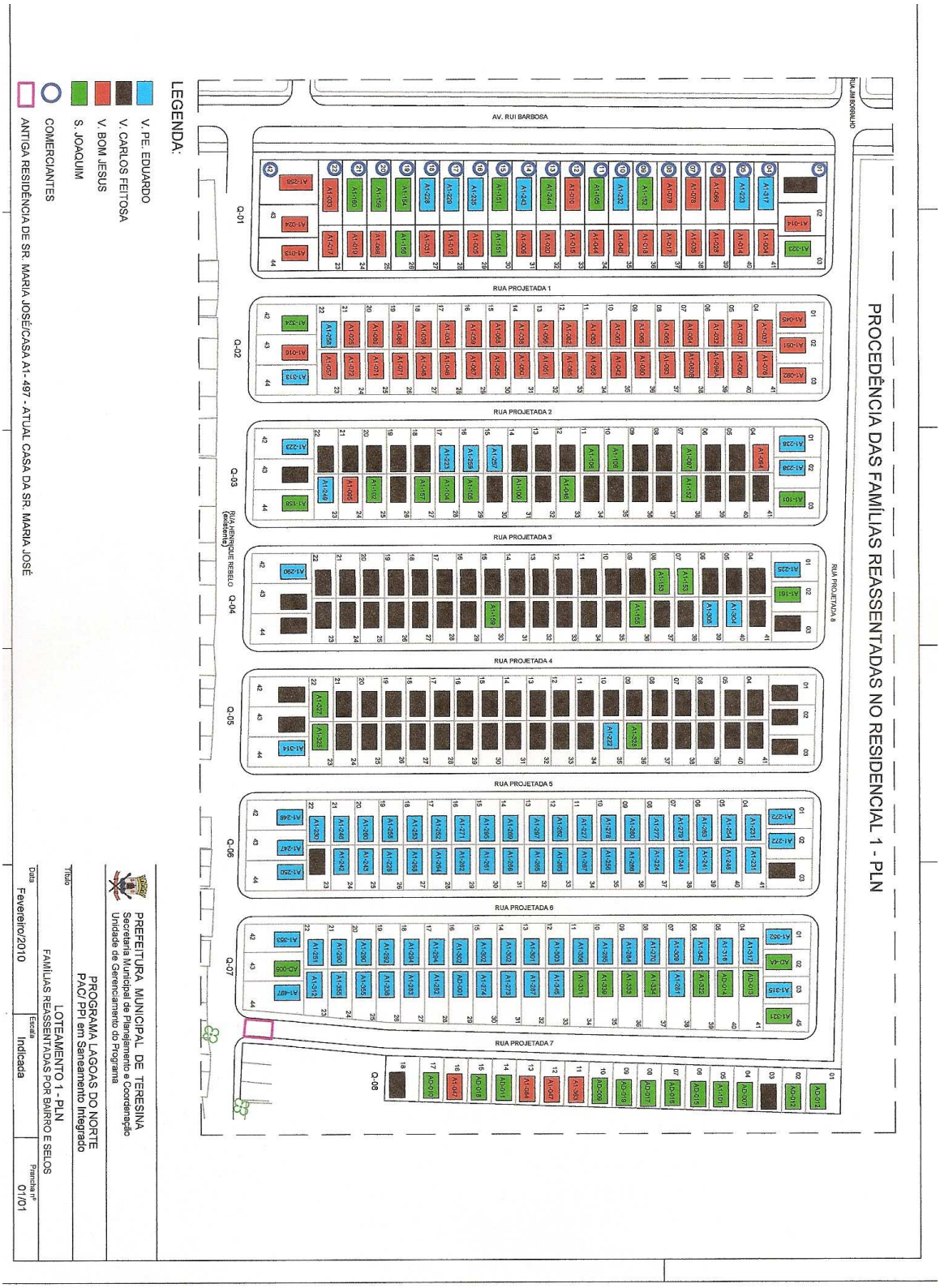
Descrição das atividades	Período/ Data	Técnicas/Instrumentos utilizados	Público participante
Convocação de moradores residentes nos domicílios com selos A1-049 à A1-074 para procedimentos relativos a negociação de reassentamento.	25/03 a 25/04	- Termo de Convocação; - 01 veículo - Relação nominal dos moradores.	- Moradores das Ruas Tucumã e José Nati da Vila Bom Jesus.
- Negociação com os moradores convocados para proceder opção de reassentamento.	25/03 a 25/04	-Ficha de atendimento; -Ficha de comparecimento; - Termo de Adesão; - Encaminhamento para Desapropriação; - Planta da casa; - Relatório diário de negociação; - Pasta individual; Relação de avaliação dos imóveis.	- Moradores convocados; -Comissão de Negociação (UPS).
Consolidação de negociação de reassentamento com os moradores convocados.	25/03 a 25/04	- Lista de Consolidação da negociação; - Diário de Negociação; - Termo de Adesão ao Residencial; - Encaminhamento para desapropriação; - Documentos pessoais do morador; - Documento de propriedade/ posse do imóvel.	-Moradores em processo de negociação; - Comissão de negociação (UPS).

- Plantão social com atendimento individualizado à moradores da área de abrangência do PLN, para esclarecimentos sobre as ações e critérios do Programa.	01 a 25	-Ficha de atendimento; -Mapa da área de abrangência do PLN; -Diário de atividades.	-Público em geral; - UPS.
- Atendimento ao grupo de alunos do curso de Gestão Ambiental do CEFET, para esclarecimentos acerca do PLN	03/04	- Folders; - Mapa da área de abrangência do PLN; - Registro fotográfico; - Lista de presença.	- Alunos do CEFET; - Equipe UPS.
- Realização de 01 (um) encontro com as lideranças culturais ligadas ao Teatro do Boi para divulgação das ações sócio-ambientais do PLN.	03/04	- Folders do PLN; - Registro fotográfico/ Teatro do Boi; - Lista de presença; - Ficha de visita institucional.	- Gestor do Teatro (Chiquinho); - Atores teatrais; - Equipe UPS .
- Realização de 02 (duas) reuniões com as lideranças comunitárias dos bairros Acarape e Matadouro para apresentação do PLN motivando-as ao envolvimento nas ações sócio-ambientais do Programa.	25/04	- Convite; - Folders do PLN; - Registro fotográfico; - Vídeo Documentário; - Lista de presença; - Ficha de visita institucional.	- Lideranças comunitárias do Acarape; - Equipe UPS.
- Realização de 01 (uma) visita à instituição parceira para apresentação do PLN motivando-as ao envolvimento nas ações sócio-culturais do Programa.	17/04	- Convite; - Folders do PLN; - Registro fotográfico; - Vídeo Documentário; - Lista de presença; - Ficha de visita institucional.	- Gestor da SEMAM; - Equipe Técnica da SEMAM; - Equipe UPS.
- Realização de 04 (quatro), encontros pedagógicos com gestores e professores das escolas localizadas na área 01 do PLN, para divulgação e acompanhamento de atividades/ eventos.	16/04 e 23/04	- Convite; - Folders do PLN; - Registro fotográfico; - Vídeo Documentário; - Lista de presença; - Ficha de visita institucional.	- Gestores das escolas; - Professores; - Alunos ***; - Equipe UPS

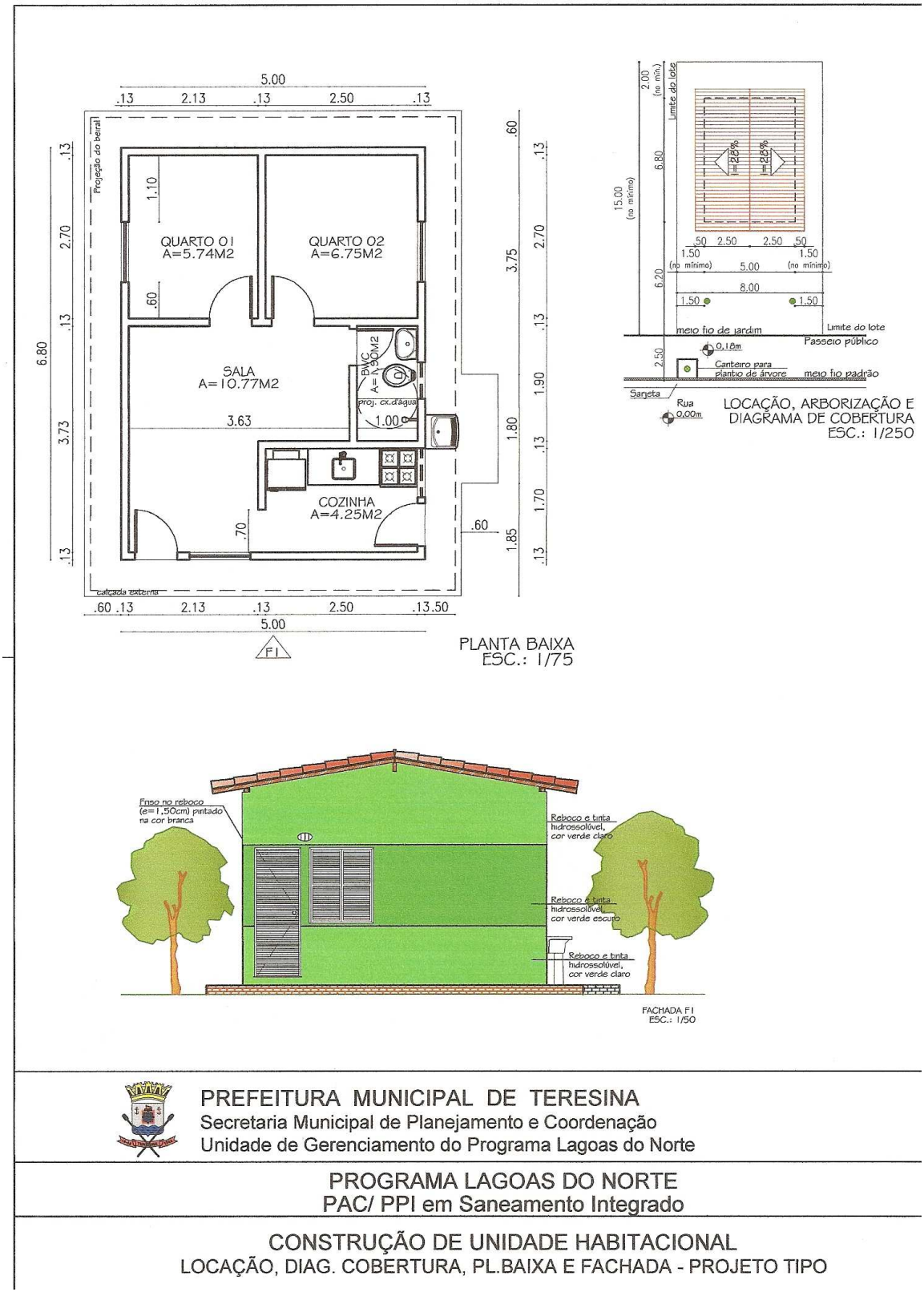
***** A quantidade corresponde não apenas aos convocados no período, como também aqueles com processo de negociação iniciado no período anterior.
****** A reunião no bairro Matadouro não foi realizada, em virtude da ausência da liderança local.
******* A participação dos alunos deu-se em virtude da coincidência com horário da aula.

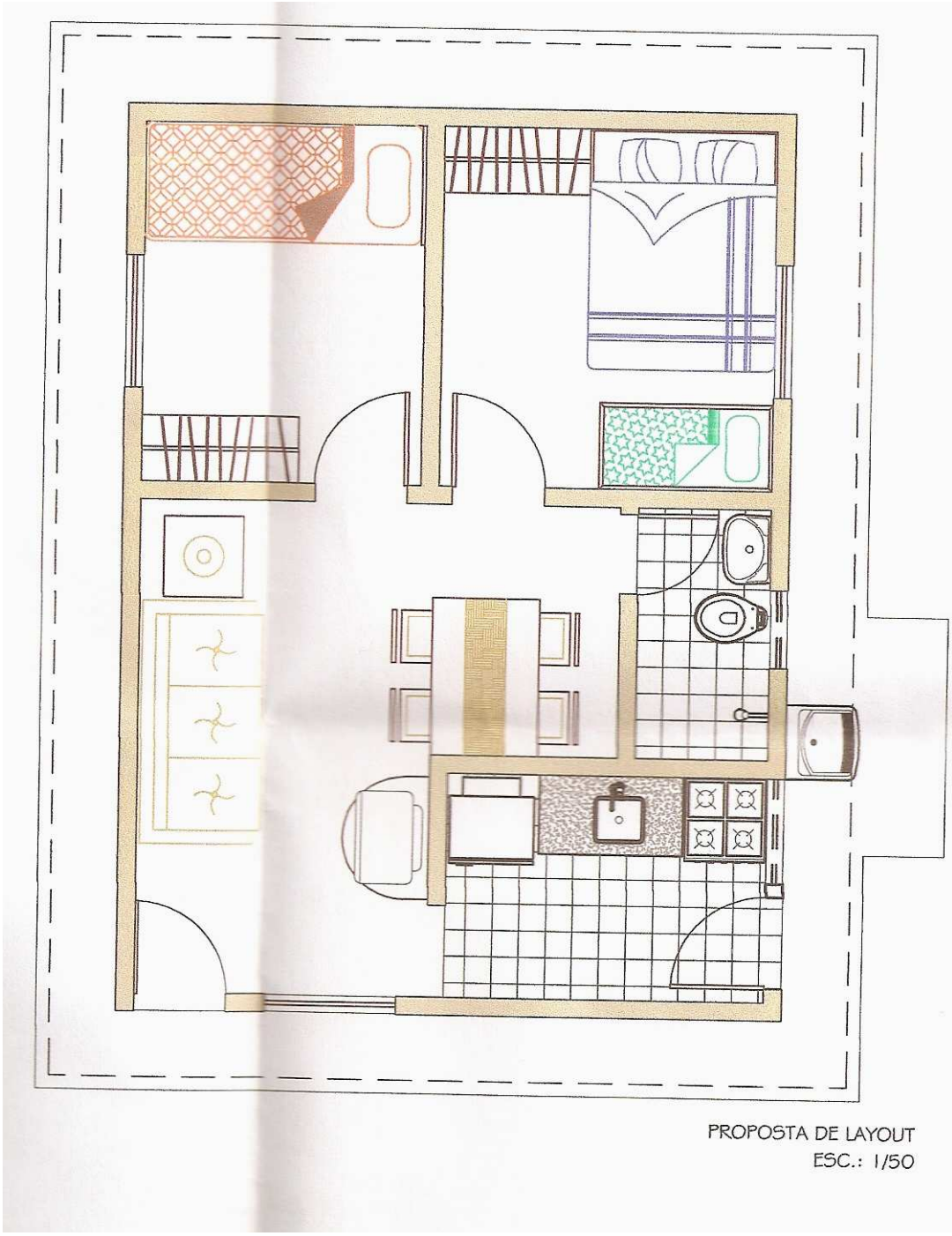
Anexo 3- Mapa da Região das Lagoas, identificação das Unidades Residenciais em área de risco. Teresina
Fonte: SEMPLAN 2009

Anexo 4- Mapa do local do reassentamento do Residencial Zilda Arns. Teresina
Fonte: SEMPLAN 2009



Anexo 5 – Planta baixa das casas do Residencial Zilda Arns. Teresina
Fonte: SEMPLAN 2009





PROPOSTA DE LAYOUT
ESC.: 1/50

Anexo 6. Roteiro para a entrevista semi-estruturada. Teresina

ROTEIRO DE ENTREVISTA

HISTÓRIA RESIDENCIAL:	
Tipo de casa	1. Em que tipo de casa viveu desde o nascimento?
Local	2. De onde você é? (Lugar, localidade ou bairro)
Sentimentos	3. Como você se sentia em cada um desses lugares (casas)?
Preferência	4. Qual dessas casas foi a sua favorita?
Razões	5. Por quê?
Rejeição	6. Qual dessas casas você gostou menos?
Razões	7. Por quê?
Identidade de lugar	8. Quais os lugares dessas casas que você sentia como seus?
Razões	9. Por quê?
LOCALIDADE ANTERIOR	
Local	10. Onde você vivia antes de mudar para cá?
Tempo de residência	11. Quantos anos você viveu lá?
Relações:	
Amigos	12. Tinha amigos?
	13. Quantos?
Familiares	14. Você vivia com familiares?
	15. Quem eram eles? Quantos?
Avaliação sobre vizinhos	16. Como eram os vizinhos?
	17. Qual o tipo de relação com eles? Que tipo de coisas faziam juntos (visitas, ajuda, trabalho)?
Participação:	
Presença	18. Você participava com seus vizinhos de atividades voltadas a solucionar problemas do lugar onde viviam?
Tipo	19. Quais?
Avaliação	
Vantagens	20. Quais as vantagens de viver lá?
Razões	21. Por quê?
Desvantagens	22. Quais as desvantagens de viver lá?
Razões	23. Por quê?
Serviços	24. Quais serviços havia lá?
Funcionamento	25. Como eram esses serviços?
Nível Satisfação	26. O quão satisfeito você se sentia vivendo lá? (muito, razoável, pouco, nada)
Razões	27. Por quê?
Identidade de lugar	28. Você se sentia identificado com aquele lugar?
	29. Que coisas você considerava estranhas lá?

MORADIA ANTERIOR (última moradia em que você morou antes de mudar para a atual)	
Tipo de casa	30. Que tipo de moradia você ocupava antes de se mudar para cá? (casa, apartamento, rancho)
Materiais	31. De que materiais era feita: piso; paredes; teto?
Propriedade	32. A moradia era: própria, alugada, cedida, outro?
Localidade	33. Onde ficava essa moradia?
Tamanho	34. De que tamanho era?
Número de pessoas	35. Quantas pessoas viviam lá?
Número de cômodos	36. Quantos cômodos havia?
Número de quartos	37. Quantos quartos havia?
Densidade	38. Quantas pessoas dormiam em cada quarto, ou outro cômodo?
Avaliação, satisfação, razões para mudança (cognitivo, afetivo, condutas)	
Vantagens	39. Quais eram as vantagens de viver naquela moradia?
Fontes de prazer	39a. O que você gostava daquela moradia, comparada com a anterior?
Razões	39b. Por quê?
Desvantagens	40. Quais eram as desvantagens da sua moradia anterior?
Fontes de desagrado	40a De que coisas você não gostava lá?
Razões	40b. Por quê?
Recordações	41. Que recordações tem daquela moradia?
Nível Satisfação	42. Em geral o quão satisfeito você se sentia naquela moradia? (muito, razoável, pouco, nada)
Razões	43. Por quê?
Conduta	44. Por quê você se mudou de lá?
	45. Que esperava daquela moradia?
	46. Você se arrependeu de ter mudado de lá?
	47. Por quê?
LOCALIDADE ATUAL	
Localização	48. Você é desse bairro?
Chegada	49. Como chegou aqui? (razões)
Tempo de residência	50. A quanto tempo vive aqui?
Comunidade/ Concepção	51. O que é para você uma comunidade?
Avaliação	52. Você sente que vive em uma comunidade?
Razões	53. Por quê?
Construção da comunidade	54. A partir de que momento, evento, situação, etc., este lugar se converteu em uma comunidade?
Apego	55. Você sente que pertence a esse lugar? Explique.
Identidade de lugar	56. Você se sente identificado com essa comunidade?
	57. Por quê?
Sentido de comunidade	58. O que faz você pensar que uma pessoa pertença a um lugar? (comunidade, bairro, localidade)
Mudanças realizadas	59. Que coisas têm sido feitas nesse lugar desde que você se mudou para cá?
Mudanças desejadas	60. Que coisas você gostaria que fossem feitas nesse lugar?
Descrição	61. Como você descreveria essa comunidade a alguém que não a conheça?
	61a. Quem faz parte dessa comunidade?

Relações locais:	
Amigos	
Presença	62. Tem amigos aqui?
Número	63. Quantos amigos?
Familiares	
Presença	64. Aqui vivem familiares seus?
Número	65. Quem? Quantos?
Avaliação sobre vizinhos	66. Como são seus vizinhos?
Relações	67. Que tipo de relação você tem com os vizinhos? Que tipo de coisas fazem juntas? (visita, ajuda, trabalho, participação)
Lugar de visita	68. Em que lugar da casa você recebe visitas?
Avaliação	
Vantagens	69. Quais as vantagens de viver aqui?
Razões	70. Por quê?
Desvantagens	71. Quais as desvantagens de viver aqui?
Razões	72. Por quê?
Serviços	73. Quais serviços existem aqui?
Funcionamento	74. Como são os serviços daqui?
Problemas	75. Que outros problemas você identifica aqui?
Nível Satisfação	76. O quão satisfeito você se sente vivendo aqui? (muito, razoável, pouco, nada)
Razões	77. Por quê?
Fontes de satisfação	78. Que coisas você gosta nessa comunidade? (lugares, fontes)
Insatisfação	79. Que coisas lhe desagradam em viver aqui?
Menor satisfação	80. Que coisas lhe fariam mais satisfeitos com esse lugar? (comunidade)
Mudanças na satisfação	81. Desde que você se mudou para cá, tem mudado o seu nível de satisfação com esse lugar? (comunidade)
Comparação	82. Em que essa comunidade é melhor do que aquela em que vivia antes? Que vantagens tem? Que você mais gosta dessa comunidade em comparação com a anterior?
	83. Em que essa comunidade é pior do que o lugar onde você vivia? Quais as desvantagens? O que você menos gosta daqui em relação a comunidade em que você morava antes?
Participação	
Presença	84. Você participa junto aos vizinhos de atividades para solucionar problemas da comunidade?
Tipo	85. Em quais atividades?
Freqüência	86. Com que freqüência?
Espaços públicos-privados	
Públicos	87. Quais são os espaços públicos desse lugar?
Privados	88. Para você quais são os espaços privados desse lugar?
Usos públicos	89. Quais espaços públicos você freqüenta? O que faz neles e com quem?
Espaços públicos favoritos	90. Algum desses lugares é o seu lugar favorito?
Apropriação	91. O que considera seu nesse projeto?
Intenção de mudar	92. Você pensa em mudar dessa comunidade?
Razões	93. Por quê?

Desejos	94. Se pudesse, você mudaria daqui?
Razões	95. Por quê?

MORADIA ATUAL

A. Características ambientais

Tipo de casa	96. Que tipo de moradia você ocupava antes de se mudar para cá? (casa, apartamento, rancho)
Materiais	97. De que materiais era feita: piso, paredes, teto?
Propriedade	98. A moradia era: própria, alugada, cedida, outro?
Localidade	99. Onde ficava essa moradia?
Tamanho	100. De que tamanho era?
Número de pessoas	101. Quantas pessoas viviam lá?
Número de cômodos	102. Quantos cômodos havia?
Número de quartos	103. Quantos quartos havia?
Densidade	104. Quantas pessoas dormiam em cada quarto, ou outro cômodo?
Distribuição de ambientes	105. Descrever
Mobiliário	106. Descrever
Disposição	107. Descrever
Tempo de residência	108. Há quanto tempo vive aqui?

B. REPRESENTAÇÃO (Descrição, identidade, significado, apropriação, comparação, desejos, aspirações, satisfação, usos, normas, condutas, ajuda)

Chegada	109. O que você sentiu no dia em que mudou para cá? Como foi?
Descrição	110. Descreva a sua casa?
Identidade	111. Gostaria que me falasse sobre você, sobre quem você é. Como você se descreveria para alguém que não lhe conhecesse?
	112. Você sente que essa casa parece com você?
Significado	113. O que uma “casa” significa para você?
Peculiaridade	114. O que significa (representa) esta casa para você?
Comunicação	115. O que você acha que a sua casa significa (representa) para os vizinhos?
Apropriação Geral	116. Você sente essa casa como sua? Se sente vinculado a essa casa? Como?
Razões	117. Por quê?
Particular	118. Que coisas fazem com que uma pessoa sinta-se em casa?
Razões	119. Por quê?
Territorialidade	
Casa	120. Quais são os limites de sua casa? A partir de qual lugar você se sente em casa?
Comunidade	121. Quais são os limites da sua comunidade? A partir de qual lugar você se sente em sua comunidade?
Comparação	122. Em que se diferencia essa casa da casa onde vivia antes?
Desejos	
Vizinhos	123. O que você desejaria que a sua casa transmitisse aos vizinhos?
	124. E a uma pessoa rica?
	125. E a qualquer pessoa?
Aspirações	126. Descreva como você gostaria que fosse a sua casa ideal e a compare com a atual.

Vantagens	127. Quais são as vantagens dessa casa? O que você gosta nela em comparação com a anterior?
Razões	128. Por quê?
Momentos agradáveis	129. Quando sua casa é mais agradável?
Razões	130. Por quê?
Momentos desagradáveis	131. Quando sua casa é mais desagradável?
Razões	132. Por quê?
Lugar preferido	133. Que lugar você prefere em sua casa? Onde você mais gosta de estar? Por quê?
Momento	134. Em que momento você gosta de estar no seu lugar preferido da casa e por quê?
Lugar preterido	135. Que lugar da casa você menos gosta? Por quê?
Momento	136. Em que momento você fica nesse lugar? Por quê?
Nível Satisfação	137. O quão satisfeito você está com sua casa? (muito, razoável, pouco, nada)
Razões	138. Por quê?
Fontes de satisfação	139. Que coisas em sua casa lhe fazem sentir mais satisfeito?
Satisfação com a propriedade	140. Que tipo de propriedade você tem em relação a casa? Está satisfeito com isso?
Maior satisfação	141. Que coisas lhe deixam mais satisfeito com sua casa?
Mudança na satisfação	142. Desde que você mudou para cá, tem mudado o seu nível de satisfação com a casa?
Privacidade	
Concepção	143. Que significa para você ter privacidade em sua casa?
Privacidade obtida	144. Você sente que tem privacidade em sua casa? Sim ___ Não___
Razões	145. Por quê?
Mecanismos	146. O que você faz para ter privacidade em sua casa?
Atividades	147. Em que tipo de atividade necessita de privacidade em sua casa?
Momentos	148. Em algum momento do dia lhe parece particularmente importante ter privacidade?
Lugares	149. Quais são os lugares privativos em sua casa? Quem entra lá? Quando? Por quê?
Privacidade obtida X desejada	150. Existem ocasiões nas quais você não pode ter privacidade em sua casa?
Razões	151. Por quê?
Sentimento de priv.obt/desejada	152. Como você se sente quando não pode ter privacidade em sua casa?
Reação	153. E como reage a isso?
Segurança/Casa	154. O quão seguro você se sente nessa casa?
Comunidade	155. Quão seguro você se sente nessa comunidade? A partir de que local da comunidade?
Uso / Função	156. Eu gostaria que você falasse quais os usos que dá a cada um dos ambientes de sua casa. Comece por: quem usa, quando e como.
Normas de uso	157. O que se pode e não pode fazer aqui? Quem pode ou não entrar em cada ambiente? E por quê?
Comparação	158. Há coisas que você faz aqui que não podia fazer no lugar onde morava antes?
Condutas/Dedicação	159. Você gosta de cuidar da sua casa?
	160. Como cuida de sua casa?

Permanência real	161. Quanto tempo você passa diariamente em sua casa?
Permanência ideal	162. Quanto tempo você gostaria de passar em sua casa? Por quê?
Reforma	163. Que reformas tem feito em sua casa desde que mudou para cá? (Desde a fachada até o interior da casa)
Razões	164. Por quê fez essas reformas?
Momento	165. Depois de quanto tempo de mudança para essa casa você iniciou as reformas?
Desejo de reforma	166. Que outras reformas você gostaria de fazer?
Limitações	167. E por quê não as fez? Que dificuldades encontrou?
Ajuda administrativa	
Tipo-fonte	168. Que tipo de ajuda tem recebido? De quem?
Avaliação	169. Como você avalia essa ajuda?
Intenção de mudança	170. Tem intenção de mudar daqui?
Razões	171. Por quê?
Lugar	172. Para onde?
Possíveis limitações	173. Quais são as limitações e/ou facilidades para você mudar daqui?
Desejo de mudança	174. Você gostaria de mudar daqui?
Razões	175. Por quê?
Lugar	176. Para onde?
Apego	177. Do que sentiria falta se mudasse dessa casa?

REASSENTAMENTO

Participação	178. Você foi reassentado? Sim___Não___
Significado	179. O que significa para você o reassentado?
Razões	180. Por quê pessoa têm que ser reassentado?
Procedimento	181. Como se deu o reassentado?
Participantes	182. Quem foram os reassentados?
Funções	183. Para que serve um reassentado?
Avaliação do processo	
Vantagens	184. Quais as vantagens de um reassentamento?
Razões	185. Por quê?
Desvantagens	186. Quais as desvantagens de um reassentamento?
Razões	187. Por quê?
Dificuldades	188. Por quais dificuldades passou durante o processo de reassentamento? Por quê?
Facilidades	189. Que facilidades você teve para participar do ressentamento?
Governo	190. Na sua opinião, qual o papel do governo em relação ao problema da moradia?
Avaliação	191. Em geral, como você avalia esse reassentamento?
Aspirações	192. Para você, como seria o reassentamento ideal?
Intenção de abandono	193. Você lembra de algum momento em que quis abandonar o reassentamento? Por quê isso aconteceu? Como você superou?

Avaliação do produto (casa do reassentamento)

Vantagens	194. Quais são as vantagens de viver em uma casa de um reassentamento?
Desvantagens	195. Quais as desvantagens de viver em uma casa de um reassentamento?
Comparação	196. Como você compararia a casa do reassentamento com sua antiga casa?
Comparação com outras casas	197. Como você compararia as casas do reassentamento com outras casas que não sejam de reassentamento?
Satisfação	198. Você pensa que as pessoas reassentadas estão mais satisfeitas com as novas casas (reassentamento) em relação as antigas casas? (Região das lagoas)
Razões	199. Por quê?
Expectativas	200. Você sente que as suas expectativas em relação ao reassentamento cumpridas? Sim___Não___ Por quê?
Saúde	201. Você tem notado mudanças na sua saúde desde a mudança para reassentamento? Quais? Por quê?
Abandono	201. O que você acha que faz pessoas abandonarem o reassentamento?

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

1. Faixa etária (idade)
2. Naturalidade
3. Sexo
4. Estado civil
5. Escolaridade
6. Ocupação
7. Composição familiar
8. Papel/função na família

ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS TÉCNICOS

1. O que significa para você o reassentamento?
2. Que razões você aponta para a realização de um assentamento em geral e mais especificamente da ação de reassentamento do programa lagoas do norte?
3. Quais os procedimentos utilizados no reassentamento no programa lagoas do norte? Descreva-os sucintamente.
4. Em sua opinião, qual o papel de cada um dos envolvidos no reassentamento lagoas do norte (governo, técnicos e reassentados)?
5. Como você avalia o projeto?

Anexo 7. Termo de consentimento livre e esclarecido.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Lagoas do Norte – PI: Satisfação Residencial e Significados do Reassentamento

Pesquisador Responsável : Celso Roberto Nunes

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): (86)3222-7650 e (11) 8215-6706

Orientadora: Prof.ª Drª Marlise Aparecida Bassani

O presente estudo visa conhecer os significados do reassentamento para técnicos e para famílias reassentadas, a satisfação residencial dessas famílias e os significados da saúde para as mesmas, a partir de um estudo de caso – o programa Lagoas do Norte em Teresina, como parte das atividades para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica, pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUCSP. Para tanto os atores que concordarem em contribuir, participarão de uma entrevista semi-estruturada, sobre sua satisfação em relação ao novo local de moradia, sua saúde e sobre os significados da experiência do reassentamento. Informamos que aqueles que concordarem em participar do estudo não sofrerão qualquer prejuízo, desconforto ou lesões que possam ser provocados pela pesquisa e que também não terão quaisquer despesas ou remuneração pela participação. Informamos que os resultados do estudo contribuirão para o aperfeiçoamento de projetos de urbanização desenvolvidos em nosso território, no sentido de demonstrar aos administradores públicos a importância de considerar em seus planejamentos os aspectos psicológicos envolvidos no reassentamento de famílias. O pesquisador se compromete em fornecer devolutiva dos resultados e da discussão aos participantes, em dia e horário estipulados pelo grupo. Os atores selecionados serão submetidos a um procedimento: entrevista (semi estruturada), o referido procedimento será realizado no local de moradia dos sujeitos selecionados ou no local de trabalho (para os técnicos), sendo ainda gravadas durante sua execução. Garantindo aos participantes total sigilo e o direito a retirar seu consentimento a qualquer tempo, sem qualquer tipo de represália. Tais procedimentos serão desenvolvidos de acordo com as exigências contidas na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando o respeito e a dignidade para com os participantes. Os resultados serão publicados em meios científicos e acadêmicos.

Nome e Assinatura do pesquisador _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/ CPF/, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Lagoas do Norte – PI: Satisfação Residencial e Significados do Reassentamento”, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Celso Roberto Nunes, sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou prejuízo.

Local e data

_____

Pesquisador responsável

Nome e Assinatura do sujeito l:

_____RG:_____CPF:_____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar do estudo.

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____RG:_____CPF:_____

Assinatura: _____

Nome:_____RG:_____CPF:_____

Assinatura: _____

Anexo 8. Folheto explicativo sobre o Cágado de Barbicha; frete e verso Teresina

Fonte: SEMPLAN 2009

COMO COLABORAR

- Respeite as faixas indicativas de passagens de animais silvestres que se encontram ao longo da Av. Boa Esperança;
- Reduza a velocidade de seu veículo;
- Não compre animais silvestres;
- Denuncie maus-tratos ou casos de comercialização de animais silvestres.

FICHA BIOLÓGICA

Nome: Cágado de Barbicha.
Nome Científico: Phrynops geoffroanus
Época: Holoceno
Reprodução: 6 a 12 ovos que incuba por 200 dias
Estado de Conservação: Espécie ainda não ameaçada, porém sofre grande impacto diante da poluição e do desmatamento, como também a caça para o consumo de sua carne.
Reino: Animalia
Filo: Cordata
Subfilo: Vertebrata
Classe: Reptilia
Subclasse: Anapsida
Ordem: Testudines
Família: Chelidae

APOIO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação
Gerência de Ações Integradas para a Cidade - GAIC
Unidade de Gerenciamento do Programa Lagoas do Norte – UGP
Unidade de Projeto Social - UPS

CÁGADO DE BARBICHA

PRESERVAR ESPÉCIES NATIVAS
É DA NOSSA CONTA

Preservar espécies animais nativas, como os cágados de barbicha é da nossa conta porque os mesmos exercem um importante papel para o equilíbrio ecológico das Lagoas do Norte.

O QUE É

O Cágado de Barbicha é uma espécie de pequeno porte que possuí ampla distribuição geográfica na América do Sul, sendo encontrada na Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Guiana, Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil (sudeste, centro-oeste e nordeste). Essa espécie é comumente encontrada em rios, lagos e lagoas de correnteza lenta (Ernest; Barbour, 1989).

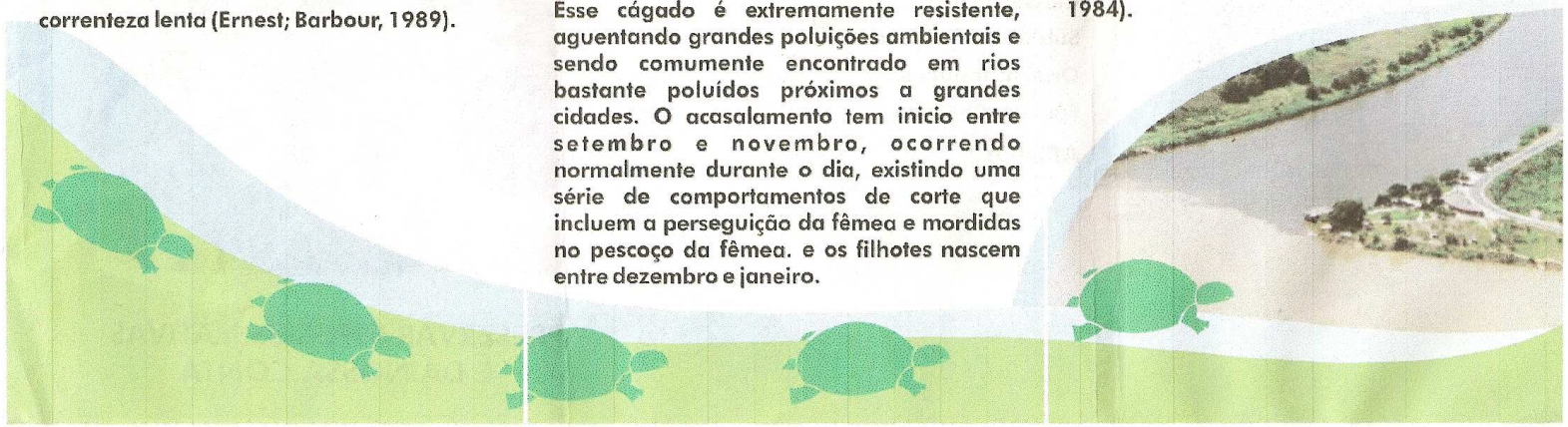
CARACTERÍSTICAS

Possuí carapaça achatada e larga com o dorso de coloração preta ou cinza esverdeada. O plastrão possui um entalhe anal e tem uma coloração vermelha rosada com manchas pretas irregulares. A cabeça é larga e lisa, com coloração preta, linhas brancas e irregulares sob os olhos e sobre a boca. A parte inferior é branca com linhas e pontos pretos. A característica mais proeminente dessa espécie é uma linha preta e larga que se estende longitudinalmente pelo olho, também possui um par de "barbelas" no queixo com a extremidade preta, fato este que o diferencia da espécie Phrynops hilarii onde as extremidades são brancas. Os membros são cinza com manchas brancas e as patas possuem membranas interdigitais que auxiliam na natação. Passam boa parte do dia tomando banho de sol.

Esse cágado é extremamente resistente, aguentando grandes poluições ambientais e sendo comumente encontrado em rios bastante poluídos próximos a grandes cidades. O acasalamento tem inicio entre setembro e novembro, ocorrendo normalmente durante o dia, existindo uma série de comportamentos de corte que incluem a perseguição da fêmea e mordidas no pescoço da fêmea. e os filhotes nascem entre dezembro e janeiro.

HÁBITOS ALIMENTARES

Alimentam-se na natureza de folhagens, frutos, insetos, moluscos, minhocas e peixes, em cativeiro aceitam bem alimentos como plantas aquáticas, ração de quelônios e suplementos vitamínicos e minerais. Os machos desta espécie, tem em média 21 centímetros de comprimento de carapaça e as fêmeas 35 centímetros de comprimento de carapaça, onde os machos pesam entre 0,6 a 1,9 Kg e as fêmeas entre 1,5 a 3,9 Kg. A postura dos ovos ocorre entre novembro e fevereiro nos bancos de areia formados nas margens dos rios. Geralmente a postura é realizada a noite, mas quando não existe a ameaça de predadores começa depois das três da tarde. Em cada ninho é colocado de 6 a 18 ovos de coloração branca, esféricos, medindo entre 3 e 5 cm . Os ovos são chocados pelo calor do sol por cerca de 100 a 120 dias (Pritchard 1979; Pritchard,Trebbau, 1984).



Anexo 9 Folheto explicativo sobre a Drª Zilda Arns ; frete e verso Teresina

Fonte: SEMPLAN 2009

Compare seu consumo com a tabela e aprenda a economizar.

Seu bolso agradece.

Consumo médio mensal dos principais aparelhos eletrodomésticos

Aparelho	Potência média (watts	Nº estimado de dias de uso por mês	Tempo médio de uso por dia	Consumo médio mensal (kWh)	Gasto mensal (R$)	Meu Tempo	Meu Consumo	Meu Gasto Mensal (R$)
Aparelho de som	20	30	4h	2,4	0,84			
Ventilador	100	30	8h	24,0	8,40			
Lâmpada fluorescente	20	30	8h	0,1	1,05			
Lâmpada incandescente	100	30	8h	0,8	8,4			
Ferro elétrico	1000	12	1h	12,0	4,20			
Geladeira 1 porta	200	30	10h	60,0	21,00			
Geladeira 2 portas	300	30	10h	90,0	31,50			
Cafeteira elétrica	100	30	1h	30,0	10,50			
Chuveiro elétrico	3500	10	40min	70,0	24,50			

Fonte: INMETRO/ 2009

RESIDENCIAL ZILDA ARNS

TERESINA, MARÇO DE 2010

Quem foi Zilda Arns

Nascida em Santa Catarina (RS), a médica pediatra e sanitarista, foi a fundadora e coordenadora da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa idosa, ligadas à Igreja católica e, hoje, espalhadas por todo o Brasil. Levou seu trabalho também a muitos países com ajuda humanitária, solidariedade e amor ao próximo.

Tanta dedicação teve reconhecimento com menções especiais e títulos de cidadã honorária pelo empenho em ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania.

A Dra. Zilda Arns faleceu em janeiro de 2010, vítima do terremoto no Haiti, mais um país que receberia sua dedicação aos cuidados com crianças necessitadas.

Teresina, através do Programa Lagoas do Norte, homenageia a voluntária que anunciava: "Quando se inicia algo que vai ao encontro de uma necessidade, a perspectiva de sucesso é maior. E isso não tem fronteiras."

"Trabalhamos com alfabetização, que é um fator importante na campanha para a paz. Ela começa com a educação das crianças, trabalhando a autoestima das líderes, com reuniões de reflexão na comunidade. Ensinamos as líderes a ouvir as famílias e identificar sinais de violência dentro de casa",

DICAS PARA REDUZIR GASTOS COM ÁGUA

1. Banheiro

Cante, mas economize no repertório. Na hora de passar o xampu ou o sabonete, desligue o chuveiro. Um banho de 15 minutos consome 60 litros d'água.

2. Plantas e calçada

Limpe bem a casa e a calçada com uma vassoura para tirar a areia grossa. Só depois, jogue a água depositada em um balde. O serviço fica mais rápido e eficiente. Mas, fazer tudo isto sem fechar a torneira consome 04 litros d'água por segundo. O mesmo se aplica na hora de aguar as plantas.

3. Vazamento

Fique atento aos vazamentos na sua casa. Caixa d'água, descarga e torneiras pingando é sinal de prejuízos. De gota em gota sua conta vai aumentando.

4. Os dentistas recomendam

Escove os dentes diariamente, mas não desperdice água. Enquanto estiver escovando os dentes, deixe a torneira da pia fechada. Reabra apenas para enxaguar a boca.

Fonte: AGESPISA /2009

DICAS PARA REDUZIR GASTOS COM ENERGIA

1. Geladeira

Não deixe a porta aberta por muito tempo, deg
e limpe periodicamente, Não use a parte tras
da geladeira para secar roupas.

2. Iluminação

Evite acender as lâmpadas durante o dia. I
deixe lâmpadas acesas em cômodos vazios, I
use lâmpada muito forte onde não for necessá

3. Televisão

Não deixe a televisão ligada quando ningu
estiver assistindo. Não durma com a televi
ligada.

Não desperdice, economize energia!
Dê preferência a aparelhos eletrônicos
com selos Classe A.